



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 200

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 09 DE NOVEMBRO DE 2021

ANO X

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA..... Capa

SUP. DE RECURSOS HUMANOS..... 3305

SEC. DE PLAN. E ORÇAMENTO..... 3309

TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE O TEMA: ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA - EVTE, SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO ALFANDEGAMENTO E INSTALAÇÃO DE BALSAS NA TRAVESSIA DO RIO GUAPORÉ, FRONTEIRA COM O MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES/RO E PUERTO USTAREZ/BENI-BOLÍVIA

EM: 25.10.2021
INÍCIO: 16h01min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
SR. LEBRÃO

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, boa tarde. Devido à pandemia da Covid-19, esta Audiência Pública está sendo realizada por meio híbrido, presencial e a distância, por meio de videoconferência. Agradecemos desde já a todas as autoridades que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, Youtube e pela TV Assembleia canal 7.2.

Pedimos a todos que mantenham os seus telefones desligados ou em modo silencioso, bem como o distanciamento

social exigido pelos órgãos de controle. Os deputados estaduais, bem como as demais autoridades presentes neste recinto e a reduzida equipe técnica responsável pela condução dos trabalhos, estão adotando todos os cuidados exigidos pelos protocolos de biossegurança.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Lebrão e Alex Redano, Presidente desta Casa, e após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública a fim de tratar sobre o tema: Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTE, sobre a implantação do alfandeamento e instalação de balsa na travessia do rio Guaporé, fronteira com o município de Costa Marques/RO e Puerto Ustarez/Beni-Bolívia.

Para proceder à abertura oficial desta Audiência Pública, convidamos à Mesa Diretora as seguintes autoridades aqui, presentes: Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Lebrão, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Cirone Deiró, Deputado Estadual; Excelentíssimo Senhor Ismael Crispin, Deputado Estadual; Excelentíssimo Senhor Lúcio Mosquini, Deputado Federal; General de Brigada Jorge Augusto Ribeiro, Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva; Excelentíssimo Senhor Capitão de Fragata Marcelo de Souza Barbosa, Capitão dos Portos de Porto Velho; Excelentíssima Senhora Corina Ferreira Dominguez, Senadora do Estado do Pando; Excelentíssimo Senhor Luis Flores Roberts, Senador do Estado do Pando; Excelentíssimo Senhor Walter Jesús Justiniano Martínez, Senador do Estado do Beni; Senhor Fernando Arias, representando o Governo do Beni; Excelentíssima Senhora Cecilia Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia do Beni; Excelentíssimo Senhor Cristhian Miguel Cámara Arratia, Prefeito do Beni; Excelentíssimo Senhor Doutor Murilo Cerqueira Xavier, Delegado da Receita Federal; Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Diretor-Superintendente do Sebrae/RO e ex-governador do Estado de Rondônia; Senhor Derivaldo Gomes Júnior, Chefe Substituto da Antaq/RO (Agência Nacional de Transportes Aquaviários/Rondônia)

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ

1º Secretário: JAIR MONTES
2º Secretário: CIRONE DEIRÓ
3º Secretário: ALEX SILVA
4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manweiler*
Departamento Legislativo - *Miranilde Rodrigues do N. Robles*
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leôncio Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

Neste momento, Sua Excelência Deputado Estadual Alex Redano, Presidente desta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, procederá à abertura oficial desta solenidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, a fim de tratar sobre o tema: Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTE, sobre a implantação do alfandegamento e instalação de balsa na travessia do rio Guaporé, fronteira com o município de Costa Marques/RO e Puerto Ustarez/Beni-Bolívia.

Cumprimentar a todos com uma boa tarde. Sejam todos bem-vindos. *Bien venidos nuestros hermanos bolivianos*. Estamos muito felizes com a presença de todos vocês. Esse é um temamuito importante, tanto para o Brasil, como para a Bolívia, em especial, o nosso Estado de Rondônia, o Estado do Pando-Bolívia, e o Estado do Beni.

Nós já, há muitos anos, discutimos esse tema: o comércio Brasil e Bolívia. Mas nos últimos meses tem crescido muito e está com muita força e está prestes a acontecer o aumento deste comércio que já existe, mas precisa ser totalmente legalizado e apoiado. Nós temos diversos produtos aqui do lado, na Bolívia, que o valor de mercado é abaixo da metade do preço que pagamos aqui em Rondônia. Eu vou citar o sal — que nós trazemos o sal aqui do Rio Grande do Norte há muitos mil quilômetros de distância e temos aqui um sal de ótima qualidade pela metade do preço. A *urea* de vocês, que é a ureia, também é muito mais barata na Bolívia. E nós temos vários produtos que, com certeza, os empresários bolivianos, a população boliviana tem interesse em comprar aqui no nosso Estado. Então, esse é o primeiro passo.

Quero aqui cumprimentar a todas as autoridades, em especial Deputado Lebrão que há muito tempo discute esse alfandegamento em Costa Marques, e também o Deputado Federal Lúcio Mosquini. Quero agradecer a presença das autoridades bolivianas. Em nome da Presidente da Assembleia do Beni, Cecília Giraldo, cumprimentar as demais deputadas; em nome do Senador Flores, de Cobjia, cumprimentar a todos os Senadores presentes. Quero cumprimentar, em nome do Prefeito Mirandão, de Costa Marques, todos os demais prefeitos presentes. Muito obrigado a todos e estamos juntos nesse objetivo. Quero cumprimentar também, em nome de todos os empresários, o empresário César Cassol, que já é um grande investidor na Bolívia, e temos outros empresários presentes aqui que também têm a intenção de serem investidores bolivianos. E quero cumprimentar todos os empresários bolivianos que têm intenção de investir aqui no Brasil e fazer esse comércio acontecer.

Eu passo agora para o Cerimonial dar continuidade às demais falas. Muito obrigado a todos, uma boa reunião a todos nós.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis sentar. Nós destacamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades: Senhor Avenilson

Trindade, Coordenador Técnico e Adjunto da Sedi (Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura); Senhora Tatiana Paniagua, Assessora do Governo de Beni-Bolívia; Senhor Paulo André Almeida, Técnico de Fronteiras do Município de Guajará-Mirim; Excelentíssima Senhora Estela Rodríguez Siles, Prefeita de San Ramón, Beni — Bolívia; Senhor Gilberto Baptista, Superintendente da Fiero — Federação das Indústrias do Estado de Rondônia; Senhor Enzo Santos, empresário em Porto Velho; Senhor Leonildo Camilo Rosa, Delegado Adjunto da Receita Federal; Senhor Willam de Araújo, Presidente do Sindfluvial de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Alejandro Raslan Hurtado, Vereador de San Ramón; Excelentíssimo Senhor Vagner Miranda, Prefeito do Município de Costa Marques; Excelentíssimo Senhor Tenente-Coronel Sanders Silva Santos, representando o 5º BEC; Senhor Carlos Álvarez, Assessor do Governo Estadual do Beni; Excelentíssima Senhora Carmen Lima Lobo, Prefeita de San Joaquín, Bolívia; Excelentíssimo Senhor Alcino Bilac “Tinoco”, Prefeito do Município de São Francisco do Guaporé; Excelentíssimo Senhor Armando Bernardo, Prefeito do Município de Seringueiras; Senhor Francisco Holanda, Presidente do Instituto de Ação Empresarial de Rondônia; Senhor Jorge Otávio Moraes Gomes, Coronel do Exército e Coordenador Regional da Suframa; Senhor Kevin Samir Sosa Zambrana, Vereador de San Ramón; Excelentíssimo Senhor Cornélio Duarte, Prefeito de São Miguel do Guaporé; Senhor César Cassol, empresário, ex-Deputado; Senhor Leonardo Calixto da Silva, Diretor da Fecomércio/RO — Federação do Comércio do Estado de Rondônia; Senhor CaiGuo, Diretor da Shandong HaiyingGroup; Senhor Silvernani Santos, parlamentar da 1ª Legislatura, foi parlamentar aqui na nossa Casa de Leis e empresário em Porto Velho; Senhora Ivanilda Frazão, representando a InterFrazão; Senhora Flor del Carmen, Vereadora de San Ramón; Os empresários Pedro Hack, Tiago Marca, José Antônio Rocco; Senhor Admilson Carlos Cassol, Vereador da Câmara Municipal de Costa Marques; e a Senhora Meire Oliveira, Vereadora da Câmara Municipal de Costa Marques.

Neste momento, nós passamos a palavra ao Deputado Estadual Alex Redano e ao Deputado Lebrão, que conduzirão a presente Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu gostaria, neste momento, de convidar o Deputado Lebrão para presidir esta importante Sessão, fazendo justiça, já que o Deputado Lebrão, há muitos anos, cobra e faz um ótimo trabalho em cima dessa situação. es:

Convido o Deputado Lebrão para assumir a presidência e proferir as suas palavras.

(Às 16 horas e 17 minutos, o Senhor Alex Redano passa a presidência ao Senhor Lebrão)

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Boa tarde a todos. De uma maneira muito especial, eu quero fazer uma saudação à imprensa. Hoje, aqui, esta Audiência está sendo transmitida em nível mundial, muito importante para o Estado de Rondônia. E a gente tem a satisfação imensa de participar de mais este momento, que eu entendo que é importante para a Bolívia, para o Brasil, e mais, em especial, para o Pando, para o Beni, enfim, todos os Estados que fazem fronteira com o Estado de Rondônia e o sul do Amazonas, de uma maneira geral também.

Antes de fazer uma saudação às pessoas que estão participando deste momento ímpar nesta Audiência Pública, eu gostaria de enfatizar que existe, tanto do lado boliviano quanto do lado brasileiro (Rondônia e Beni), uma discussão de que o projeto de Costa Marques vai atrapalhar Guajará-Mirim; da mesma forma, do outro lado. As pessoas acham que são dois projetos e que um vai prejudicar o outro. Eu quero dizer que os dois projetos são da maior importância para os dois países, em especial para os dois Estados. O Brasil tem uma dívida centenária, através do Tratado de Petrópolis, acredito que há 117 anos, da construção da ponte de Guayaramerín a Guajará.

Hoje nós temos, inclusive, a presença de um empresário chinês aqui, de um grupo, que tem a intenção de investir. Gostaria que o Cerimonial colocasse um assento para que ele pudesse fazer uso desse assento, e logo em seguida também proferir as suas palavras para poder dizer qual é a intenção da China nesse grande projeto.

Dizer que nós temos aqui, hoje, sem dúvida nenhuma, que melhorar a qualidade de vida das pessoas que escolheram esses dois países nessas fronteiras, para aqui viverem e construir as suas famílias. E esse desenvolvimento depende muito desse projeto importante.

Aproveitar também, fazer um convite para que faça parte da Mesa aqui, a Excelentíssima Senhora Katuska Rojas, Deputada do Estado do Beni. Venha até a Mesa e faça a sua presença, nos dando a honra de ocupar um assento neste momento.

Fazer uma saudação especial, cumprimentar e parabenizar o nosso grande Presidente Alex Redano pelo trabalho de conduzir este Parlamento com maestria, colocando esta Assembleia Legislativa como referência em nível nacional e cumprimentar também o Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, Vice-Presidente da Comissão Nacional que hoje representa esses grandes projetos; Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró, grande deputado que inicia a sua história política neste Parlamento; Deputado Ismael Crispin, da minha região, no Vale do Guaporé, também, fazendo um belíssimo trabalho. Em nome de Vossas Excelências, eu quero cumprimentar todos os Deputados que ocupam assento neste Parlamento, que fazem um excelente trabalho na Assembleia Legislativa.

Meu grande amigo e grande Deputado Federal, vice-líder na Câmara Federal, Deputado Lúcio Mosquini, eu quero agradecer, Lúcio, de uma maneira muito especial, a importância do seu conhecimento, da sua capacidade para fazer essa aproximação que há anos a gente vinha buscando através do Itamaraty, no Governo Federal, para que a gente possa concluir, de uma vez por todas, esse projeto da maior importância e Vossa Excelência assim tem feito de uma maneira que merece todos os nossos elogios.

Cumprimentar o nosso General de Brigada, Jorge Augusto Ribeiro, Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva e que lá está sendo, hoje, dependendo da 17ª, o nosso Forte Príncipe da Beira, onde nós pretendemos fazer esse intercâmbio, instalando a balsa de travessia lá no Forte. E o senhor, sem dúvida nenhuma, terá um papel fundamental para que a gente possa fazer essa liberação para fazer esse porto acontecer lá no Município de Costa Marques.

Excelentíssimo Senhor Capitão de Fragata Marcelo de Souza Barbosa, Capitão dos Portos daqui de Porto Velho, a quem eu tive a honra de fazer uma visita. Parabéns pelo trabalho, que também tem um importante papel neste grande projeto. Excelentíssima Senhora Corina Ferreira Dominguez, Senadora do Estado do Pando, representando hoje, no Senado Federal da Bolívia, que nos honra com a sua presença. Excelentíssimo Senhor Luis Flores Roberts, Senador do Estado Pando, representando a Bolívia. Agradecer a receptividade que tivemos, juntamente com o nosso Ex-Vice-Governador, depois Governador, Daniel Pereira, lá no Pando, e hoje Senador da República, líder do Governo Boliviano no Senado da República. Excelentíssimo Senhor Walter Jesús Justiniano Martínez, Senador do Departamento do Beni, vizinho nosso, aqui de Guajará-Mirim, sem dúvida nenhuma, nos honra muito com a sua presença. Da mesma forma, o Senhor Fernando Arias, representando o Governo do Beni, também, que hoje não esteve presente, mas está mandando, aí, encaminhando o seu representante. Excelentíssima Senhora Cecília Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Legislativa do Departamento do Beni, juntamente com a Deputada Katuska, que hoje representa a Câmara dos Deputados Estaduais do Departamento do Beni. Cumprimento também o Excelentíssimo Senhor Cristhian Miguel Cámara Arratia, Prefeito do Departamento do Beni, de Trinidad. Eu não estou vendo o Prefeito da capital. Está aqui na Mesa? Que também nos honra muito com a sua presença. Estaremos lá, sem dúvida nenhuma, no aniversário de Trinidad. Excelentíssimo Senhor Dr. Murilo Cerqueira Xavier, Delegado da Receita Federal, que terá um papel importante para que a gente possa fazer esse alfandegamento acontecer em Costa Marques, mesmo de forma sazonal, dando início a este grande projeto que a gente tem a vontade e a intenção que aconteça o mais rápido possível. Cumprimentar também o Daniel Pereira, esse grande amigo, grande parceiro, já foi governador do Estado de Rondônia, já foi deputado estadual, ocupou assento neste Parlamento por 3 vezes e hoje também nos honra, sendo Diretor-Superintendente do Sebrae de Rondônia. Senhor Derivaldo Gomes Júnior, meu amigo Júnior, Chefe Substituto da Antaq, que também terá um papel importante para liberação do atracamento da nossa balsa. Obrigado pela presença, Júnior. Satisfação imensa. Cumprimentar aqui todos os vereadores, aliás, iniciando pelos prefeitos. Nós estamos tendo aqui na oportunidade o Tinoco, o Armando, o Cornélio, o Mirandão, prefeitos regionais do Vale do Guaporé, que fazem fronteira com a Bolívia, através do Departamento do Beni. Uma importância muito grande a presença de vocês neste momento tão especial para o Estado de Rondônia. Cumprimentar todos os vereadores, tanto da Bolívia como do Brasil, na pessoa do Mohamed, do Maurinho, do "Legal", e em seus nomes quero cumprimentar todas as pessoas que estão aqui na galeria, acompanhando esta Audiência Pública, para a gente ver acontecer esse projeto importantíssimo.

Silvernani Santos, ex-presidente deste Parlamento, várias vezes deputado, meu amigo pessoal. Tive a oportunidade de fazer o meu primeiro mandato juntamente com Vossa Excelência, uma honra muito grande. Em nome de Vossa Excelência cumprimentar todos os nossos empresários, aqueles que nos acompanham aqui. Da mesma forma a nossa Prefeita

de Trinidad, aliás a nossa Prefeita de San Joaquín, a nossa Prefeita de San Ramón, duas cidades históricas que, sem dúvida nenhuma, terão o acesso de muita gente do Brasil para fazer turismo numa região belíssima, que merece ser fotografada, ser filmada e guardada para que a gente tenha a oportunidade de conhecer — aqueles que não conhecem, eu tive a oportunidade, lugares muito lindos.

Eu entendo que é muito bom a gente aprofundar essa discussão, e gostaria que todas as pessoas que forem fazer uso da palavra, que dissessem o seu nome, nesse primeiro momento, para que as pessoas tenham conhecimento e para que a nossa Taquigrafia tenha a oportunidade de fazer a cobertura desta Audiência com bastante eficácia, porque, sem dúvida nenhuma, ela fará parte da história do Estado de Rondônia.

Concedo, neste momento, a palavra para o ex-governador, ex-deputado, e hoje o Superintendente do Sebrae, Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA – Senhor Presidente em exercício neste momento, Deputado Lebrão, Deputado Alex, Deputado Cirone, Deputado Crispin, e o nosso eterno e sempre deputado Silvernani Santos, colega com quem eu tive o prazer de servir ao Estado, aqui, na companhia dele e saudar todas as autoridades que estão nos visitando. Em nome do Senador Flores, senador pelo Pando, saudar todos os senhores senadores que estão nos visitando; em nome da Senhora Cecília Giraldo, Presidente da Assembleia Legislativa do Beni, saudar todos os parlamentares e autoridades que se fazem presente do nosso vizinho, país irmão, a Bolívia. Bem como todos os senhores e senhoras que compõem as autoridades públicas federais do Brasil, em nome do Dr. Danilo, quero saudar todos; em nome do General Jorge, saudar todas as autoridades militares presentes. E fazer uma saudação especial ao Deputado Federal Lúcio Mosquini, aqui presente, em nome do qual mandar um abraço a todos os nossos parlamentares federais e aos nossos prefeitos Mirandão, Tinoco, Armando, o Prefeito Cornélio — hoje a 429 está em peso por aqui. Bem como também os vereadores do Município de Costa Marques, que nós temos outros vereadores, mas eu faço questão de citar os vereadores que compõem a Câmara Municipal de Costa Marques: o Presidente Mauro Sergio, a Vice-Presidente Juliane Duarte e os demais integrantes da Mesa e daquele Parlamento. Mohamed Dib, a Professora Lucineia, a Vereadora Meri (Merinalda) Oliveira, o Vereador Edinei, Vereador Elizeu Biazini, e o Vereador Professor Agemiro, em nome dos quais saudar todos. Saudar os nossos amigos da imprensa, a todos indistintamente — tanto os nossos do Brasil, quanto os nossos irmãos bolivianos que nos visitam —, e também aos nossos colegas empresários. E, não por acaso, saudá-los na pessoa do, também ex-colega de Parlamento, irmão de causa, César Cassol — acho que o nome dele é Cesar Cassol Pereira, inclusive —; nosso querido Pedrinho, da Rical; nosso querido amigo Dário, da BDX; Roberto Caldas e Eliseu, da Campilar, em nome dos quais queremos saudar todos os empresários que foram quem viabilizaram, meu querido Gilberto, nosso Superintendente da Fiero (Federação das Indústrias do Estado de Rondônia) e meu Chefe, agora que ele é Presidente do Conselho Fiscal do Sebrae, e que viabilizou o Estudo de Viabilidade Econômica, que hoje está sendo apresentado aqui, na Assembleia Legislativa, que é um documento para embasar o trabalho que aqui se pretende fazer. E que não é um trabalho fácil, meu querido, hoje empresário e sempre deputado e ex-prefeito, César Cassol.

Lembrando que o Brasil tem uma grande fronteira com a Bolívia, nós temos 4 Estados brasileiros que fazem fronteira com a Bolívia, a saber: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e o Acre. Todos esses Estados, meu querido Prefeito Mirandão, todos eles só têm um acesso alfandegado, juridicamente perfeito, nas relações do Brasil e da Bolívia. Nós, o Estado de Rondônia, por uma razão histórica e uma razão de economia, nós estamos nesta tarde, aqui, fazendo uma Audiência Pública. E eu quero trazer para cá algumas palavras que eu acho que são importantes, antes de fazer uma apresentação. Todo mundo me conhece já há muito tempo na vida pública, inclusive aqui, e a primeira coisa, Deputado Lebrão e Deputado Dr. Neidson, é que nós não podemos permitir que a gente tenha uma divisão do Brasil e uma divisão da Bolívia por algo que ninguém está entendendo o que é. Tem gente de Guajará-Mirim que é contra que a gente faça algo em Costas Marques; de Costa Marques, o inverso. E do lado de Guayara e Puerto Ustarez, a mesma coisa, Deputado César. Hoje, nós temos que colocar um divisor de água nesse processo e mudar essa história.

Algum tempo atrás eu fiz um desafio na Bolívia, que o Estado de Rondônia, que é um Estado do oeste, um Estado que apenas a 60 anos foi ligado com rodovia com o centro do País, obra do Presidente Juscelino Kubitschek, provocado pelo Governador Paulo Nunes Leal. Nós ainda vivemos sob o Tratado de Tordesilhas aqui no Brasil, quando muito, o Tratado de Madri. Quando o Governo Federal lembra da gente, já acabou o mandato. E isso não é deste Presidente. É de todos que passaram por aí. E parece que o destino do Pando e o destino do Beni, na Bolívia, não é diferente, não é diferente. São exatamente iguais.

Então, eu disse lá na Bolívia, certa vez, Deputado César, e o empresário e grande amigo Rolf Kohler, ele está aqui e sempre repete isso, que o meu o sonho é nós nos juntarmos à Bolívia, deixarmos de sermos pobres separados, para passarmos a ser ricos juntos. Sempre disse isso. E hoje, me dirigindo aos parlamentares da 429, aos prefeitos da 429, aos vereadores da 429, eu vos afirmo, aqui, aos deputados, prefeitos e vereadores que compõem a rodovia que liga Nova-Mamoré e Guajará, Guajará e Costa Marques e os municípios da 429: hoje, ou a gente vai continuar pobre separado ou a gente vai ter a compreensão que a grandeza não está dividir 100% de zero, que é isso que está acontecendo hoje nas relações comerciais do Estado de Rondônia, particularmente com a Bolívia. Qual é o volume de cargas e mercadorias que nós temos hoje, meu caro Gilberto — você que é um especialista da Fiero —, indo e vindo e gerando riqueza para o lado da Bolívia e gerando riqueza para o nosso lado? Não é zero, mas é muito pequeno diante do nosso potencial.

Então, a primeira coisa que eu quero ponderar aqui, e eu não vim aqui para me tornar inimigo de Guajará ou para me tornar amigo de Costa Marques, ou vice-versa. Eu vim aqui, a pedido da Assembleia para apresentar um trabalho que eu ajudei a coordenar como pedinte aos empresários — e obrigado, meu querido empresário, ex-prefeito e deputado César — e também do lado da Bolívia há desconfianças com relação a esse processo.

Em 2015, quando eu fui a segunda vez a Bolívia — eu e o Deputado Lebrão, nós fomos —, pedimos uma audiência com o, então, Presidente Evo Morales e com o, então, Ministro

Juan Ramon Quintanilha. Até hoje as palavras do Juan Ramon Quintanilha ecoam no meu ouvido: o que esses caras querem conversar com a gente? Eles estão devendo uma ponte para a gente faz mais de 100 anos e não entregam. Esse é o sentimento que os nossos irmãos bolivianos têm. E eles têm a razão de ser deles. Mas também ouvi, meu querido César, o nosso Ex-vice-presidente da Bolívia, o professor Álvaro García Linera, mostrar estrategicamente, lá em Trinidad, porque era importante a gente ter uma ligação por Puerto Ustarez. Momentos diferentes, autoridades do mesmo país e com alguns posicionamentos importantes. E, não me lembro se foi 2015, 2016, liderado pelo Deputado Lebrão, dois embaixadores vieram a Guajará-Mirim. O Embaixador José Quinho Franco, embaixador da Bolívia no Brasil, e o Embaixador Raimundo Magno, embaixador do Brasil na Bolívia. E enquanto nós fazíamos essa discussão, um grupo de empresários, liderados pelo Dário Lopes, que opera o Porto Público de Rondônia, na BDX (Logística e Transporte), juntamente com o Agostinho Vargas que é um grande empresário da área de castanha, da Bolívia e Edson Santos, um brasileiro radicado na Bolívia, que trabalha na indústria madeireira, mudaram algo que fazia mais de 50 anos que não passava uma carga de nenhum tipo de produto da Bolívia pelo território brasileiro. Isso aconteceu em 2015, 2016.

Então, nós estamos entre cinco, não mais do que seis anos que alguma mercadoria da Bolívia começou a circular novamente, aqui, pelo Brasil. Para onde iam essas mercadorias? Essas mercadorias iam todas para o Chile e iam todas para o Peru. Tradição histórica. Desde que foi interrompido o fluxo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, desde então, não teve mais comércio nenhum. Nenhuma mercadoria da Bolívia, por mais fácil que fosse, por mais barato que fosse, por mais interessante que fosse. A Bolívia no século XIX conseguia transpor as suas mercadorias pelo rio Madeira, antes mesmo de ter a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Por isso, ao final, de uma singela apresentação que nós fizemos aqui, nós vamos fazer uma homenagem a quatro vultos históricos desse País, América Latina e da humanidade como construtores.

Então, quero começar aqui dizendo aos meus irmãos de Guajará-Mirim e aos meus irmãos de Costa Marques, da 429 (eu não me lembro o nome da rodovia que liga à Guajará, é uma rodovia federal): hoje, ou a gente compreende que o nosso destino e grandeza, e partimos para construir algo grande, ou nos apequenamos diante dos fatos históricos e saímos daqui divididos e vamos perder uma oportunidade histórica que, talvez, o destino não coloque à frente dessa geração novamente. Então, esse é o espírito — viu, meu querido Chico Holanda? Você que é um empresário, abnegado, que está trabalhando aí para organizar esse setor empresarial. Professor Edgar, por favor, pode me ajudar? Então, vamos lá.

(apresentação de slide)

Bom, o comércio bilateral Brasil-Bolívia, Rondônia-Beni. Já fizemos uma introdução aqui mais para provocar os brios do povo de Guajará e de Costa Marques e para acalmar os nossos espíritos para a gente poder mostrar alguns cenários de grandeza que nós temos — me desculpe a franqueza, até agora só o lado pequeno e o lado fraco do ser humano parece que estavam se sobrepondo entre pessoas inteligentes e racionais. Vamos tentar mudar isso.

Vamos lá. Por favor, Professor. Uma homenagem a nossa querida bandeira boliviana e à bandeira brasileira. Aqui o Forte Príncipe da Beira. General Jorge representando a grandeza das Forças Armadas do Brasil. Houve um tempo em que os problemas de língua espanhola e língua portuguesa não eram discutidos por aqui, eram discutidos na Península Ibérica. E esse Forte foi construído para nos separar, para nos dividir dos nossos irmãos de língua espanhola. E os senhores vão perceber ao final desta apresentação como a histórica é irônica, como ela nos prega peças. O mesmo local que, no passado, os espanhóis não podiam passar para cá sob risco dos tiros dos canhões, neste momento nós fazemos um apelo as nossas Forças Armadas brasileiras, através do Exército, para que a gente possa passar ali e promover o processo de integração. É uma maravilha isso. Um processo de paz instalada e a gente buscando outras alternativas. Mas o Forte Príncipe está ali como alternativa muito importante, inclusive de demonstrar a grandeza daqueles que construíram o continente sul-americano. Por favor, Professor, a próxima lâmina, por favor.

Bom, o segundo momento que nós vivemos — olha só —, o segundo momento que nós vivemos já não era mais o momento de confronto. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é algo que pôs fim a uma crise jurídica, uma crise política e uma crise bélica, que pegaram em armas, os brasileiros, bolivianos e também peruanos e isso foi resolvido através de um diplomata brasileiro chamado Rio Branco. E o Brasil se comprometeu a construir uma ferrovia que há muito o povo boliviano tinha a pretensão de que fosse feita. Por quê? Porque os bolivianos já faziam o transporte das suas mercadorias de formas precárias, atravessando do jeito que Deus permitia para chegar aqui no rio Madeira, porque o oceano dos bolivianos — exceto algum período histórico lá do século XVIII —, nos últimos 100 anos, o local mais próximo que eles têm é o nosso querido rio Madeira. O mesmo oceano que Rondônia tem e que o Acre tem também. Vamos em frente.

Agora já é um processo que nos une. Vamos em frente, Professor, por favor. Bom, já vamos superar isso aqui, que fala da grandeza e eu já falei da questão territorial. Vamos em frente para ganhar tempo.

Aqui um pouquinho da estatística. A balança comercial Brasil e Bolívia é praticamente empate, sendo que o grande produto da Bolívia que o Brasil consome é o gás, que é canalizado e levado para o Centro-Sul do Brasil. Vamos em frente.

Aqui, o primeiro produto que nós, rondonienses, precisamos e os nossos irmãos bolivianos têm em grande quantidade: o sal. Todos nós somos sabedores, Deputado Silvernani, que o Estado de Rondônia tem o 5º ou o 6º maior rebanho bovino do País. E também é sabedor que todo gado bovino, para ser saudável e forte, ele tem que consumir todo dia, pelo menos, 30 gramas de sal. De onde é que esse sal vem? Vem lá de um Estado maravilhoso, do nosso General Jorge, o Estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente de Mossoró. Mais ou menos quase 5 mil quilômetros de carreta para trazer esse produto de lá para cá. Os nossos irmãos bolivianos podem nos atender.

Agora, aqui, atenção Guajará-Mirim e atenção Costa Marques! Guardem as suas armas para um batalha mais importante, porque esse sal, o sal que for preciso para o Município de Porto Velho, para Guajará-Mirim, para Nova-

Mamoré, para Candeias, para Itapuã pode entrar, vindo pelo rio Mamoré, que o governo boliviano está transformando em uma Hidrovia Ichilo-Mamoré — não é isso, Deputado César? — vai até Guajará-Mirim. E o que for para atendero centro do Estado, a 429, Cacoal, Rolim de Moura, Vilhena e região, vai para Costa Marques. Quantos quilos de sal estão entrando hoje? Nem um grama. E nós estamos tentando fazer um negócio que vai ser bom para todo Estado de Rondônia. E mais: vai ser bom para o Acre também, vai ser bom para o sul do Amazonas, vai ser bom para a região oeste do Mato Grosso. Todo mundo vai se beneficiar. E a gente brigando por um negócio que a gente nem sabe direito o que que é. Vamos objetivar e avançar nesse sentido. Vamos para a outra lâmina, Professor Edgar.

Sal mineral. Está muito claro isso. Chega pela metade do preço que nós consumimos hoje. Vai melhorar essa balança comercial Brasil e Bolívia e vai gerar perspectiva de negócio entre Brasil e Bolívia.

Ureia. Para quem não sabe, ureia é um produto derivado da geração de gás. Eu e o professor Hélder tivemos o privilégio de estarmos na inauguração da indústria de ureia da Bolívia, com a presença do, então, Presidente Evo, do então Vice-Presidente da Bolívia, García Linera. E essa importante ureia é estratégica para você melhorar a qualidade do solo.

O Brasil importa ureia da União... Desculpa, não existe mais União Soviética, a Rússia. Olha só, nós temos isso daqui a pouco mais de 1.500 quilômetros da nossa fronteira. Nós estamos indo buscar do outro lado do mundo. Que logística é essa que vai fazer com que os russos tenham condições de ganhar da Bolívia para internalizar um produto aqui para nós? E isso daqui todo produtor, seja ele grande, seja médio, seja pequeno, seja micro, ele precisa melhorar a qualidade do solo. E ureia é um produto estratégico para isso. O Brasil não produz nem 20% do que ele precisa de ureia. Ele importa. E a Bolívia tem condições de nos atender. Mais um produto para nós internalizarmos aqui vindo da Bolívia. Vamos em frente, professor.

Calcário. Agora nós vamos passar a vender para os nossos irmãos bolivianos. Na agricultura é indispensável você colocar calcário. As nossas terras e as terras bolivianas não são muito diferentes, no mínimo duas ou três toneladas de calcário são necessárias. Claro que o César fica sorrindo quando a gente cita esses números, mas lembrando que Rondônia tem duas usinas de calcário e tem outras por aí a serem descobertas — três agora, não é, César? —, para outros empresários poderem também fazer investimento ou aumentar a capacidade de produção daquela que nós temos. Então, o calcário é extremamente importante. Mas aqui, Silvernani, não tem viabilidade econômica. O calcário, para trazer do centro do Estado para Porto Velho, já é caríssimo. Para você fazer isso aqui, internalizar por Guajará, é impossível. Agora, se você passar por Costa Marques, aí é legal. Vai ficar bom para a Bolívia e vai ficar bom para o pessoal lá de Costa Marques. "Ah, mas isso aqui vai trazer prejuízo para Guajará". Que prejuízo vai trazer para Guajará? Quantas cargas de calcário estão indo para a Bolívia passando por Guajará hoje? Respondo: nenhuma. O que é? Você quer ganhar 100% de zero? É isso que a gente está fazendo. Vamos continuar, por favor.

Derivados de leite. Nós temos laticínios em Guajará, Nova Mamoré, Porto Velho, pelo Estado afora. Nós somos o 8º maior produtor de leite do País. Só que Rondônia é o Estado

que está mais distante dos grandes centros, dos produtores de leite. Qual a consequência disso, Deputado Silvernani — o senhor que é um grande produtor? Nós estamos mais longe para entregar o nosso produto. Logo, competimos em desigualdade de condições.

Então, os empresários, inclusive representados aqui pelo Presidente do Sindileite, eles não têm condições de praticar aqui o mesmo preço que se pratica em outros cantos do ra:País. Aí, isso desestimula todo o segmento. Mas uma notícia importante: os nossos irmãos bolivianos importam; a maior parte do leite que eles consomem eles importam. E olha a curiosidade: eles importam de um país que produz menos leite do que nós, mas sabem fazer negócio. Eu estou falando do Peru. Os peruanos compram lá na Nova Zelândia, criam um produto do Peru, e vendem para a Bolívia. E, se brincar, vendem até para nós. Só Rondônia produz sozinho duas vezes o que Peru produz de leite. Mas os peruanos vendem leite para a Bolívia, nós não vendemos uma caixinha de leite. Uma notícia boa: nós podemos internalizar leite para eles, com preço bom, produto de qualidade. Nós podemos entregar produto para eles, Silvernani e Mirandão. Podemos entregar por Guajará e podemos entregar também por Costa Marques. Tem local e mercado para todo mundo! Todo mundo!

Isso resolve inclusive essa questão do leite aqui. Nunca mais esta Assembleia Legislativa vai ter que fazer Audiência Pública para discutir o preço do leite. O primeiro cara que fez isso foi eu. E a última Audiência que eu participei foi 20 anos depois de eu ter praticado a primeira. Mas a gente nunca resolveu o problema central da coisa. Talvez essa agenda, se a gente não entrar em armas, Costa Marques contra Guajará, e Guajará contra Costa Marques, é capaz que a gente resolva. Vamos continuar em frente, por favor.

Combustível. Os nossos irmãos bolivianos não produzem combustível — *hidrocarburos*, como chamam; *carburos*, como chamam eles. Eles compram da Venezuela. Qual é a logística? Pega esse produto, desce o Oceano Atlântico, vai lá na Argentina e internaliza. É uma logística mais maluca do mundo. Eles podem comprar petróleo da nossa refinaria brasileira, a Petrobras, aqui em Manaus. E esse combustível pode ser internalizado por Guajará-Mirim para atender Riberalta, pode atender Cobija, lá no Pando, e pode atender lá em Costa Marques o pessoal que está mais no centro da Bolívia. Tem comércio e tem espaço para todo mundo. Eu vos pergunto: quantos litros de combustível nós vendemos para a Bolívia hoje? Nem um milímetro. Nós estamos perdendo esse negócio aqui. Vamos em frente, meu querido professor.

Máquinas e equipamentos agrícolas. A Bolívia está abrindo uma fronteira agrícola considerável do lado do Beni. Empresários arrojados, como o César Cassol, como o Roberto Caldas e outros, já estão dando pros costados por lá. Mas eles precisam de máquinas, precisam de implementos. Quem é que está mais perto deles, Silvernani? Somos nós. Só que se a gente ficar com picuinha aqui, os chilenos encostam neles, os argentinos encostam neles, os uruguaios encostam neles, os paraguaios encostam neles. A gente vai ficar vendo máquinas com outras marcas, funcionando do outro lado do rio. E a gente aqui em Guajará-Mirim brigando com Costa Marques e Costa Marques brigando com Guajará-Mirim. Vamos em frente.

Alimentos. O Estado de Rondônia já tem uma internalização de alimentos importantes. Você tem tanto lá em Cobija, quanto aqui em Guayara, quanto em Riberalta, e a gente pode expandir isso. A parte de Cobija vai para Cobija; a parte aqui de Riberalta vai por Guajará-Mirim e a parte central da Bolívia vai por Costa Marques, porque nós temos empresa que processa produtos que estão em Vilhena, não tem viabilidade econômica de ele rodar tudo isso para entrar por Guajará. Mas tem viabilidade se ele entrar por Costa Marques. Tudo é uma questão de logística e você viabilizar negócios. Por fim, vamos em frente. Vamos em frente, professor.

Mas eu não vim aqui somente para falar, gente, de negócios. De meia-dúzia de produtos. O maior produto que nós temos é algo que a gente não conseguiu ver ainda. Eu fui numa dessas viagens com o nosso futuro embaixador do Brasil na Bolívia —o Deputado Lebrão—, eu fui fazer uma apresentação lá. Fiquei com vergonha quando eu coloquei o vídeo —viu, meu querido Elias Robles? A quem eu rendo minhas homenagens. Meu colega de viagem.

Por que eu fiquei com vergonha? Porque eu fui mostrar para os bolivianos, como se fosse um produto nosso, algo que é deles também. O rio Guaporé é nosso, de Rondônia? Ou o rio Guaporé é nosso e da Bolívia? O rio Mamoré é nosso? Ou é nosso e da Bolívia? O rio Madeira é diferente, formado pelo rio Beni? Primeira coisa que eu tive que me “despossuir” foi da ignorância de ser proprietário. Nós não somos proprietários de nada. Esses rios pertencem ao povo peruano, pertencem ao povo boliviano e pertencem ao povo brasileiro. E se nós juntarmos do lado de cá e do lado de lá, a gente tem um potencial fantástico, não é?

Eu coloquei aqui: pesca esportiva. O então Governador Flores promovia eventos de pesca esportiva lá em Cobija. Riberalta tem um belíssimo festival de pesca esportiva, aqui em Riberalta. Rondônia, tem várias empresas operando e trabalhando com pesca esportiva de Cabixi até aqui, no Baixo Madeira. Se nós linkarmos isso e juntarmos isso... Mas nós podemos fazer, também, o turismo religioso. A nossa Festa do Divino Espírito Santo não é uma festa brasileira. É uma festa bilíngue. É uma festa brasileira e uma festa boliviana. Ora ela acontece em Costa Marques, ora ela acontece em Guajará-Mirim, ora ela acontece lá em Pimenteiras. Isso é potencial turístico! Isso é herança dos nossos antepassados. Isso é herança portuguesa. Vamos explorar isso no bom sentido.

Mas temos também a *Fiesta Del Gran Poder*, que é na Bolívia. Outra tradição que nós desconhecemos. Vamos nos aproximar dela.

A histórica Vila Bela da Santíssima Trindade. Primeira capital do Mato Grosso, cujas ruínas ainda estão lá, para serem visitadas.

Cachoeira Esperança. Quem aqui é brasileiro — para os bolivianos não vale perguntar — quem aqui, é brasileiro e já foi à Cachoeira Esperança? Levante o braço. Pouquíssimas pessoas. Eu recomendo que façam isso, e inclusive, esse projeto só vai ter viabilidade se nós brasileiros fizermos um trabalho para recuperar com dignidade o Forte Príncipe da Beira e criarmos condições para os nossos irmãos bolivianos recuperarem, pelo menos o que for possível, de Cachoeira Esperança. O que é Cachoeira Esperança? É o local, César, onde os empresários (vamos apresentar no final aqui) reuniam

toda a produção do Pando e da Bolívia, acho que 80% eram do Pando — ouvi isso hoje —, da borracha, da goma e da castanha. Era lá que eles se organizavam. Um local maravilhoso, que eu fui visitar há 15 dias. Um local pronto para a gente fazer turismo lá; para a Bolívia fazer turismo lá e nós brasileiros fazermos turismo lá e o mundo fazer turismo lá. Um local que tinha, há 100 anos, o mais moderno hospital da América Latina. Tudo o que tinha de bom na América Latina da época, existia lá em Cachoeira Esperança. Desativou o comércio, acabou a cidade e, conseqüentemente, a cidade, igual aqui, tinha uma tal de Santo Antônio que ninguém sabe mais onde é que fica. Já existiu uma outra cidade aqui. Alguém sabe onde ela ficava? Nem os porto-velhenses mais antigos sabem. E ainda temos Forte Príncipe da Beira e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Perceberam quantas coisas em comum a gente tem? Continua, Professor, por favor.

Bom, aqui eu estou propondo para a nossa querida Assembleia Legislativa, para o Parlamento Brasileiro, representado pelo Deputado Lúcio Mosquini, para o Parlamento Boliviano, representado pelos senhores senadores, pela senhora senadora, e deputadas distritais da Bolívia, autoridades bolivianas, vamos construir o maior corredor de pesca esportiva do planeta. Vamos fazer algo grande. Vamos juntar o Estado de Rondônia com o Mato Grosso e o Amazonas, mas vamos juntar os nossos irmãos bolivianos nessa aventura, pegar todos os rios que fazem a grandeza do rio Madeira e a gente explorar isso economicamente.

Tem australiano vindo pescar aqui no nosso Jaci-Paraná, tem japonês vindo pescar aqui. Agora diz que nós temos dificuldade para ir ali pescar. Então, nós temos que descobrir as riquezas que nós temos e, principalmente, essas riquezas que nós temos para trabalharmos juntos. E aqui cabe o pessoal de Porto Velho, cabe o pessoal de Guajará, cabe o pessoal de Costa Marques, cabe o pessoal de Cabixi, de Pimenteiras, cabe todo mundo nessa agenda. E uma agenda que o mais importante é o rio e os peixes, uma força que todos nós chamamos de Deus já deixou como legado para nós e essa oportunidade maravilhosa. Vamos em frente.

Mas esse olhar para o Vale do Guaporé pode despertar para nós outra coisa. Durante séculos a circulação era só pelos rios, pelo Vale do Guaporé. De 60 anos para cá, nós de Rondônia criamos um outro eixo, o nosso eixo virou a nossa espinha dorsal, a BR-364. Está na hora de a gente voltar os olhos para o Vale do Guaporé novamente — meu querido César, você que é um visionário, qualquer empreendimento coloca na mão do César que funciona, ele conserta pontes do Estado, ele faz pontes. Nós temos 4.500 quilômetros de hidrovias interiores, nos rios bolivianos e nos rios que fazem divisa com a gente, que podem ser transformados em hidrovias, evidentemente, desde que haja um investimento de eclusas nas usinas do Madeira e a construção de mais uma usina. Vamos em frente. Mais uma possibilidade de negócio. Pode pular esse aí professor, esse é só estatística.

Bom, mas quando a gente fala de usar o rio Guaporé, o rio Mamoré, os caras vão falar: “o Daniel ficou doido, está usando produto estragado”. Pois eu digo para os senhores o seguinte, o primeiro caminhão que veio do centro-sul do Brasil para cá, que não veio pelo rio Amazonas e rio Madeira, ele usou três tipos de transporte diferente. Isso está escrito em

um livro do Professor Abnael Machado de Lima, que conta essa história, os caras foram buscar uns caminhões em São Paulo e vieram, mas um caminhão, em particular, foi o primeiro. Ele veio, Silvernani, rodando até Vila Bela; em Vila Bela colocaram ele em um barco; ele veio até Costa Marques; em Costa Marques colocaram ele em um vagão, ou seja, um caminhão só faltou andar de avião para chegar aqui em Rondônia. Já faziam isso há 60 anos e nós perdemos essa capacidade. Enquanto a gente não tem dinheiro para duplicar a BR-364, que é preciso duplicar, mas isso todo mundo sabe que é muito caro e não adianta ficar fazendo política furada tentando, “ah não, não faz porque não quer”, não é assim, o buraco é bem mais embaixo — aliás, o buraco é lá na BR, não é, César? Infelizmente. Um volume muito grande e vai continuar aumentando, porque o Mato Grosso está produzindo mais e o Estado de Rondônia também.

Uma solução rápida, barata e funcional seria nós usarmos o rio como meio para escoar, o que a humanidade faz desde quando foi descoberta, e a gente fica teimando aqui com rodoviário, rodoviário, rodoviário. Se a gente faz isso hoje, sai lá de Pimenteiras e chega até Costa Marques — o César resolve o problema lá de Costa Marques — não é, César? —, lá das rochas — e você já falou para mim como é que faz, eu sei —, e aí a gente chega em Guajará. E de Guajará para chegar a Porto Velho, ou a gente chega rodoviário, que a rodovia está boa, ou a gente, no futuro, pensa na questão da eclusa, ou, quem sabe, a gente ressuscita a ferrovia. Só que com uma diferença, quando construíram a ferrovia, no passado, a hora que entregaram ela não tinha mais a motivação econômica. Agora não. A motivação econômica tanto do lado da Bolívia, quanto do lado brasileiro é contínua, é sustentável, se começar nunca mais vai parar. Por favor, professor, pode ir para frente. Pode pular a outra também, que é só complementação do que eu já falei. Deixa eu fechar aqui, vamos lá.

Nós tratamos com o Dr. Murilo essa situação do recinto especial de despacho aduaneiro, mas não é a solução completa. Eu e o Prefeito Mirandão fomos até a nossa Receita Federal aqui — a quem eu quero render a minha homenagem, que tratamento que nós recebemos, viu, César? Faz muito tempo que eu faço reunião sobre esse tema, nunca fomos tão bem tratados, bem tratados nós sempre fomos, mas elucidativo, para cima e apresentando propostas concretas, mas vamos colocar aqui o desafio que nós temos. Por favor, professor.

Os desafios que nós temos são algumas questões fundamentais. Primeiro: nós temos que ter autorização por alguém que manda num determinado local para a gente passar lá, e eu estou me referindo ao Exército Brasileiro. Lembrando que nós temos um patrimônio histórico lá. Então, não se faz. Qualquer coisa que você fale sobre Costa Marques e passagem que não resolver essa situação, bem resolvida tecnicamente, é fazer buraco n’água, porque você tem que resolver isso. Resolvida essa situação, a segunda é você resolver o problema de acesso e conseguir com as autoridades brasileiras, convencê-las de que ali é importante, é estratégico economicamente, o estudo de viabilidade econômica, você fala: “não, a gente não quer só algo para o cara ir só por curiosidade, para ir do outro lado e voltar para cá”, aquele negócio todo. Porque, vamos ser sinceros, se eu fosse o Presidente do Brasil e alguém perguntasse para mim, há 10 anos, se eu queria fazer a ponte Brasil-Bolívia, Guajará-Guayara, sabe o que eu diria para

qualquer cidadão do mundo? “Cara, nós temos muitas pontes para fazer em locais que tem mais gente circulando mercadoria de um lado para o outro.” Mas, agora não. Agora existe uma razão de ser para você pegar e fazer uma ponte lá, porque existe economia, você pode fluir de um lado para o outro.

E, evidentemente, resolver as questões de infraestrutura lá. Você tem que ter Polícia Federal lá no local, pessoas indo e pessoas vindo, o cara, não pode ser assim de qualquer jeito. Apesar de, às vezes, a gente não compreender quando o outro lado, “oh, cara, espera aí, não é assim que você faz.” São acessos a países. É diferente o processo. Não é sair de Porto Velho e ir para Candeias. Não tem uma cancela ali no meio do caminho. Mas, se fosse na Europa, fossem dois países diferentes, com certeza teria um carimbinho, um visto. Mas vamos em frente.

Então, são alguns desafios que a gente tem. Já estou terminando, querido Deputado Lebrão. Só faltam duas horas.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Questão de Ordem. Só para acelerar.

O SR. DANIEL PEREIRA – Por fim, já mostrei ali o mapa, o nosso Plano Municipal de Turismo — viu, “prefeitaiaada”? Procurem o Sebrae para a gente fazer, como todo mundo, com as referências do nosso amigo Ivanilson, por favor.

Lembram que eu falei para os senhores que a nossa briga começou, portugueses e espanhóis, lá no passado? Pois, agora, o que nos separava, nos une. Nós queremos ir para o território boliviano e eles querem vir para cá. Passando lá sob a sombra do majestoso Forte Príncipe da Beira.

E eu termino aqui fazendo uma homenagem a quatro pessoas que o mundo conhece e aplaude. Um deles é o que dá o nome ao Estado boliviano, Simón Bolívar; o outro é o que dá nome ao Estado de Rondônia, Marechal Rondon; e existem duas pessoas que nós temos que nos aproximar e conhecermos melhor. Dom Nicolas Calhaú, um empresário fantástico da Bolívia. Porque fazer o que ele fez no final do século XIX, começo do século XX, o cara tem que ser muito grande para fazer isso. E não era menor, o norte-americano que construiu a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré — e tirando uma rua que a gente tem e não consegue nem pronunciar o nome dele aqui —, ninguém sabe nada da história desse cara.

Então, eu proponho aqui, por justiça que os nossos empresários que são generosos por uma boa causa, que a gente providencie algo de homenagem a esses caras, lá Guajará-Mirim e ao nosso povo de Costa Marques.

Então, eu peço desculpas por ter demorado, mas para você resolver uma briga — não é, César? —, como a gente estava prestes a ter aqui, que ela acabou hoje.

Meus irmãos de Guajará, existe alguma divergência da gente passar por Costa Marques? Meus irmãos de Costa Marques, existe alguma divergência de passar por Guajará? Terminando dizendo: ou a gente continua na pobreza separados ou a gente se junta para construir a riqueza do lado boliviano e do lado brasileiro também. Obrigado pela oportunidade. Desculpe o tempo tomado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Obrigado, nosso grande ex-governador Daniel Pereira. Na verdade, foi um pouco

demorado porque é um Estudo de Viabilidade Econômica e agradecer a todos os empresários que participaram para que acontecesse esse estudo tão importante para a gente dar continuidade a esse trabalho.

Fazer uma saudação e cumprimentar e agradecer a presença da ex-deputada da Câmara dos Deputados Plurinacional da Bolívia Mercedes Mendonça Suarez, nos honra com sua presença. O Senhor Hércules Góes, Presidente da Câmara do Comércio Brasil-Bolívia de Rondônia e Presidente da Revista Ecoturismo de São Paulo. Senhor Luiz Cláudio, ex-deputado estadual, por duas vezes eu tive a oportunidade de ocupar assento juntamente com Vossa Excelência, ex-deputado federal que nos honra com sua presença também neste momento importante.

Neste momento passo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Boa tarde, senhores presentes nesta grande Audiência, proposta pelo nosso colega Deputado Lebrão, ao qual quero cumprimentar, presidindo esta Sessão; cumprimentar todos os colegas parlamentares aqui presentes, aqui, o Deputado Ismael Crispin, Deputado Alex Redano, Deputado Dr. Neidson. Cumprimentar nosso amigo e Deputado Federal Lúcio Mosquini que tem feito um grande trabalho pelo Estado de Rondônia, pelo nosso País. Que continue, Deputado, fazendo esse trabalho pelo nosso País, pelo nosso Estado. O senhor nos representa verdadeiramente. Cumprimentar aqui todos os nossos colegas deputados estaduais da Bolívia, senadores da Bolívia que estão aqui presentes. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa, a Casa do povo. Aqui que é ressonância dos anseios do povo rondoniense e vocês, coirmãos da Bolívia, são sempre bem-vindos. Quero aqui cumprimentar, em nome do Exército Brasileiro, aqui está representando, junto com o Capitão, que está ali conosco, sejam todos bem-vindos. Os empresários aqui presentes, César Cassol, Pedrinho da Rical, demais empresários, aqui representados também pela Fiero, o nosso amigo Gilberto. Sejam todos aqui bem-vindos a esta Casa. Prefeito Mirandão, em seu nome Prefeito Armando, Cornélio; o nosso amigo Tinoco; Vereador Zequinha, Vereador Bugão, sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa.

Quero ser bem breve na fala. Quero aqui parabenizar o colega Deputado Lebrão por sempre estar lutando por essa passagem aqui em Costa Marques. Sabemos da importância e o quanto vai agregar para o setor produtivo do Estado de Rondônia se conseguirmos efetivar essa passagem, mesmo por balsa, trazendo aqui os produtos bolivianos, o sal, a ureia aqui para o Estado de Rondônia. Em contrapartida, temos aqui o calcário a oferecer, temos vários produtos da agricultura do Estado de Rondônia, os quais podemos estar negociando com o nosso país vizinho, a Bolívia.

Então, quero aqui, Deputado Lebrão, deixar aqui o nosso apoio a esse grandioso projeto, que realmente se efetive essa parceria Brasil-Bolívia, independentemente dessa natureza de ser ponte ou ser balsa. Precisamos iniciar. Iniciando, tendo as condições, fazendo a alfândega entre os dois países, nós vamos dar um grande avanço para o Estado de Rondônia e para a Bolívia.

Queremos ressaltar também aos amigos de Guajará-Mirim que nada interfere, pela distância que há entre Costa Marques e Guajará-Mirim. Um lado vai atender o Estado do

Acre, a parte norte do Estado de Rondônia, como o Estado do Amazonas; e Costa Marques atenderá também o Cone Sul e o Estado do Mato Grosso. Então, nós podemos, sim, aliar os dois municípios, os dois países e trabalhar conjuntamente para que possamos produzir riquezas tanto para o povo boliviano, quanto para o povo rondoniense.

No mais, eu quero só agradecer a oportunidade. Vamos ouvir os nossos irmãos bolivianos e que possamos avançar nesta Audiência de suma importância para os dois países. Muito obrigado, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns. Obrigado, Deputado Cirone. Eu entendo que nós teremos uma participação muito importante e sem a Receita, certamente nós não conseguiremos realizar esse projeto.

Então, vou passar a palavra para o Excelentíssimo Senhor Dr. Murilo Cerqueira Xavier, Delegado da Receita Federal.

O SR. MURILO CERQUEIRA XAVIER – Cumprimento a todos presentes nesta cerimônia, neste evento. Mais uma vez a Receita, como responsável pelo alfanegamento de áreas fronteiriças do nosso território nacional, agradece o convite do Deputado Lebrão mais uma vez. E a gente vê como importante essa discussão. São muitos pontos que precisam ser realmente discutidos, afinados. É um projeto de longa data e, se fosse mais simples, talvez já teria até acontecido. □

Então, a gente vê a complexidade dessa transação e a Receita Federal está aberta para ouvir sempre, para conversar, para colocar os pontos, principalmente técnicos, que envolvem toda essa transação comercial, essa possível transação comercial, entre Brasil e a Bolívia. Então, a gente tem sempre o apoio técnico nosso, regional, da região Norte, com certa experiência em vários pontos que já passaram por essa mesma discussão ou, então, semelhantes. O Brasil faz fronteira com vários outros países e um exemplo que eu posso citar aqui é a questão da fronteira com o Peru.

Então, a gente percebe que, diante desse desafio, o alfanegamento de uma área alfandegada é um processo. Algo que começa aos poucos para realmente fazer uma análise de viabilidade e que pode ser desenvolvida e pode se tornar algo maior.

Hoje, em Costa Marques, a Receita Federal não tem corpo técnico, a gente não tem uma delegacia, uma unidade, uma inspetoria. Então, por isso que eu falo sempre que é um processo. A Receita, percebendo esse potencial para aquela região, pode avançar nessas tratativas e a Receita Federal tem total interesse em auxiliar nesse desenvolvimento econômico do País como um todo e também, logicamente, como Estado de Rondônia.

Então, nós estamos à disposição sempre, para continuar essa conversa e colocar o lado técnico do alfanegamento de uma área de fronteira e, mais uma vez, agradeço. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós é que agradecemos, Dr. Murilo. É muito importante a palavra de Vossa Excelência para que a gente possa fazer esse grande trabalho acontecer.

Convidar aqui o Pedro da Rical. Tem um assento aqui, uma cadeira vazia, para sentar aqui na frente.

Vou passar a palavra agora para o nosso Excelentíssimo Cristhian Miguel Cámara Arratia, Prefeito de Trinidad.

O SR. CRISTHIAN MIGUEL CÁMARA ARRATIA – Muito boa tarde. Muito obrigado. Saudar ao Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa pelo Estado de Rondônia; ao Excelentíssimo Senhor Deputado Lebrão, proponente desta Audiência Pública; ao Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró; Senhor Deputado Ismael Crispin; Senhor Deputado Federal Lúcio Mosquini; o Senhor Comandante-Geral de Brigada Jorge Augusto, Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva; o Capitão de Fragatas Marcelo de Souza, Capitão de Portos de Porto Velho; a Senhora Corina Ferreira Dominguez, Senadora do Estado Plurinacional; o Senhor Luis Flores Roberts, Senador também do Estado Plurinacional; o Senhor Walter Jesús Justiniano Martínez, Senador do Estado Plurinacional; a Senhora María Roxana Nacif Barboza, Senadora do Estado Plurinacional; o Senhor Fernando Arias, representante do Governo Departamental de Beni; a Senhora Cecilia Geraldo, Presidente da Assembleia do Departamento de Beni; a Senhora Katuska Rojas, Deputada da Assembleia de Beni; o Excelentíssimo Senhor Murilo Cerqueria, Delegado da Receita Federal; e o Senhor Daniel Pereira, Diretor-Superintendente de Sebrae/Rondônia. Saudar também as diferentes autoridades do Estado de Rondônia, do Departamento de Beni, o nosso amigo, Prefeito de Costa Marques, uma saudação muito cordial. Aos amigos também, que estão na parte de cima da Bolívia, do Brasil.

Primeiramente, quero agradecer ao Estado de Rondônia, às autoridades brasileiras, por sua hospitalidade, sua cortesia. De verdade, que nos fez sentir muito à vontade todos os dias nesta terra linda. Também felicitar por esta iniciativa. E eu quero dizer a vocês, como prefeito da cidade de Trinidad, da capital do Departamento de Beni, do segundo maior Departamento do Estado Plurinacional, que nos fizeram crer que o Departamento de Beni e a cidade de Trinidad não podiam fazer agricultura. Durante muitos anos — vou falar um pouco devagar para que possam entender —, durante muitos anos, nos fizeram crer que o Departamento de Beni não podia cultivar, não podia fazer agricultura. Graças a um certo governo, que pensam os bolivianos, se fez um novo Plano de Uso de Solo, que já está em execução. Dos quais acomoda que o Beni pode semear 9 milhões de hectares. Se imagina a quantidade? Se vocês conhecem Santa Cruz de La Sierra, com 2 milhões e meio de hectares, é o motor da economia boliviana. Agora, imaginem o Beni, com 9 milhões. Realmente para nós está iniciando o sonho do desenvolvimento. Dos 9 milhões a cidade de Trinidad tem cerca de 50 mil hectares, prontos para serem semeados. Atualmente se constitui no celeiro do Beni, e proximamente o celeiro da Bolívia. Mas o que nos falta? Dar esse *plus*, dar esse valor agregado. A carência econômica do meu Departamento e do meu município faz que toda a produção se vá a Santa Cruz, sem valor agregado. Somos o primeiro produtor de arroz, mas ninguém sabe, porque o arroz da cidade de Trinidad sai “en chala”, e volta ensacado à cidade de Santa Cruz, já com valor agregado. Uma situação que nos tem praticamente enclausurado, ainda somando-se que a única saída que temos é a cidade de Santa Cruz. Não tenho nada contra a cidade de Santa Cruz, mas o Beni, e principalmente a cidade de Trinidad,

necessita ter saídas. Precisamos nos comunicar não somente a Bolívia, senão ao mundo. E é essa instância que temos conversado com alguns empresários, como o César, e alguns outros que têm interesse na Bolívia, e que têm visto o verdadeiro potencial que tem que o Departamento de Beni, e mais especificamente a cidade de Trinidad. Nós temos que aprender com os melhores. A relação com o Brasil é extremamente conveniente para nós. Não podemos negar que o Brasil está situado entre as dez primeiras economias do mundo. Isto nós temos claro. E nós precisamos, é questão de sobrevivência para o Departamento de Beni e a cidade de Trinidad em relacionamento com o Brasil. Um país irmão maior, mais experiente no tema “agricultura”. De verdade que é momento para que comecemos as relações econômicas bilaterais. E eu quero mostrar — não sei se está à disposição —, quero mostrar a vocês um vídeo e depois quero falar de outro ponto muito importante e, *quicá*, vamos estar ouvindo. **(Discurso em espanhol, traduzido por Giordani Guterres).**

Ontem eu falava com vários empresários, inclusive o César e alguns empresários bolivianos, nosso amigo José Antônio, que nos acompanha, Rolf, eu acho que está lá também. Ali está o Rolf. Um grande abraço. Obrigado, um assessor também, do governo municipal. Como governo municipal estamos focados puramente no desenvolvimento. Por 27 anos da minha vida eu me dediquei a estudar geopolítica, geoestratégia, para ver como eu poderia contribuir para o meu país. Infelizmente, na situação que encontrei dentro da vida militar, não pude fazer mais do que assessorar um político, um pouco ou nada fazia. Foi por isso que decidi pendurar meu uniforme momentaneamente, para servir a minha pátria de outro modo. E, neste caso, à minha terra natal, “Garota Trinidad”.

Por favor, se pudermos colocar o vídeo.

(Apresentação de vídeo)

Fique de olho naquele lobo. O segundo vídeo, por favor.

(Apresentação de vídeo)

Bem, como podem ver, essa é a imagem que estamos começando. Ah, conversando com as pessoas, algo que talvez não tenha sido levado em conta, concordamos e completamos definindo o eixo Ichilo-Mamoré é grande, vai nos fazer grandes. Mas precisamos de ligação de estradas. Precisamos estabelecer mais ligações rodoviárias. Por isso que eu aposto na saída Puerto Suárez. Não é que a de Guayamerín é ruim não, dizia ao Presidente da Assembleia: uma coisa não tem nada a ver com a outra. Melhor se fizermos 10 saídas de 20 ou 30, não sei. Mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. Só estou falando de números, se nós nos dermos conta, empresário em Guajará-Mirim, que creio estar por aqui, me dizia, quando lhe contei sobre integração bioceânica, eu disse “sim, nós temos, estamos saindo para o Peru, são 3.000 quilômetros.”. A menor distância entre dois pontos é a linha reta. É por isso que eu disse olha para *o logo*, você une Rondônia, em uma linha perfeita, reta. Nós, como governo municipal, estamos pedindo ao Governo Nacional da Bolívia para construir a estrada que liga os Departamentos de Beni a Cochabamba, uma estrada que já tinha sido iniciado, mas devido ao egoísmo por anos, de um ou outro Departamento, que eu não quero mencionar o nome, se frustrou a empresa, ou as do Brasil, deixou o país e não se consolidou essa estrada.

Estamos falando de uma estrada que consolidou, de mais ou menos, para unir o Pacífico ao Atlântico, de aproximadamente 1.200 a 1.400 quilômetros, seguindo em linha reta. Você imagina menos da metade? O Brasil precisa ou Rondônia precisa de 3.000 quilômetros para se conectar ao Oceano Pacífico. Deste lado teríamos apenas a necessidade de 1.400 quilômetros agora. E se nós descermos um pouco, por Puerto Suárez a Puerto Ustarez, estamos falando que são 400 quilômetros a menos. Essa é a importância. É por isso que eu disse a ele que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Para Trinidad sair para a oitava economia do mundo, o Brasil, estamos falando de três horas. Agora fizemos uma viagem de oito horas até Guayaramerín, e cinco horas até aqui. Treze horas de Trinidad para o Brasil, da capital ao Brasil, Rondônia, Município de Costa Marques, são três horas. É isso, essa é a importância. Aí a importância de poder ligar esses dois irmãos, irmãos, países por Puerto Ustarez.

Acho que todos entendemos as razões para fazer essa vinculação por Puerto Ustarez. Agora é a hora, e eu vou pedir a todo esse fórum que começemos a agir já. Nós já nos reunimos, Beni com Rondônia, durante muito tempo. Muitas coisas foram planejadas, porém não estamos operacionalizando, não estamos otimizando.

Creio que é hora de ambos os países tornarem esta união eficaz. Estamos falando que Trinidad é o eixo da integração do desenvolvimento produtivo de dois países. Queremos convidar todos os empresários brasileiros e bolivianos, a apostar em Trinidad. Pedimos a este Fórum que já tire alguma resolução ou como quiser chamá-la, da importância da ligação que temos que ter através de Puerto Ustarez. Como trinitário, sinto-me na obrigação de pedir, no dia de hoje, essa vinculação. Quiçá, não com uma ponte, talvez a ponte mais tarde, mas vamos começar com uma balsa, um pontão como chamamos, onde podemos nos conectar e ser capazes de fazer uma troca comercial. Foi dito por um daqueles que me precederam: o Brasil precisa de sal, precisa de ureia. Nós precisamos de calcário e precisamos de tantas coisas, transferência e tecnologia. Que o Brasil nos ajude, que o Brasil nos ensine como produzir. Acho que é aí que está a importância desta reunião.

Eu realmente quero agradecer, em nome de todo o povo trinitário, por ter realizado este Fórum, esta Audiência Pública que permitirá o desenvolvimento da cidade de Trinidad, do Departamento de Beni e do Estado de Rondônia. Muito obrigado. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós é que agradecemos, Vossa Excelência, Prefeito, e nos sentimos muito honrados com a presença e tudo aquilo que Vossa Excelência colocou. Parabéns pela belíssima cidade que nós temos que é a capital do Beni, nossa querida Trinidad.

Como nós ouvimos, aqui, o Prefeito de Trinidad, para falar em nome dos prefeitos regionais do Vale do Guaporé, eu convido o Prefeito de Costa Marques, Prefeito Mirandão. A palavra é sua, Mirandão.

O SR. VAGNER MIRANDA DA SILVA (Mirandão) - Boa tarde a todos. Quero aqui agradecer ao nosso Presidente em

exercício, Deputado Lebrão, também ao Presidente Alex Redano, todos os deputados estaduais que estão presentes, ao nosso Deputado Federal, que também está presente, Lúcio Mosquini, que é um grande idealizador dessa ideia de Brasil e Bolívia. Quero cumprimentar, em nome do nosso Prefeito Cornélio, Prefeito de São Miguel, todos os prefeitos, o Tinoco, o Armando, os Prefeitos de San Ramón, de San Joaquín, os senadores, senadoras e deputados da Bolívia, os nossos vereadores, em nome dos nossos vereadores, em nome do nosso Presidente da Câmara, o Maurinho, todos os nossos nobres vereadores de Costa Marques, que estão presentes aqui nesta Audiência Pública; também, em nome do nosso amigo, César Cassol, todos os nossos empresários que estão aqui, não só os que estão aqui, mas também os que estão assistindo esta Audiência Pública de grande valia para o nosso Estado de Rondônia.

É como a gente diz, estou dizendo aqui, já foi muito bem explicado pelo nosso amigo Daniel Pereira, sobre o estudo, sobre o potencial que tem o Beni com Rondônia, Costa Marques, Puerto Ustarez, San Ramón, San Joaquín, e então já foi explicada essa ideia muito boa que está chegando ao final. Com certeza foram várias reuniões. Hoje, aqui, agradecer ao nosso Delegado da Receita Federal, o Murilo, pela grande reunião que tivemos esses dias para trás, com o Daniel Pereira, com o representante do Deputado Lebrão, o Cavalcante, foi muito produtiva essa reunião, foi uma das melhores reuniões, como o nosso Superintendente do Sebraefalou, o Daniel Pereira.

Aqui também quero agradecer, não deixar de agradecer, ao nosso amigo José Macedo, Presidente do Sindicato de Costa Marques, que saiu de Costa Marques para estar ouvindo e assistindo esta Audiência aqui em Porto Velho, na Assembleia. Então, ressaltamos aqui, tudo o que for para somar, que for para melhorar o nosso município, com certeza, nós estamos juntos nessa batalha, o General do Exército, também aqui, que nós precisamos muito do senhor em Costa Marques, nessa travessia entre Brasil e Bolívia.

Então, deixo aqui o meu abraço. Pode ter certeza, César Cassol, que nós estamos ali para fazer acontecer as coisas. Lógico que um prefeito sozinho não vai conseguir, mas com todos os deputados da Casa, os 24 deputados, os 8 deputados federais, o nosso governo e o nosso Presidente, com certeza, esse projeto vai acontecer com muita rapidez, se Deus quiser.

Não deixar de agradecer, também, que está me acompanhando aqui, a minha esposa Kréfia, a Primeira-Dama, o meu fotógrafo, o José Ilson, e todos vocês que estão assistindo esta Audiência. Muito obrigado e fiquem com Deus, que é a melhor companhia.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Vamos conceder a palavra agora a Excelentíssima Senhora Deputada Katiuska, representando o Departamento do Beni.

A SRA. KATIUSKA FIGUEROA ROJAS – Boa tarde. Um agradecimento muito cordial ao Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia-Brasil, e todos os Deputados de Rondônia — vou falar em castelhano — as autoridades representativas que vêm da Bolívia, muito especialmente ao Presidente da Assembleia, ao senador; meu prefeito do

município de San Joaquín, ao prefeito da província de Mamoré; também Estela, aos vereadores, todas as autoridades presentes na Bolívia e do Brasil. Muito feliz e muito agradecida pelo convite do nosso Presidente da Assembleia, Deputado Alex Redano; ao coordenador também, que está sempre muito interessado em trazer o desenvolvimento e avanço na coordenação com as relações bilaterais, o Deputado Lebrão, proponente desta Audiência Pública; a todos os comerciantes; a Federação dos Comerciantes, Secretário, representante também da Governadoria. À nossa Presidente da Assembleia, Cecília Giraldo. Nós estamos aqui.

Sou Katuska Figueroa Rojas, Presidente da Comissão para o Desenvolvimento Econômico Produtivo. Deputada Departamental da província Mamoré, sou do município de San Joaquín, do município que faz fronteira, Puerto Ustarez com o Forte Príncipe da Beira, que é no município de Costa Marques. Muito grata também ao prefeito de Costa Marques. O interesse que a Bolívia tem, o interesse que o Departamento de Beni tem, através de todas as autoridades, porque temos o interesse para poder ter a relação bilateral entre comércio, comerciante também. Também o interesse de confraternizar o conhecimento; confraternizar valores; confraternizar sabedoria; a experiência que as autoridades brasileiras têm. Assim como também estamos aqui presentes, estamos presentes porque temos um interesse comum, temos interesse no relacionamento bilateral, temos interesse, para progredir. Temos interesse de que Beni-Bolívia se desenvolva, progrida em investimentos, como representantes de comerciantes em todas as áreas. Desenvolvimento produtivo, desenvolvimento econômico em todas as áreas. Esse é o desenvolvimento, como disse bem o que me precedeu. O nome de um representante da minha Comissão de Desenvolvimento Econômico Produtivo, o interesse que os empresários têm, o interesse que a Comissão tem através da presente autoridade, com o único propósito de desenvolver o bem-estar para o Beni. Somos representantes do Beni. E por ele que as autoridades não estão de acordo, as autoridades que discordam em algum momento, é um retrocesso. Nós queremos desenvolvimento, queremos o progresso. E é por isso que também peço desculpas em nome, em meu nome, a todas as autoridades que perderam o interesse de participar de uma reunião. Pedir desculpas pelos momentos que aconteceram. Mas nós, aqueles de nós que temos o interesse de estar aqui presentes, permanecemos na guarda para o progresso, para que nosso querido Beni, progrida, para que nosso querido Beni leve adiante o desenvolvimento, com todas as autoridades representativas também.

No estudo, nós olhamos para o projeto, é muito, muito bom, nós estamos sempre, e sempre, como representante do município de San Joaquín, e isso já é a terceira geração que está esse projeto. Estamos na terceira geração, porque meus avós abriram o vão, o vão de Puerto Ustarez. Então, este ainda está de pé. Que as autoridades representativas seguem? Vamos levá-lo. Vamos levá-lo para o progresso do nosso amado Beni, da nossa amada Bolívia. Muito obrigada. Obrigada pelo convite e por me convidar para essa exposição. Obrigada. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Muito obrigado, Deputada. Satisfação recebê-la aqui. Registrar a presença do Senhor Jânio Fernandes de Souza, Superintendente Regional do Trabalho em Rondônia.

Registrar a presença também da nossa Senadora Maria Roxana Nacif Barboza, também do Senado Federal boliviano.

Neste momento, para fazer uso da palavra em nome da Assembleia Legislativa do Departamento do Beni, representando todos os deputados e deputadas, a nossa querida Presidente, Excelentíssima Senhora Cecília Giraldo Justiniano.

A SRA. CECILIA GIRALDO JUSTINIANO – Boa tarde para todos vocês. É uma alegria como Presidente da Assembleia Legislativa Departamental de Beni estar aqui com você, presente. Muito obrigada pelo convite do Presidente da Assembleia de Rondônia Deputado Alex Redano por sempre ter essa vontade, esse carisma, esse carinho com a Bolívia e com o Beni e novamente estar aqui novamente. Gostaria também de cumprimentar o Senhor Deputado Dr. Neidson, o Deputado Cirone, Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin. Senhor Lúcio Mosquini, Deputado Federal; General da Brigada Jorge Augusto Rivero, Comandante da Brigada de Infantaria de Selva. Senhor Capitão de Fragata Marcelo de Souza Barbosa. Senhora Corina Ferreira Domínguez, Senadora do Estado de Pando. Senhor Luis Flores Robert, Senador de Pando. Senhor Walter Jesús Justiniano Martínez, Senador do Estado de Beni. Senhora María Roxana Nacif Barboza, Senadora Plurinacional de Beni. Senhor Fernando Arias, representando o governo de Beni Senhora Katuska Figueroa, Vice de Beni; Prefeito Cristian Miguel Cámara, Prefeito de Beni, da cidade de Trinidad; Senhor Murilo Cerqueira Xavier, Delegado da Receita Federal, Senhor Daniel Pereira, Diretor-Superintendente do Sebrae. Também cumprimento nossa prefeita de San Joaquín, San Ramón. Orgulhosa de vocês, mulheres corajosas e lutadoras. Cumprimentando os Conselheiros. Vejo que a Universidade de Beni está presente. Saudações a todos eles. A cada um de vocês, para nossos queridos irmãos que fazem parte de uma forma ou de outra deste grande projeto e deste grande sonho para todos. Cumprimentando a imprensa. Aqui é onde estamos presentes aqui, seguindo um sonho, como bem diziam os ancestrais, de nossos avós, de nossos ancestrais, que é o desenvolvimento do nosso Departamento. É por isso que hoje estamos novamente aqui, para que entre a Bolívia e o Brasil esses laços de fraternidade possam continuar, laços que nos garantam uma política de relacionamento constante para o desenvolvimento do nosso Departamento. E aí que a importância da hidrovia, da Hidrovia e do Ichilo-Mamoré para poder exportar e importar nossos produtos. Também muito importante é o famoso Tratado de Petrópolis, a ponte de Guajará e Guayaramerín. O desenvolvimento da Costa Marques também é importante, porque dessa forma que a integridade do rio e da estrada se tornará possível para melhorar a qualidade de vida. Nós temos capacidade de desenvolver, temos a capacidade de poder aumentar nossa pecuária. E por que não dizer isso, aprender com nossos irmãos brasileiros que

têm uma excelente capacidade e ainda mais parabenizá-los por esse desenvolvimento de poder informar cada vez mais ao nosso país, a Bolívia, para que possa ser desenvolvido.

Também queremos que o uso da terra, o *plus*, seja um funcionamento. Queremos exportar grãos. Queremos que seja o Beni como Santa Cruz é. Nós, de Beni, queremos que saibam que somos a capital do gado da Bolívia. E, lamentavelmente, por não termos acesso, 80% do nosso gado vai para a cidade de Santa Cruz e é onde, para todos, a capital da pecuária seria Santa Cruz, sendo que o gado, não por não termos as condições certas para poder exportar, sai para a cidade de Santa Cruz, Cochabamba ou La Paz. Mas é aqui um sonho de todas as autoridades e de todas as pessoas que, de uma forma ou outra, fazem parte, queremos fazer o que pudermos. Sei que o passo que temos que seguir, em primeiro lugar, é poder fazer com que nosso Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia e do Estado Federal possa ter uma reunião para este fim. Para tornar esse sonho realidade, para que esse sonho já seja concreto, para que esse sonho deixe de ser um sonho e a gente torne isso possível.

Também deixar claro ao nosso Departamento de Beni que o progresso da Costa Marques não será o atraso de Guayara. O que temos que fazer como Departamento e como vemos é a integração, e não ter essa mesquinhez e não informar mal de que se uma ponte for feita em Costa Marques será removida a ponte para a Guajará, pois são dois projetos diferentes. O projeto que está em Guajará é o Tratado da Ponte de Petrópolis, que, como mencionei, na época, sabe que haverá uma conversa entre os dois presidentes dos nossos países e o de Costa Marques. E o projeto de Costa Marques é para que possamos também crescer e desenvolver tudo o que é San Joaquín, San Ramón, Trinidad. É por isso que temos que continuar unindo forças, não nos cansar, manter em reuniões, continuar insistindo, que eu sei que vai ser possível.

Também quero agradecer ao prefeito de Beni por sua presença aqui, o que é muito importante para nós. Somos uma capital que o maior sustento que temos é a pecuária, através de todas as pontes que podemos ter com o Brasil. Também temos que ver que um ponto será implementado que é muito importante para o nosso Departamento e para Rondônia, que é ser capaz de torná-lo turístico, de poder conhecer a nossa cultura. Nossos povos indígenas também serão desenvolvidos, já que em Beni há o maior número de indígenas, irmãos indígenas e camponeses, que também seus produtos serão exportados. Muito obrigada. Muito grata novamente e viva o Beni, que ele viva! Viva Rondônia! Obrigada. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Muito obrigado, nossa Presidente. Parabéns pelo pronunciamento. Cumprimentar e agradecer à presença do Senhor Dediel, empresário, fabricante de aeronaves. Está aí, olha, aeronaves para vender, quer mandar para a Bolívia também. Vamos vender uns aviões para lá. Senhor Jorge Chavez, empresário lá de Guayaramerín, também nos honra muito com sua presença.

Neste momento concedo a palavra ao Senhor Fernando Arias, representando o Governo do Beni.

O SR. FERNANDO ARIAS – Boa tarde, Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa. Vossa Excelência Deputado Estadual Lebrão; Sua Excelência Deputado Estadual, Senhor Cirone; Deputado Estadual Ismael Crispin; Deputado Federal, Senhor Lúcio Mosquini; Senhor General Jorge Augusto Rivera, Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, Capitão Marcelo Souza, Capitão dos Portos de Porto Velho. Senhora Corina Ferreira Domínguez, Senadora do Departamento de Pando; Senhor Luis Flores Roberts, Senador do Departamento de Pando; Senhor Walter Justiniano, Senador do Departamento de Beni; Senhora María Roxana Nacif Barboza, Senadora do Estado Plurinacional de Beni; Sua Excelência, Cecília Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Legislativa do Beni; Senhora Katuska Rojas, Membro da Assembleia do Departamento de Beni. O Senhor Cristhian Miguel Cámara, Prefeito da cidade de Trinidad; Senhor Murilo Cerqueira, Delegado da Receita Federal. Senhora Prefeita, San Juan e San Ramón. Uma grande saudação à nossa amiga Martha Silva. Uma grande saudação. Prefeito de Costa Marques. Saudação especial também aos nossos amigos da Universidade Técnica de Beni, nosso amigo Lucas, nosso amigo Johnny Bello, nossos amigos de Beni, pela importância econômica do Departamento de Beni. Uma saudação ao empresário Cassol, que também que compartilha conosco, também já no Beni, muito obrigado. Trago uma saudação muito grande do Governador do Departamento de Beni para todos vocês. Obrigado especial por convidá-lo. Lamentavelmente, por razões e agendas muito pessoais, ele não pôde estar nesta ocasião, neste importante evento. Mas, ele me ordenou, falar sobre a predisposição do Governo Departamental do Beni, enquadrado dentro a pessoa do médico Alejandro Unzuetaela, desenvolver o Departamento do Beni, desenvolver estradas, desenvolver fronteiras, desenvolver rios. Por isso é importante para nós de que juntos estabelecamos uma agenda rápida, porque a responsabilidade de levar em frente esse projeto é de brasileiros e bolivianos, prefeitos e prefeitadas, governadores e senadores. Celebrar muito nesta ocasião a parte do Governo nacional. Os honrados Senadores da Assembleia, também do Departamento do Beni, porque este é um trabalho que não pode fazer o governo e o prefeitura de Trinidad sozinhos, mas precisamos do mecanismo do governo para levar em frente. Por Isso, é importante que nossos Senadores também ponham conosco a mesmcamiseta do desenvolvimento para ser capaz de levar em frente o desenvolvimento do Departamento de Beni. A melhor forma é integrar. Grandes capitais chegarão para o Departamento do Beni e também nós receberemos com muita alegria aquelas capitais e vamos respeitar e ajudar com investimento. Convidamos o investimento privado para desenvolver, o investimento de bolivianos que desenvolve a zona.

É importante também lembrar de que temos dívidas históricas entre os dois países. Temos como exemplo, aponte de Guajará-Mirim com a Bolívia, em Guajará, que unirá dois grandes países. Esta ponte é uma dívida histórica do Brasil. É uma ponte que beneficiará ambos e é importante também para ser desenvolvida com a maior brevidade possível. Isso é importante porque a região dogadoprecisa. A região de Guayaramerín também precisa. Mas, no entanto, não é a única região do Departamento do Beni. A área de San Joaquín e a

área de San Ramón; Trinidad também precisar ser desenvolvida. Nós vivemos em um empobrecimento na zona. Temos uma das receitas *per capita* mais baixas da América do Sul.

Precisamos de mais investimento, de pontes e ashdrovias e ospontões para atravessar osrios. Nós somos bolivianos. Vocês também precisamde acesso para o Oceano Pacífico. E que melhor área para passar,do que pela Bolívia? Um país irmão com o qual, nós, os bolivianos, compartilhamos com vocês brasileiros, milhares de quilômetros. A fronteira maior donosso paíse com o Brasil. Somos parceiros estratégicos naturais e temos que desenvolver e levar em frente. Não fazer nada que seja contra nossa natureza. Uma das coisas que nos pediu o governador, foi que deixasse claro que nós vamos participar e colaborar em tudo isso, e ser participantes ativo, sempre e quando se respeita também a natureza. É importante, respeito ao nosso meio da vida, desenvolver áreas sem nenhum em detrimento de outro, fazer prioridades para estabelecer os portos. É importante a ponte de Guajará-Mirim, como também é importante a bara em Puerto Ustarez. Precisamos também desenvolver aquela zona.

Temos áreas importantes, temos estradas básica, temos o compromisso do Governo Nacional de fazer um caminho asfaltado. Agora temos que mover a ficha a todos o que nós somos aqui. A responsabilidade  do nosso tempo, depende do dinamismo com que programarmos tabelas de trabalho. Visitas, obter acordos entre todos para que este grande sonho que é construir um modelo de desenvolvimento para o Departamento do Beni, para a Bolívia, para o Departamento de Pando que é um Departamento irmão conosco, e para todos de Rondônia e do Brasil. É o momento e está em nossas mãos. O Governador do Beni agradece muito, através da minha pessoa, pelo convite e coloca  disposio todos os meios necessários para alcançar todos os propósitos para o desenvolvimento do Departamento. Muito Obrigado.**(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Nós é que agradecemos. Leve o nosso abrao ao Governador. Nesse momento vamos registrar a presença do Senhor Rolando Villar Anes, encarregado para assuntos com o Brasil e a Universidade Autnomado Beni.

Senhor *Johnny* Bello, Mestre, Diretor de Educao  Distância, pela Universidade Autnoma do Beni, na Bolívia. Senhor José Luis Rivero Jordn, Diretor de Relaoes Internacionais da Universidade Autnoma do Beni, também.

Nesse momento, concedo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Walter Jesús Justiniano Martínez, Senador da República Boliviana.

O SR. WALTER JESÚS JUSTINIANO MARTÍNEZ – Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Deputado Alex Redano, muito obrigado por nos convidar para a Audiência Pública. Distintas autoridades políticas da Bolívia, meus colegas Senadores, Deputados de Rondônia, Deputados Estaduais representantes do Governo de Beni, da Universidade Autnoma de Beni; público em geral.  possível que agora estejamos pisando em uma nova era de desenvolvimento do Departamento de Beni e de Rondônia, neste caso Brasil e Bolívia. Sem dvida, a nova rota que agora é promovida entre Rondônia e Beni, Costa Marques e Puerto Ustarez uma rota importante.

É a primeira rota que já tivemos em anos, que está quase consolidada, está o comércio pelas cidades de Guajará-Mirim-Rondônia, e Guayaramerín-Bolívia, que dentro do Tratado de Petrpolisj deveria ter uma ponte internacional. Algumas razões que são compreensíveis devido à situao que os países estão passando, por causa da depressão econômica causada pela pandemia, entendemos que o Brasil agora não está priorizando a construo dessa ponte. Mas tenho certeza que o Brasil, como país irmão, cumprir, no devido tempo, honrar essa dvida histórica que é muito importante, como meus antecessores já enfatizaram.

Nós, como Senadores, dizemos que nós, eu sou beniano, nascido em Guayaramerín. Conheço muito bem a realidade da fronteira. Sempre tentamos buscar a integrao entre Rondônia e Beni em muitos cenários. Fizemos alguns progressos, mas pouco. Acredito fundamentalmente que este projeto de integrao comercial, pela rota de Costa Marques/ Puerto Ustarez  viável e devemos apoiá-la. É evidente que o projeto da ponte internacional entre a Guajará-Mirim e Guayaramerín não tem que interferir com o projeto Puerto Ustareze vice-versa. Isso é demais claro, e nós explicamos muito claramente. Nós, pessoalmente, apresentamos dois projetos de lei para nomear e implementar dois portos internacional na Bolívia, em Beni, um em Puerto Ustareze outro em Guajará-Mirim, de acordo com um acordo verbal que tivemos principalmente com o Deputado Lebrão, na última reunião que tivemos em Puerto Ustarez. Desta forma, já colocamos o plenário os parlamentares benianos, apresentamos o projeto de lei que está em análise. Esperamos que nossos colegas parlamentares de toda a Bolívia nos apoiem para que esse projeto seja aprovado, pois é essencial ter esses dois portos internacionais, tanto em Puerto Ustarez, como eu irei para Guayaramerín.

Pessoalmente, Senhor Presidente da Assembleia, eas autoridades de Rondonia e Bolívia também, prometo meu trabalho de apoiar e buscar consenso e divulgar a proposta que está sendo feita agora.

Gostaria, também, de pedir ao Governo Beni, neste momento, que realize um estudo semelhante para poder justificar, do lado da Bolívia, a viabilidade técnica e econômica que agora está sendo claramente demonstrada no estudo apresentado pelas autoridades de Rondonia. Aplaudo e parabenizo a iniciativa e reitero o empenho do meu trabalho como parlamentar para levar adiante este projeto. Muito obrigado. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convido, neste momento, para uso da tribuna, o nobre Deputado Federal Lúcio Mosquini.

O SR. LÚCIO MOSQUINI - Boa tarde a todos. Quero, por economia de tempo, cumprimentar o Deputado Eurípedes Lebrão; em nome dele e do meu Presidente Alex Redano, gostaria que todos se sentissem cumprimentados. Senhor Senador Luis Flores Roberts, meus cumprimentos a você e todo o Parlamento Boliviano. É um prazer muito grande estar aqui discutindo esse assunto tão importante.

Pelas pessoas que aqui estão, nós podemos ver a importância desse assunto para Rondônia e para a Bolívia. Em

2015 ainda, com o Deputado Lebrão, eu recebi essa demanda lá em Brasília, e a partir daquela data nós traçamos uma meta, que era conseguir fazer essa travessia. Nós temos uma briga muito grande por ponte, que brasileiro adora asfalto e ponte; ponte daqui, ponte dali. Nós temos um tratado a ser seguido, de mais de 100 anos, e não vai se realizar da noite para o dia, que é a ponte de Guajará-Mirim, mas nós vamos continuar brigando por ela.

Entretanto, isso não impede que nós possamos buscar novas alternativas para que esse transporte possa ocorrer. Nós temos muito interesse nessa travessia, mas temos um caminho longo a seguir ainda. Nós não vamos sair desta Audiência e amanhã vai estar tendo esse transporte. De jeito nenhum. Poderá até alguém, sem noção da importância que tem isso, divulgar que nos próximos dias — eu atendi a imprensa ainda hoje, e me foi perguntado que dia vai ter a travessia. Não é assim. É uma jornada longa a ser seguida. Mas, nós aqui, brasileiros, estamos unidos, nós temos uma meta, que é viabilizar esse comércio. Nós temos aqui o Pedro, da Rical, e o César Cassol, dois grandes empresários de Rondônia, que estão aqui, na figura representativa dos demais. Mas a importância que tem essa travessia para nós, talvez seja até mais do que a de vocês.

Eu trago aqui, Presidente Alex Redano, números importantes de negócios, de dinheiro dessa travessia.

Vocês têm na Bolívia a ureia, que é o boro 10. Nós não temos. Vocês têm ureia que nós não temos. Vocês têm o cloreto de potássio, aliás, além de nós não termos ele, ainda a gente importa da Bielorrússia, uma das últimas ditaduras do mundo. E que agora, pelo embargo econômico imposto pelo governo americano, talvez nós não teremos esse produto aqui no Brasil. Vocês têm ureia lá, que a fusão do gás natural e nós não temos. Uma tonelada de ureia hoje, YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*), custa hoje, na data de hoje, US\$ 460,50, esse é o preço. Ela, aqui, para nós hoje custa US\$ 820,00.

Vocês têm o cloreto de potássio, que todos nós procuramos e buscamos, hoje, a cotação de hoje, na Bolívia está US\$ 731,00, para nós, aqui, sai US\$ 940,00. A ureia, se nós optarmos por Guajará-Mirim, sai a US\$ 90,00 a tonelada. Se for pela Hidrovia Ichilo-Mamoré, vai sair em torno de US\$ 50,00 a tonelada. De qualquer forma, ela chega barata aqui para nós e nós precisamos dela.

Não estou falando aqui do sal boliviano que, a princípio não nos serve. Sal boliviano tem mais de 30% de umidade, mais de 30% de água. Nós não conseguimos transportar um produto que tenha 30% de água. Tem uma técnica, o ferricianeto de potássio que injetado no sal a gente consegue tirar essa umidade dele. Com certeza isso vai acontecer. Mas só esses dois produtos, já alavancam a nossa economia.

E nós temos aqui para oferecer o calcário. O calcário, em Rondônia, fez uma verdadeira transformação: nós somos uma Rondônia antes do calcário Cassol, e outra Rondônia após o calcário. Agora, imagina vocês da Bolívia, imagina o Estado do Beni recebendo esse produto que, aliás, é barato aqui em Rondônia. É caro se a Bolívia tivesse que buscar em outro lugar.

Então, nós temos e talvez eu fique aqui um bom tempo falando da importância que tem esse comércio. Mas, eu não posso ficar no discurso. Eu não posso ser mais um nesse

cenário. Nós temos que assumir o papel da nossa responsabilidade.

Eu sou vice-líder do Governo Bolsonaro na Câmara, lá nós temos vários vice-líderes e um líder do governo. Sou líder da bancada federal. Ninguém de nós é contra. Aqui tem 24 deputados estaduais e todos eles brigam por isso. O Governo do Estado briga. O Daniel Pereira foi brilhante na sua fala aqui, e desde antes do Daniel ser governador, todo mundo já queria. Mas e aí, nós vamos fazer o quê? Nós temos que eliminar as etapas. Temos que eliminar as etapas.

Nós conseguimos agora uma Nota Técnica de vários órgãos do Governo Federal. No próximo dia 24, nós temos uma audiência com o Ministro Paulo Guedes, onde, possivelmente, até lá nós vamos ter uma Nota Técnica da Receita Federal que hoje é o nosso maior gargalo. No Brasil, tudo é a Receita Federal. Não sei se na Bolívia é assim. Aqui, é o tesouro, é quem cobra. E eu já estive com o próprio Presidente Bolsonaro, falou: "Mosquini, fala com o Paulo Guedes.". Eu fui com o Paulo Guedes, "Fala com o Afif", que era o Secretário-Executivo. E você vai no Itamaraty, que é o nosso Ministério das Relações Exteriores, tem que falar com a Receita Federal. Na Anvisa, tem que falar com a Receita Federal. A ANTT, que é a Agência Nacional de Transportes Terrestres, nossa, e a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), precisam do aval da Receita Federal, ou seja, esse projeto nosso, passa necessariamente pelo aval da Receita Federal.

E o que nós estamos idealizando? O que nós estamos traçando? Nós queremos uma fiscalização sazonal, no dia tal, na hora tal, a Receita Federal vai estar lá, às margens do rio Guaporé para alfandegar essa balsa e os demais são problemas pormenores. "Ah, tem que ter o acesso". Nós tivemos uma tratativa já com o DNIT e com o Exército para que nós possamos viabilizar a licença, a abertura dessa estrada, o recurso para fazer esse acesso. "Ah, a Receita Federal tem que estar lá no rio." Ela tem um trailer apropriado para isso. "Ah, a Anvisa tem que estar lá também". Ok, perfeitamente. Vamos viabilizar o trailer da Anvisa. Nós temos que ir vencendo por etapas. E tem que ser um trabalho técnico. "Ah, mas o senhor é político." Não, eu sou político mesmo, mas não existe nenhuma decisão política que não esteja embasada em uma decisão técnica. Então, elas se fundem — a decisão técnica com a decisão política. A decisão política já tem — o Presidente Bolsonaro quer fazer, eu e tantos outros queremos —, mas nós precisamos de ter essa viabilidade.

Daí, então, a Receita Federal cobrou o EVTE (Estudo de Viabilidade Técnica Econômica). A gente requisitou ao Governo do Estado. Não saiu. Pedimos para uma ONG. Não saiu. Conversei com o Daniel e ele conversou com os empresários e está aí o estudo. E agora nós estamos vencendo mais uma barreira. A Receita Federal já tem um estudo, já apresentou, já fez avaliação e agora, até o dia 24, nós teremos uma nova etapa neste trabalho a ser concluído.

Eu penso, Silvernani, que Rondônia vai sofrer uma transformação econômica muito grande. Está aqui o Prefeito Mirandão, de Costa Marques; Prefeito Armani, de Seringueiras; Prefeito Tinoco, de São Francisco; Prefeito Cornélio, de São Miguel. Aquela região vai ficar rica mais do que é, porque lá nessa região nós ainda temos terras antropizadas, terras baratas e de boa aptidão para agricultura e vizinho de um país

que quer vender tudo para nós e nós queremos vender tudo para eles. Mas a gente não consegue, não consegue.

Nós tivemos uma Audiência Pública lá em Costa Marques e devia ter umas 50/60 pessoas, todo mundo querendo ir para a Bolívia. E aí, meu caro Senador Luis, nós não fomos autorizados a entrar na Bolívia. Cadê o Senador Luis? Está lá. Então, que conversa é essa que nós estamos tendo aqui? Todo mundo interessado e nós chegamos lá na beira do rio, todo mundo querendo botar o pé na água para atravessar “não, não, não, não pode”.

Nós queremos que Vossa Excelência convide aqui o Presidente Alex Redano para que nós possamos realmente comparecer no Estado do Beni, no Governo da Bolívia para nós estreitarmos as nossas relações políticas e conseguirmos viabilizar esse projeto tão importante para o Brasil. Eu já combinei com o Senador Aloísio, porque ele também é líder do governo lá. Nós teremos daqui a duas semanas uma audiência no Ministério das Relações Exteriores, com o Ministro da Relações Exteriores da Bolívia e com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Nós temos que ir aparando arestas. Colocar as pessoas frente a frente e aí nós precisamos, Pedrinho, falar a mesma língua. Tem interesse da Bolívia? Sim. Tem interesse do Brasil? Sim. Tem discordância da Bolívia em alguns pontos? Sim. Do Brasil também. Mas nós precisamos nos afinar. Falar a mesma língua. Tem despesa para a Bolívia? “Sim, senhor, perfeitamente”. Tem despesa para o Brasil? “Sim, senhor, perfeitamente”. “Quanto custa?” A minha parte custa tanto, a sua parte custa tanto. Nós vamos fazer. Agora nós precisamos ter um dia na semana, um dia no mês para fazer essa travessia. Depois ninguém segura mais.

A própria inércia do negócio, a busca pelo recurso financeiro, a busca pelo dinheiro vai nos proporcionar um momento de falar “não, nós vamos construir um porto aqui, vamos construir uma ponte aqui”. É isso que nós estamos brigando.

Talvez, se um dia tivermos uma ponte ali, muitos de nós aqui não estarão para ver, mas nós temos que começar essa briga, nós temos que começar essa luta. Por hora nós queremos alinhar, focar no alfandegamento da balsa. Fora disso, Cornélio, é fala ao vento. Fala ao vento! Temos que ter a balsa, temos que ter a estrutura do porto e temos que ter a Receita Federal. Passou um mês? Passou. “Não, agora tem que ser dois dias.” Perfeitamente. “Agora tem que ser três dias.” Perfeitamente. Nós temos que ter foco. Sermos concentrados nisso. Na hora em que nós tivermos essa balsa alfandegada e a Receita Federal determinada, ninguém segura essa relação comercial dos dois países.

Então, eu quero parabenizar e agradecer ao Deputado Lebrão. Ele está no banheiro? Foi ao banheiro?

(Às 17 horas e 59 minutos, o Senhor Lebrão passa a presidência ao Senhor Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O Deputado não está se sentindo bem. A pressão caiu. **(fora do microfone).**

O SR. LÚCIO MOSQUINI – A pressão caiu?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Só justificar aqui. A pressão do Deputado Lebrão deu uma caída, e ele saiu rapidamente, mas já retorna.

O SR. LÚCIO MOSQUINI – Bom, mas eu quero aqui, publicamente, reconhecer o trabalho do Deputado Lebrão. Ele é um incansável nessa implantação de uma ponte, de uma balsa, de um túnel, de uma canoa, do que for. Ele é o pai dessa criança. Ele que me incentivou a comprar essa briga lá em Brasília.

Então, eu queria aqui, verdadeiramente, render minhas homenagens ao Deputado Lebrão, e dizer, Presidente Alex Redano, que a Assembleia Legislativa de Rondônia pode contar com a bancada federal, para que, juntos, nós possamos produzir bons frutos da política de Rondônia, do Brasil com a Bolívia. Muito obrigado, e parabéns a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns pelas palavras, nosso nobre Deputado Federal Lúcio Mosquini, incansável também, nosso representante nessa batalha.

Nós temos mais algumas autoridades inscritas, e eu gostaria também de abrir as inscrições para as falas. Está inscrito aqui o Guilherme Erse, está inscrito também o César Cassol.

Gostaria que o Cerimonial ficasse à disposição aqui para fazermos as inscrições dos nobres amigos e amigas. Mais um senhor se pronunciou para se inscrever. Só se manifestar aqui, e o pessoal do Cerimonial está à disposição.

Gostaria de convidar, neste momento, o Excelentíssimo Senhor Senador do Estado do Pando, Bolívia, o Senhor Luis Flores Roberts. Quero agradecer aqui a toda a delegação de autoridades bolivianas. *Bien venidos en Rondônia!*

O SR. LUIS FLORES ROBERTS – Muito boa tarde. Saúdo todos os presentes. Quero saudar e agradecer o convite, inicialmente ao Excelentíssimo Deputado Alex Redano, Presidente da Assembleia; ao amigo Deputado Lebrão, que visitou nosso Departamento em nosso país em muitas oportunidades, e através dos deputados, a todos os representantes do Poder Legislativo, Executivo de Rondônia. Saudar o Deputado Federal Lúcio Mosquini também, pela presença e pela vontade de trabalhar. Saudar o nosso Senadorem nossa delegação de parlamentares, tanto estaduais como federais, da Bolívia. Cumprimentar também a Senhora Cecilia Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia e através da Presidente para o resto dos legisladores e também ao Executivo de Beni. Também cumprimentar o Senhor Cristhian Miguel Cámara e através do prefeito de triniano, todos os prefeitos da Bolívia e também aos prefeitos do Brasil presentes, uma saudação muito especial. Cumprimentar também o Delegado da Receita Federal que está presente; ao nosso amigo também de tantos anos, Daniel Pereira, que fez uma excelente exposição hoje.

Nós, como bolivianos, aqueles que conhecem a história da Bolívia, foi solicitado há mais de cem anos, com o Tratado de Petrópolis, a integração de Guajará-Mirim e Guayaramerín, porque nossa riqueza, a borracha, naquela época, era mais ao norte da Bolívia. Não foi na parte de Costa Marques, foi na parte de Riberalta e Pando, ao norte beniano e ao norte de La Paz. Para conhecimento, não vamos desistir do sonho de ter essa ponte, porque é claro que mais ao sul ela beneficia uma parte da Bolívia, mas ao norte ela não vai beneficiar — não é verdade? — na integração de Costa Marques. É importante

esclarecer essa questão, mas também mencionar que a Bolívia está se desenvolvendo ao norte depois de muitos anos. Mencionar que nós, como país já trabalhamos para integrar bastante nossas estradas com o norte boliviano. Um exemplo, um exemplo é que se está construindo a estrada de Trinidad, San Ignacio, San Borja, Yucumo, Ovalle, Reyes, Santa Rosa, Riberalta, 1.200 quilômetros, neste momento, em construção, com financiamento, com recursos. O que o nosso prefeito de Trinidad disse, que não está integrado ao norte, será integrado em três anos aproximadamente, no máximo quatro anos. E também está em construção nossas estradas para o Departamento de Pando, El Choro, Peña, Amarilla, Sena, Cobija. E de Cobija, antes de chegar a Cobija, km 19, extremo para o Peru. Ou seja, o norte boliviano vai para o Peru. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

Nós planejamos trabalhar a agropecuária, a agroindústria, porém nossa tradição, e nosso convênio já está integrando com o Peru, o norte boliviano. Porém, até o momento não temos convênio, nem tratativas concreta com o Brasil. Somos sinceros, nós necessitamos, porém não temos nada concreto. Está avançando também, dizer-lhes que na parte de Pando, nós vamos ter um encontro binacional que teremos nos dias 29 e 30 deste mês, na próxima semana, entre o Presidente do Peru e da Bolívia, do gabinete de ambos os países, definir a abertura de um novo ponto fronteiro, do norte boliviano com o Peru, que vai ajudar a exportar gado, através do Pacífico e outros produtos. Estamos trabalhando há 7, 8 anos, quando estava de Governador, já está construído o espaço fronteiro fisicamente e queremos agora é definir a... **(ininteligível)** para incluir a alfândega, a migração, etc. Ou seja, temos trabalhado. Algo que não falta todos os dias, é que queremos desenvolver o Norte do nosso querido país Bolívia.

O tema específico, queridos amigos de Rondônia, autoridades, considero que esse tipo de encontro, que já tivemos em outras oportunidades, a visita do governo de Rondônia, o Daniel, e nós também viemos a Rondônia, nos recebeu o Governador Confúcio e Daniel de Vice-Governador, e nós integramos entre governo regional estaduais, Departamental da Bolívia, sem embargo, creio que foi toda vida de boas intenções. Considero que devemos avançar muito mais aceleradamente em temas concretos.

Eu quero propor, nesta reunião, que nós vamos convocar a Assembleia Departamental, alguns pontos que creio que devemos concretizar a partir desta reunião. Primeiro, mencionar e dizer-lhes que me comuniquei com o operador de exportação, de processamento e de... **(ininteligível)** da sala na Bolívia, de... **(ininteligível)** e também de ureia. Me comunicaram, e me diziam que necessitam uma ordem oficial de Rondônia para convocar uma reunião técnica, para ver o tema dos custos, das quantidades, transporte e seguramente a consolidação até a zona norte do Beni, onde vocês podem receber seu produto e outro que quiserem. E também ver a possibilidade de vender algum produto de Rondônia.

Então, dizer ao Presidente da Assembleia e a todos os presentes, aos empresários também eu saúdo, em especial, dizer-lhes que já está concretizada a reunião com o Governo da Bolívia, uma reunião técnica. E, posterior a isso, uma

reunião, que disse o nosso Deputado Federal, que efetivamente é necessária, uma reunião política em Brasília. Essa reunião que deve unir esta região de Bolívia e Brasil, especialmente o intercâmbio comercial. Creio que esta reunião que será convocada, vai render frutos.

E, terceiro, uma reunião bilateral do nosso Governo Federal do Brasil e do Governo Nacional da Bolívia, que deve se consolidar muito breve, sugiro que as autoridades, que o Senador Luis Flores, os que estão presentes, outros senadores, outros governadores, outros deputados estaduais, uma reunião anual entre as regiões. A região da Bolívia, com os alcaides, com os prefeitos, com os senadores, deputados, com os governos regionais: Rondônia, Beni, Pando, muito especialmente, para traçar metas de cumprimento dessa integração, especialmente comercial.

Creio que definindo metas, não teremos essas reuniões muito longas, que na realidade, estamos com 7, 8 anos de reuniões, onde não havia se concretizado nada e precisamos fazer reuniões mais periódicas, definidas. Creio que poderemos, juntos, buscar apoio dos nossos governos federais e nacionais. Dessa maneira poderemos concretizar o que necessita Rondônia, o que necessita Beni e Pando. Diminuir a possibilidade desses encontros, consolidar o processo do ponto de integração, Costa Marques/Puerto Ustarez, que essa é uma reunião definitivamente nacional. É uma reunião entre "conselheiros". **(Discurso em espanhol, traduzido por Rosangela Almeida de Oliveira).**

Se o Brasil está tramitando especificamente a Receita Federal, a sua presença e seguramente a migração; mas não conhece exatamente o estado do trâmite na Bolívia. E deve existir comunicação de maneira direta entre as autoridades regionais, os Senadores presentes, Deputados de nossa região Bolívia; Senadores e Deputados da região de Rondônia e também o Estado de Rondônia e o Governo Departamental de Beni e Pando. Necessitamos trabalhar juntos. Honestamente, não sei exatamente o trâmite que a administração regional do Beni iniciou, mas o compromisso a partir desta reunião, queridos amigos de Rondônia, é cooperar e ajudar. Os Senadores que estão aqui presentes se comprometem a tramitar primeiro, muito cordialmente, convidar através Chancelaria. Vamos processar o ingresso de vocês pararecebê-los muito cordialmente em Beni para que nossos deputados estaduais, federais possam visitar-nos, não é certo? Se for possível em Trinidad ou La Paz, o de LaPaz está consolidada, está praticamente solicitado. Mas, quando quiser integrar, visitar nosso Departamento do Beni, com muito gosto, realizamos todos os procedimentos. Oficialmente não temos escritórios de migração nem de Alfândega, que é a Receita, em Puerto Ustarez. É claro, que se aparecer qualquer autoridade, certamente vai paralisar o ingresso. Mas a amizade é mais importante, a intenção e a vontade de integrar e abraçar, de avançar nos negócios, nas empresas, no comércio e na diplomacia e na política entre o dos países irmãos. Isso é o mais importante. E contar com todos os que estão presentes. Sugiro, meu estimado Presidente, poder, talvez escrever uma nota de boas intenções para consolidar a permanência, a periodicidade destes encontros. E, esperançosamente, eu tenho o sonho que nós teremos netos que verão a ponte de Guajará-Mirim. Eu quero dizer-lhe algo, meu querido amigo: Pando,

que é uma região muito pequena. Eu penso que os meus netos vão ver a ponte do rio Beni que cruze Pando e Beni. Beni dois, como a gente fala, e o outro Beni uno, que custou mais do que \$ 20 milhões de dólares, já o construímos e já inauguramos, aberto há um ano, \$ 20 e poucos milhões de dólares, mas não somente se construiu isso para o Pando. Já se construiu outra ponte que tem mais de 500 metros de longitude. O porto da ponte rio Madre de Dios, que custou mais de \$ 40 milhões de dólares. Entre as duas pontes para o Pando, se construiu \$ 65 milhões de dólares. Claro, e nós dizíamos a um nosso deputado federal que o custo da ponte da Guajará é de \$ 57 milhões de dólares, R\$300 milhões de reais, ou seja \$ 57 milhões de dólares. Para nos integrar ao norte de Bolívia, já gastamos somente em ponte, mais de, aproximadamente, \$ 65, \$ 70 milhões de dólares. Porque se a intenção da Bolívia é integrar, desenvolver, trabalhar, se não tivermos estradas e pontes, teremos dificuldade em produzir e em enviar. Vamos fracassar. Mas a intenção já é vontade da Bolívia. Oxalá que possamos não somente integrar a Bolívia, o centro com o Norte, e do Norte com o Oeste, com o Peru, e integrar com o Pacífico. Mas também, possamos avançar nessa integração com nossos queridos amigos do Brasil. Esta é a intenção no dia de hoje.

Outra vez, querido Presidente, agradeço o convite amigável. Pode contar com os amigos da Bolívia e as autoridades que estão presentes e, se Deus quiser, possamos avançar nestes critérios, e esta vontade que existena autoridades, entre autoridades e possamos evoluir um próximo encontro próximo ano. Muito Obrigado. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Senador Luis Flores.

Convido para uso da palavra a Excelentíssima Senadora do Estado do Pando, na Bolívia, Corina Ferreira. Estou fazendo a inscrição de todos. Logo mais, todos serão convidados ao uso da palavra.

A SRA. CORINA FERREIRA DOMINGUEZ – Boa tarde, saúdo todos os presentes, especialmente Vossa Excelência, o Senhor Deputado Alex Redano, muito obrigado pelo convite. Para mim é muito agradável e tenho muita alegria de poder estar em Porto Velho hoje, Rondônia. No caso, também cumprimento o Deputado Estadual Dr. Neidson; Sua Excelência Deputado Cirone, membro do Estado; Sua Excelência Senhor Ismael Crispin; Sua Excelência Senhor Lúcio Mosquini, Deputado Federal. Também cumprimento o Brigadeiro General Jorge Augusto. Também saudar o Excelentíssimo Capitão de Fragata Marcelo de Souza e cumprimentar os três Senadores do Estado Plurinacional da Bolívia que hoje me acompanham, que tiveram a oportunidade, sem dúvida alguma. Muitos dos nossos senadores, praticamente todos, gostariam de estar presentes, mas desta vez, o Pando e o Beni, que são os dois Departamentos da Bolívia que estão mais interessados nesses projetos. Por outro lado, quero cumprimentar o Senhor Fernando Arias, representante do Governo de Beni; a Senhora Cecília Giraldo, Presidente da Assembleia de Beni; Senhora Katuska Rojas, Deputada da Assembleia Beni; Senhor Cristhian Miguel Cámara, Prefeito de Trinidad; Senhor Murilo Cerqueira, Delegado da Receita Federal, e também Excelentíssimo Senhor Daniel

Pereira, Diretor-Superintendente do Sebrae, que nos fez uma excelente apresentação, por certo. E também todos os prefeitos presentes, todas as nossas autoridades, no caso; os empresários também, que hoje estão aqui, do Estado de Rondônia e empresários bolivianos, bem como os vereadores e demais prefeitos.

Bem, eu queria começar agradecendo realmente pelo quão bem-vindos nós fomos, a delegação que veio da Bolívia, por todas as atenções que tivemos, somos gratas de verdade.

Por outro lado, poder dizer e expressar parabéns a todos os deputados que hoje estão viabilizando este encontro, uma vez que, como dissemos anteriormente, falamos de uma integração da Bolívia com o Brasil há muitos anos e praticamente pouco progresso foi feito para tornar isso realidade. Além disso, por outro lado, dizer-lhes... Antes disso para me apresentar, meu nome é Corina Ferreira Domínguez, Senadora por Pando, líder da bancada opositora, dama maior bancada de oposição que o Estado tem no momento, o Estado Plurinacional da Bolívia e, sem dúvida, também membro da Comissão de Política Internacional, bem como o Senador Flores.

É por isso a minha preocupação com tudo o que vem acontecendo com relação ao atraso que temos como Estado boliviano e um Estado brasileiro, pelos diferentes processos de integração que temos. Quero começar expressando, em nome da Câmara de Senadores, o total, o total apoio ao projeto do que vem a ser a integração de parte de Puerto Márquez, assim como Ustarez, que faz parte do Departamento de Beni, já que é praticamente uma realidade para nós. O fato de que precisamos que os dois países irmãos são necessários para poder integrar.

Por outro lado, a importância do Tratado de Petrópolis, que é outra das coisas que particularmente, como pandina, me preocupa e queremos tornar realidade, pois fala-se da construção de duas pontes, não só da ponte que liga Guajará-Mirim com Guayaramerín, mas também... **(ininteligível)**, que está praticamente no Departamento do Pando e é uma necessidade, para poder unir a zona de Laguna com o Estado do Acre, que também é um sonho que há muitos anos — são 117 anos —, que esperamos que isso se torne realidade e para o qual expressamos o apoio da integração que deve se dar em ambas as construções. E também compartilho a preocupação, no caso da opinião de todos os colegas que me antecederam, dizendo que ele não intervém no caso da integração do que vem para ser uma área com outra.

Isso não intervém no que tem a ver com a construção da ponte da Guajará-Mirim, por isso expressamos total apoio e tudo o que tem a ver com integração, sempre o Estado boliviano estará disposto a apoiar e terá boa-vontade.

Dizer ao Deputado que, embora tenha sido feita uma tentativa de uma reunião presencial não permitiram a passagem, não foi por causa de uma questão de que o Estado boliviano não tinha vontade. Mas, lamentavelmente, houve um erro de coordenação com o que vem a ser a Chancelaria, porque, praticamente, oficial não tinha sido feito. Eu tentei, mas não consegui. Vim descobrir o dia, praticamente que a delegação brasileira como membro da Comissão de Política Internacional. Eu tentei, mas você sabe que assim como o Brasil tem suas regras, precisamente o que vocês nos disseram, que tem que chegar no dia para que a Polícia Federal possa

fazer o ingresso, e eles têm que ter um teste PCR e eles têm que ter vacinas Covid também. No mesmo caso, a Bolívia também tem suas regras e, infelizmente, não houve coordenação adequada para que pudesse ser priorizada. Porque, embora tenhamos regras, sempre o Estado boliviano deve ter a vontade de poder dar viabilidade. Mesmo que não tenhamos a presença da Alfândega, mesmo que, de repente não tenhamos a presença do que vem a ser migração, mas, a Bolívia tem que buscar uma maneira para que isso se torne uma realidade e como disse Senador Flores, que ele, no caso, como representante do Estado, representante do Presidente, já fez o compromisso para que isso se torne realidade. Também como membro da Comissão da Política Internacional no Senado, quero me comprometer hoje a viabilizar, e já observando que no caso quando se trata sobre integração, quando se trata de que nossos Estados progridam, nunca deve haver diferenças políticas. É algo que compartilho com o Walter, é algo que compartilho com o Luis Flores, do apoio total e incondicional quando se trata de poder integrar dois países historicamente irmãos, e com o qual compartilhamos a maior quantidade de quilômetros de fronteira. Isso deve ser uma realidade, que a Bolívia, o país irmão, Brasil, que utilize para integração desejada, para ter um mercado de venda de seus produtos, assim como ter o desejado passo para o Oceano Pacífico; assim também para nós, o desejo de ter acesso para o Oceano Atlântico.

Eu sou de um Departamento do Norte que, às vezes, muitas pessoas dentro mesmo da Bolívia não conhecem. Para nós é um sonho poder dar esse valor agregado para os nossos produtos, para a nossa riqueza amazônica. Pando é um Departamento 100% amazônico que requer o apoio também do Estado central, assim como os países vizinhos, irmãos, como o caso do Estado do Acre, para poder ter uma coordenação direta.

Hoje, todas as minhas palavras e meu apoio para esse encontro que deverá se dar em Brasília, não só com autoridades, como no caso o Estado de Rondônia, também Mato Grosso, Mato Grosso Sul, assim como o Estado do Acre. Cremos ser importante poder avançar em tudo o que temos pendente no que diz respeito a integrar-nos. Verdaderamente estarmos trabalhando o lado que será o comércio. Eu acho, como sempre é dito entre Pando e Acre: somos uma necessidade, não podemos ser um sem o outro. Assim como é o caso de Brasileia que depende da cidade de Cobija, pelo comércio, pela quantidade de coisas que nós adquirimos e o que são aqueles dois municípios, igual para nós. A importância de poder ter boas relações para podermos também nos beneficiar do Estado do Acre.

Vocês, como Estado, como País, estão avançando. Têm tecnologias, que sem dúvida, podem ajudar a nós e os outros Estados brasileiros. E eu sei que vocês nunca terão esse egoísmo de poder apoiar todos os empresários, os irmãos bolivianos, para poder guiar nesse avanço que vocês têm.

Parabenizar Rondônia, de verdade, porque estes últimos anos tem se visto, que considerou todas as suas diferentes etapas anteriores do desenvolvimento para hoje poder ser esta Rondônia, um expoente do que será a pecuária, o leite, o que será também a venda de calcário e outros.

Então, obrigada pelo convite. Meu compromisso como senadora, meu compromisso como membro da Comissão da Política Internacional para ser uma realidade, por favor, deputados; por favor, Senhor Presidente, pedir-lhes que é urgente a reunião em Brasília, que deve ser no próximo mês de novembro. E assim também, o nosso compromisso para apoiar uma reunião que tem que ocorrer, que poderá ser em Puerto Márquez. E os irmãos benianos, autoridades pandinas, autoridades, todas as autoridades que quiserem estar ao lado do Estado boliviano e do Estado brasileiro. MUITÍSSIMO obrigada. Viva Rondônia! Viva Pando! Viva Beni! Viva Bolívia e o Brasil! Obrigada. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero convidar o Excelentíssimo Senhor Alcaide, Prefeito de Trinidad Cristhian Miguel. Ele tem alguns compromissos, mas fará rapidamente algumas observações.

O SR. CRISTHIAN MIGUEL CÁMARA ARRATIA - Bom dia. Muito obrigado. Eu tenho que me retirar por causa de alguns problemas pessoais, mas eu não queria perder a oportunidade para dar alguns reconhecimentos em nome do povo trinitário e a gratidão pela bondade, por essa solidariedade do povo brasileiro. Ao Deputado Alex Redano Presidente da Assembleia Legislativa. **(Discurso em espanhol, traduzido por Rosângela Almeida de Oliveira).**

A SRA. ANA RAFAELA SOUSA DOS SANTOS – Deputado Lebrão, o Cavalcante vai receber em nome do deputado. (aplausos)

Daniel Pereira, Superintendente do Sebrae.

Dr. Hélder, Presidente da Mesa de Irmandade Rondônia e Beni.

Francisco Holanda, Presidente do Instituto Pensar Rondônia.

O SR. CRISTHIAN MIGUEL CÁMARA ARRATIA – Bem, muito obrigado. Faço o convite cordial para que nos acompanhem, em 18 de novembro, aniversário do Departamento de Beni. Estaremos esperando por vocês e foi realmente um prazer estar hoje aqui. Acho que foi uma reunião muito satisfatória e com fé em Deus sabemos que vamos seguir em frente e que vocês, como nossos irmãos, vão nos apoiar. Muito obrigado. Permissão. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Estamos nas falas das últimas autoridades. Passaremos, após, aos inscitos. Quero também abrir se as nossas Alcaldessas de San Ramón, San Joaquín, quiserem se inscrever, está à disposição.

Convido, neste momento, para uso da palavra, o Excelentíssimo Senhor Capitão de Fragata Marcelo de Souza, Capitão dos Portos de Porto Velho.

O SR. MARCELO DE SOUZA BARBOSA – Boa noite a todos. Primeiramente gostaria de agradecer o convite e cumprimentar a todos os presentes aqui. A Marinha é responsável pela fiscalização e pela regulamentação como autoridade marítima em todos os nossos corpos hídricos,

especialmente aqui na área de Rondônia. Então, a Capitania dos Portos de Porto Velho elogia o projeto. É um projeto que vem trazer muitos benefícios tanto para o Brasil quanto para a Bolívia e está à disposição para que qualquer tipo de consulta seja feita, seja na realização de construção de uma ponte — essa consulta precisa passar pela Marinha também —, seja ela para fazer a travessia da balsa. Então, contem conosco.

E lembrando também do nosso Tratado de Cooperação Amazônico, já que temos metade do rio brasileiro, metade do rio do nosso país vizinho, a Bolívia. Então, pelo Tratado de Cooperação Amazônico, nós temos que cumprir as normas regulamentadoras da navegação, seja aqui ou seja lá. Então, contem conosco. A Marinha aqui do Brasil, a nossa Marinha, está aqui para ajudar. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Capitão Marcelo.

Convido, neste momento, o Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, General de Brigada, Senhor Jorge Augusto Ribeiro.

O SR. JORGE AUGUSTO RIBEIRO – Senhor Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em nome do qual eu cumprimento todos os deputados estaduais aqui presentes, o nosso Legislativo; também os vereadores dos municípios e demais autoridades legislativas, e do Executivo; caros Senadores, Prefeitos e Alcaldes do Estado da Bolívia também, que aqui participam desta Audiência.

Senhoras e senhores, por parte do Exército já foi falado aqui também, sobre a área lá de Costa Marques, que faz parte ali do nosso Pelotão Especial de Fronteira, o Forte Príncipe da Beira. Nós estamos também aptos, prontos para ouvir as demandas que tenham a ser feitas ali, o local exato da passagem, as necessidades que tenham também da construção da rodovia, desde a BR 429 até a região do porto, para que sejam definidos esses aspectos técnicos, que já foram falados aqui, para que haja essa autorização por parte do Exército para a utilização da área que pertence ao nosso Exército Brasileiro.

Então, além desse estudo de viabilidade econômica que foi apresentado, há a necessidade de ser feito também o estudo ambiental, o estudo do patrimônio histórico, já que lá tem o patrimônio histórico do Forte Príncipe da Beira, para que esses detalhes sejam acertados e possa ser viabilizado, por parte do Exército, essa autorização para ser passado pela área ali do Exército Brasileiro, ali na fronteira, como tem sendo demandada aqui pelos senhores.

Então, aguardamos essas informações para serem repassados para o escalão superior, já que cabe ao Comando do Exército essa autorização ou não, da passagem lá pelo Forte Príncipe da Beira.

Nos colocamos também à disposição pelos senhores para essas e quaisquer outras demandas que hajam para essa finalidade. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Comandante Jorge Augusto Ribeiro.

Gostaria de convidar para uso da palavra o Corregedor da Casa de Leis, o Dr. Guilherme Erse. Com a palavra.

O SR. GUILHERME ERSE – Muito obrigado, Presidente Alex Redano. É um prazer participar desta Audiência Pública. Meus cordiais cumprimentos ao nosso ex-Governador Daniel Pereira, atual Superintendente do Sebrae. E, em vosso nome, me permita saudar a todos os empresários que se fazem presentes nesta Casa, às autoridades militares, aos prefeitos, aos deputados que se fazem presentes, às autoridades, o meu boa-tarde.

O assunto, Presidente, ao qual permito me reportar é direcionado às autoridades bolivianas que nos prestigiam. E porquanto vou me permitir aos nossos servidores e convidados brasileiros aqui presentes a fazer a minha fala em espanhol:

“Senhoras e Senhores Senadores, Deputados de nosso vizinho país Bolívia, peço desculpa aos irmãos por meu sotaque. Meu nome é Guilherme Mendes, e sou o Corregedor-Geral desta Assembleia.

A história da fraternidade uniu os nossos povos desde muito tempo. Inúmeros Tratados e Acordos firmados entre nossos líderes ao longo da história retratam a paz e os valores em nossos mais de 3.400 quilômetros de fronteiras.

Os temas que nos convergem passam por questões territoriais, desde o Tratado de Petrópolis, até temas da atualidade, como os combustíveis, a produção de eletricidade, os insumos e novamente o debate sobre a ponte binacional. Sabe-se que o progresso e o desenvolvimento econômico são fundamentais para o desenvolvimento de nossos povos. A segurança alimentar, a preservação do meio ambiente e o acesso aos bens de consumo podem e devem fortalecer-se. A construção de uma ponte binacional, assim como a internacionalização efetiva de nosso aeroporto em Porto Velho, sela essas relações comerciais de uma vez por todas. Sem embargo, há um ponto a destacar. É o que nós chamamos de “segurança jurídica”. Desde muito tempo, os carros, os veículos dos brasileiros têm sido roubados durante muito tempo. E, na maioria das vezes, com violência. E levados à Bolívia, onde se vendem a preços muito baixos. E o que é pior: muitas vezes, com o conhecimento das autoridades bolivianas. Apesar de estarem informadas, não tomam nenhuma medida. **(Discurso em espanhol, traduzido por Giordani Guterres).**

Em casos como este, fica um desgosto, um sentimento de oportunismo de uns poucos irmãos bolivianos, que com a complacência da Polícia e do Estado Judicial deixam os irmãos brasileiros sem seus bens, que foram adquiridos com suor e esforço. Nossos acordos bilaterais que impõem a devolução imediata dos veículos roubados, devem ser devolvidos sumariamente às autoridades consulares e alfandegárias brasileiras. Hoje são automóveis e caminhonetes; amanhã caminhões e máquinas agrícolas, César Cassol. E aviões serão os objetivos desses malfeitores. Saibam todos que pais e mães de família são covardemente golpeados aqui, amarrados e muitas vezes assassinados para que suas coisas sejam levadas para a fronteira. A associação requer lealdade, as leis e os acordos são feitos para serem cumpridos. Estas são as medidas que esperamos e pedimos que se cumpra efetivamente. Me refiro a um caso específico da Senhora Maria de Nazaré Balde, que lhe roubaram seu veículo, na mira de uma pistola, em 2017, aqui em Porto Velho. Desde 2019, se descobriu que o automóvel está com as autoridades bolivianas, especificamente na Polícia e a agora na fiscalização em Guayaramerín, sem

embargo, sem que se efetue a devolução do ativo, onde se demonstra a propriedade. E já foram apresentados numerosos documentos que envolve advogados, os Consulados do Brasil e Bolívia, o Ministério de Relações Exteriores, o Senado Federal do Brasil, sem nenhum resultado prático. Igual a Senhora Maria de Nazaré, existem inumeráveis casos de cidadãos de Rondônia, do Acre, que são vítimas de roubos e furtos de seus veículos, de suas coisas. De verdade, rogo às autoridades presentes que apreciem esta causa, para que possamos nos fortalecer e crer no fiel cumprimento da lei e dos acordos firmados. Que viva o Brasil! Que viva a Bolívia! Obrigado. **(Discurso em espanhol, traduzido por Rosângela Almeida de Oliveira).**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Convido, com muita honra e muito carinho, um grande amigo, parceiro deste Parlamento, um empresário que muito contribuiu para o nosso Estado, já foi deputado estadual e hoje é um empresário que estamos dividindo com a Bolívia. Empresário rondoniense e também empresário boliviano.

Com a palavra, nosso amigo César Cassol.

O SR. CÉSAR CASSOL – Senhor Presidente Alex Redano, com muita alegria, volto a esta tribuna. Oh, saudades! Meu pai aqui esteve, como deputado estadual. Foi federal, senador. Está aqui o meu filho, Júlio César. Daqui a pouco você vai estar aqui, de deputado, tá meu filho? Júlio César.

Quero cumprimentar você, Presidente; Cecília, Presidente da Assembleia Legislativa da Bolívia, de Beni, em nome do qual, gostaria de cumprimentar vocês, estarei cumprimentando todas as autoridades aqui presentes. O importante é Beni e Rondônia aqui reunidos. Olha que bom, que alegria!

Silvernani Santos, nosso deputado. Daniel Pereira, oh tempo que nós batíamos boca, brigávamos, né? Na tribuna, alto nível. Às vezes baixava o nível também. Assim foi a nossa passagem — não é, Daniel Pereira? Quanta alegria. Hoje estamos aqui com várias autoridades, certo? Com General. Olha que importância, General. Que bom! É muita honra para mim, muita alegria.

Abertura econômica Brasil-Bolívia. É de fundamental importância. Aqui se fala: vamos vender para a China? Vamos comprar da China? Vamos vender para a Europa? Vamos comprar dos Estados Unidos, vamos vender nos Estados Unidos. Mas não se negocia com o país vizinho. Oh, *hermano!* Mas que *hermano* é esse? Estamos de costas com os *hermanos* bolivianos. Olha que alegria, senadoras, senadores da Bolívia. É de fundamental importância a economia. General, é a sobrevivência do povo ribeirinho, a sobrevivência do nosso povo. Nós precisamos, prefeitos, dessa abertura econômica. É de fundamental importância para a nossa população.

Eu vim ser um soldado do governo militar com muita honra, dos anos 1970. Fui convocado pelo governo na época. Fomos ocupar a Amazônia, General. E aqui eu vim com 16 anos de idade; e aqui estou; e aqui desenvolvemos, crescemos, progredimos, e vamos ter essa parceria. É de fundamental importância. Aquilo que o Deputado Lúcio Mosquini falou — muito bem ele colocou —, da questão da *urea*, do potássio, mas do sal da Bolívia, desculpa a ausência do Deputado Lúcio Mosquini, o sal é ótimo. É um dos melhores do mundo. Grava-

se, *Hermano Granadero*, Presidente Granadero. O sal do Uyuni, eu fiz testes, é um dos melhores do mundo. Tem umidade sim, o deputado falou a verdade, tem. Mas lá TotalPlex, que tem uma grande indústria, em Santa Cruz de La Sierra, tem filiais aqui em Beni, e ele industrializa, passa por um forno para tirar a umidade, passa por moinhos para moer, e é fabricado sal mineral da Bolívia.

Eu tenho gado em Bolívia, em Beni, e o sal é de primeira. E eu vim defender aqui o sal de Bolívia. É bom. É de primeira qualidade. E nós queremos ter esse sal aqui. Rondônia tem mais de 14 milhões de cabeças de gado, e o custo Brasil é alto. O custo para o sal vir de Mossoró até aqui é muito alto. O custo Brasil nosso aqui na Amazônia é mais alto. Por isso, é importante o sal da Bolívia vir como exportação; vem isento de impostos, com um custo menor para o cidadão que quer comer um bife, quer comer uma carne, então o custo diminui. Reclama que o preço no mercado está caro? Está caro para produzir. Se nós comprarmos o sal mineral da Bolívia, comprarmos a ureia, o potássio para diminuir o custo da agricultura, diminui na mesa do nosso agricultor. É isso que nós precisamos, diminuir custo de produção. E esse custo só vai chegar na mesa com parcerias econômicas.

Nós temos que ter negócios com o vizinho. Precisamos ter parcerias comerciais. Eu conheço e aqui conheço a Bolívia. Eu tenho dupla cidadania. Eu sou boliviano e sou brasileiro de nascença, com muita honra. Certo? Então é importante termos esses negócios. Então é necessário isso? É.

Cito aqui o Guilherme Erse, não é boliviano que rouba carro aqui não. Quem rouba carro aqui é brasileiro. Brasileiro que rouba carro. Brasileiro que vai lá vender carro roubado. Agora, a Bolívia tem que devolver. Só isso. Tem que devolver. Autoridade, lei, cumpra-se, e pronto. Correto? Beleza? Então, é importante isso. Boliviano lá é tranquilo, é mais tranquilo do que aqui. Lá é tranquilo. Concordam, senadores? É tranquilo.

É importante o empresário investir. Para um empresário investir, ele precisa de motivação, precisa de segurança jurídica, precisa desburocratizar. Então, hoje, a solução rápida para se resolver isso, precisamos dos senadores da Bolívia, a Deputada Presidenta da Assembleia, com os demais deputados, as lideranças como um todo, ir ao Presidente, Luis Arce. Presidente, nós temos que ter parceria econômica Brasil-Bolívia via Rondônia. A nossa bancada aqui, Deputado Alex Redano, Presidente, a Assembleia Legislativa tem expressão; a representatividade, Daniel Pereira, com a Bancada Federal de Rondônia, cobrar a Bancada Federal de Rondônia, para daí as duas equipes — da Bolívia e de Rondônia/Brasil — cobrem os presidentes para um encontro.

Faz muitos anos que não se tem encontro do Presidente da Bolívia com o Presidente do Brasil. Precisamos ter esse encontro para consagrar uma aliança de parcerias, de negócios, de abertura comercial. Só se dá essa aliança se as lideranças de base de Beni, de Pando, de Rondônia, Acre se juntarem cada um, caro Senhor Presidente.

Aí estivemos lá, Chico Holanda, com o Presidente Bolsonaro. Quando eu coloquei, eu ia falar 4 minutos, falei 14 com o Presidente Bolsonaro, com muita honra. Quando falei sobre o custo Brasil, com a parceria Brasil-Bolívia, que iria diminuir, ele se interessou. Ele quer, sim, fechar parceria e negócios com a Bolívia. Mas isso precisa construir com as

lideranças que aqui estão reunidas, porque hoje Rondônia de destaca no cenário nacional. Nós temos um senador que se destacou muito em defesa do Bolsonaro, o senhor Marcos Rogério. Temos um vice-líder que estava aqui até agora, o Deputado Mosquini. Temos, aqui, uma Assembleia Legislativa forte. Vamos consagrar essas realizações e realizações de muita gente. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, César Cassol.

Passo aqui para algumas considerações, fazer um convite rapidamente nosso Superintendente do Sebrae Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA – Eu peço vênia aos que estão inscritos, mas eu deixei de fazer algo que tem tudo a ver com o evento, aqui. Futuro deputado César Cassol, no dia 16 de novembro, o Sebrae estará realizando o II Fórum Internacional de Turismo, aqui em Porto Velho. O primeiro, nós fizemos em 2019, então o segundo vai ser agora, no dia 16 de novembro.

Quem está confirmado nesse evento? Nós temos um representante dos Estados Unidos; nós temos, por coincidência, o norte-americano que na infância morou aqui em Porto Velho, gosta do Estado que é casado com uma porto-velhense. E nós teremos a presença de Lorena Saramon que é uma autoridade de turismo da Costa Rica, que é o país latino-americano que melhor faz turismo no mundo. Nós teremos uma representação do Peru, que é dos países sul-americanos o que melhor faz a política de turismo, então, estamos trazendo quem conhece do riscado. E nós estamos convidando, inclusive eu estou mandando os convites através do nosso querido amigo Jorge Chaves, para as autoridades da Bolívia. E eu reitero esse convite aos senadores, às deputadas, aos alcaides que estão aqui presentes.

E também no dia 29 de novembro, por Requerimento do Deputado Jair Montes, nós estaremos fazendo aqui, na Assembleia Legislativa, uma Audiência Pública para nós criarmos a Frente Estadual de Apoio ao Turismo em Rondônia.

Então, é toda uma política orquestrada para que a gente possa chegar aos planos municipais de turismo. Semana passada nós entregamos o primeiro do Estado de Rondônia, que é o de Porto Velho. Queremos entregar o segundo lá para Costa Marques, o terceiro lá para São Francisco, o quarto para São Miguel, o quinto lá para Seringueiras, até inteirar 52.

E quero deixar, aqui, como proposta, César, você que é o nosso líder do ramo empresarial — inclusive, se o garoto já tiver 18 anos pode mandar a ficha, vou te mandar a ficha de filiação e já garanto a entrada dele para cá, ok? Não, eu convidei primeiro, não tem conversa. Até porque eu sou colega do César há muito mais tempo. Eu conheci o César quando a gente era menino, lá em Colorado, não é isso? Quando você corria lá do “seu” Cassol lá, eu lembro disso. Pois bem, então está feito o convite para o “Cassolzinho”. Família Cassol-Pereira não pode ficar desunida.

E, por fim, eu quero propor aqui até para aproveitar, deputado César, e a presença de todos esses parlamentares, com todo esse esforço, esta Mesa aqui, a gente promova o mais rápido possível um encontro de negócios entre empresários brasileiros e empresários bolivianos. O empresário brasileiro coloca em cima da mesa o que ele tem para vender. O

empresário boliviano coloca em cima da mesa o que ele tem para vender.

O SR. CÉSAR CASSOL – Mas, primeiro, precisa tirar a burocracia.

O SR. DANIEL PEREIRA – Porque, nós políticos temos muita dificuldade em compreender certas coisas. E eu me lembro que, quando eu ajudei a promover o encontro dos embaixadores, enquanto a gente não resolveu coisa nenhuma, os empresários foram lá e ajustaram com o Augustinho Vargas a questão da madeira, ajustaram com a questão da castanha, ajustaram com Edson Santos a questão da madeira. E mais de 30, 50 anos depois, o porto aqui de Porto Velho começou a ser utilizado. Porque os empresários têm uma linguagem mais fácil de se entender, da agilidade, enfim, buscando sempre aquilo que é de melhor para as partes. E acaba sendo, como muito bem disse o César, com muita propriedade que tem, o melhor para a sociedade.

Então, eu proponho, viu César, que a gente discuta com a Fiero, o Sebrae está inteiramente à disposição para a gente promover, eu não vou dizer um encontro, promover encontros, que eles possam acontecer em Guajará, Guayara, as duas cidades podem sediar. Podemos fazer lá em Riberalta, podemos fazer lá em Trinidad, podemos fazer lá em Cobija. A gente pode fazer um ciclo, aqui, porque tem empresários que têm interesse de negócio tanto do lado boliviano de negociar aqui com o Brasil, como brasileiros negociar com os bolivianos em todas essas localidades. E César, ninguém melhor do que você para, ainda mais agora que você tem dupla nacionalidade — eu não sei se a brasileira continua existindo depois dessa declaração, mas tudo bem — então, acho que você é o cara certo para nos conduzir nesse processo de ajudar a construir esse ciclo. E eu coloco a estrutura e o conhecimento do Sebrae à disposição desse projeto. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns pelas palavras, Daniel Pereira. Gostaria de convidar, aqui, só me achar aqui. Eu sei que é o Hércules Góes, que é o Presidente da Câmara Brasil-Bolívia-Rondônia.

Coma palavra, Hércules Góes. Onde o senhor ficar mais à vontade.

O SR. HÉRCULES GÓES – Quero agradecer a Deus a oportunidade magnífica nesta tarde do dia 25 de outubro de 2021, eu vou falar um *poquito* de portunhol para que facilite os nossos *hermanos* bolivianos para que compreendam um *poquito* mais. Para mim é uma grande honra estar aqui nessa oportunidade. Agradecer a *Dios* a bênção de uma data tão importante como esta. Esta Casa, que eu fui funcionário por 2 décadas. Eu sou um paulista, de Santos, um bandeirante, da cidade de Mário Covas, de José Bonifácio, patriarca bicentenário da independência. Uma cidade muito importante para o Brasil, porém vim para Rondônia, há cerca de 20 anos.

Aqui nasceu o meu filho caçula Martin Augusto Gonçalves Góes, que é porto-velhense e que vive atualmente nos Estados Unidos e disse: “papai, por que me fizeste nascer em Porto Velho, Rondônia, se podia nascer em São Paulo, onde você nasceu?”. E eu disse a ele: “Martin Augusto, você tinha que ter honra de nascer em Rondônia, na Amazônia,

esta terra abençoada por Deus. Rondônia, a terra que está em nosso coração, que tem o nome de um grande Marechal, que é o patrono da comunicação do Exército, Marechal Cândido Rondon, que foi um grande brasileiro. Um brasileiro que é o único no mundo com um meridiano com o seu nome se chama Marechal Cândido Rondon, que é nascido aqui no Estado vizinho, em Mato Grosso. Esse foi o homem que deu o nome ao nosso Estado de Rondônia.”

Então, tenho muito orgulho em saudar os *hermanos* bolivianos que estão aqui. Sintam-se bem na sua casa. Rondônia, Brasil, é a casa dos irmãos. Vocês estão aqui, porque aqui é a sua casa e lá é a nossa casa. Essa fraternidade, irmãos, já existe na prática, porque na fronteira onde vivem em Costa Marques, Guajará-Mirim tem muitos brasileiros que são filhos de bolivianos e bolivianos filhos de brasileiros e já existe, na prática, uma fraternidade de muitas famílias que estão — ao longo dos anos, nas fronteiras — unidas. Essa união, que é muito forte, é mais forte que o comércio, é mais forte porque é a união de coração, pela alma. Algo que se iniciou quando foi a Coroa Ibérica, com o Tratado de Tordesilhas, que se dividiu, porém está agora amalgamado, unidos nisso. Por isso que vocês estão na vossa casa. E eu tenho muita honra de estar aqui, porque em 1995, iniciamos um grande trabalho aqui com o Governador Valdir Raupp de Matos. Não se pode esquecer disso. Foi um grande homem e iniciou um trabalho com o Senador Maluf, da Bolívia, Senador Xavier, da Bolívia. Um trabalho com o então Presidente Gonzalo Sánchez de Louzada, que era o Presidente da Bolívia, em 1995, fomos até La Paz e fizemos o *hermanamiento* da cidade de Riberalta e Porto Velho. Muitos aqui se esqueceram, porém, Porto Velho já é *Hermano* pelo Tratado de Riberalta, na Bolívia. Já somos irmãos! Porto Velho. E agora Guayara e Guajará são irmãos naturais, porque são duas cidades gêmeas.

Estou propondo agora, nesta oportunidade, algo histórico. A *goma* (borracha) nos fez uniu na história. Tudo que tem aqui em Rondônia e no Acre é por causa da borracha. O Acre, nosso vizinho, existe por causa da borracha. A estrada de Ferro Madeira-Mamoré /— está aqui que eu escrevi o livro Patrimônio da Humanidade — foi criada pelo Tratado de Petrópolis, que faz 117 anos, por causa da borracha. A borracha foi muito importante. *La goma*, que é a borracha para nós brasileiros, que fazem os pneus dos carros, está na história do Brasil, está na história do mundo, porque foi para servir à Segunda Guerra Mundial. Bom, então pedi para que a Madeira-Mamoré fosse Patrimônio da Humanidade. Mais tarde pedi que o Forte Príncipe da Beira — aqui está o documento — fosse tombado pela ONU para ser também Patrimônio da Humanidade e já está consagrado.

General, você sabe que o Forte Príncipe da Beira já está entre as fortificações brasileiras que vão ser tombadas? E nós pedimos em 2015, a Unesco e os países daqui, firmados por 250 chefes de Estado de todo planeta. Pedimos aqui e já é realidade, o Forte Príncipe da Beira também. **(Discurso em espanhol, traduzido por Irene Furtado).**

Então, temos agora esta oportunidade, Deputado Silvernani, que foi um grande Presidente desta Assembleia, um cearense que veio aqui com sua dura determinação, eu o tenho como meu chefe, meu eterno chefe Silvernani Santos. Uma salva de palmas ao Silvernani César dos Santos. Empresário, grande cearense! Grande cearense!

Então, estou aqui para pedir uma coisa muito importante, irmãos bolivianos. Primeiro vamos irmanar com Santa Cruz de La Sierra, que é muito importante também, porque a extensão..., todos foram os cruzeiros que se juntaram com Riberalta, o Pando, através de Nicolás Suárez, um nome muito importante, que foi o “Imperador da Borracha” e que foi dono de Humaitá e Porto Velho, no passado. Então, vamos nos irmanar a isso. Vamos irmanar Cachuela Esperanza e você falou na semana passada, Cachuela Esperanza é um nome, Silvernani. É importantíssima. Parte da história universal está em Cachoeira Esperanza, e está aqui em Guayaramerín. Para que possamos resgatar a *goma*, a rota da *goma*, como disse o Daniel Pereira aqui: isso será muito importante.

E, com essas atitudes, vamos, através da Câmara de Comércio Brasil-Bolívia, que eu sou Presidente, muitos não sabem, mas há 25 anos, fundamos aqui, Silvernani, com Luiz Malheiros Tourinho, grande Luiz que se foi. Grande Luiz, do Jornal Alto Madeira. Mais o Sued Pinheiro, que eu quero aqui, nesta hora, declarar o grande Sued Pinheiro, um grande jornalista do Jornal Alto Madeira, para que puséssemos a Câmara de Comércio Brasil-Bolívia. Vamos reativar agora, com César Cassol. O César tem que ser o cabeça disso.

Já estou finalizando. Só mais dois minutos. Foi a emoção!

No dia 7 de dezembro, eu convido a todos para que possamos estar aqui na Câmara de Comércio Brasil-Bolívia, sob minha presidência e a Revista de Turismo, que eu dirijo. Vamos fazer um seminário Brasil-Bolívia, convidando, Beni, Pando, Reyes, Santa Cruz de La Sierra; vamos estender a eles também, os irmãos acreanos, e os irmãos rondonienses, para um seminário sobre turismo, minha especialidade. Sou dono da Revista Ecoturismo, a mais antiga do Brasil, 30 anos. Saúde, integração com as universidades, porque muitos alunos estavam aqui, e estão lá estudando. O Revalida para os médicos que estudam. Então, vamos tratar do Revalida também; e sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. O desenvolvimento que o César está fazendo. Vibrei, César, quando você falou, aqui, do comércio, na negociação. É esse o espírito que nos leva ao movimento. Então, que essa data, César Cassol, 6 de dezembro, você e todos os irmãos possamos fazer esse trabalho.

E que os irmãos bolivianos levem para a Bolívia a nossa saudação, os nossos parabéns. E cumprimento o Deputado Alex Redano, Presidente histórico, parabéns a você; a Vossa Excelência Deputado Lebrão; ao Daniel Pereira, que é um irmão. Daniel Pereira é um grande irmão. Temos muitas histórias juntos. Don Hélder, Dr. Hélder, meu colega, advogado, amigo maravilhoso, um gigante. Todos que estão envolvidos e Belisário, meu amigo da Amazônia, amigo de Rosalía Arteaga. Que Deus abençoe a todos. Meu nome é Hércules Góes, e dia 6 de dezembro, voltamos a esse trabalho. Parabéns ao General, que está no Forte Príncipe da Beira, cuidando de um patrimônio que foi redescoberto por Marechal Cândido Rondon, o Patrono da Comunicação do Exército do Brasil.

Obrigado pela oportunidade de poder falar a todos. Graças a Deus, grande data esta oportunidade. Muito obrigado. **(Discurso em espanhol, traduzido por Rosângela Almeida de Oliveira).**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado pelas palavras, Hércules Góes. Nós temos agora, os últimos quatro inscritos nossos amigos.

Eu gostaria de convidar, ele que é representante da Federação dos *Ganaderos* de Beni. Estamos muito felizes com sua presença. O Beni, que tem uma grande produção de gado, que é o *ganadero*, Dr. Herlan Antônio.

O SR. HERLAN ANTÔNIO – Obrigado. Muito obrigado pelo convite, em nome da Federação dos *Ganaderos* de Beni. Estamos muito satisfeitos em poder participar deste encontro histórico, entre dois países irmãos que há muito tempo tem negociado ilegalmente. Agora o que queremos fazer aqui é estabelecer as bases para legalizar esse comércio que existe entre Rondônia, entre Costa Marques e Puerto Ustarez. Acho importante e já conversamos com um empresário já beniano, César Cassol. Vamos parar um pouco a questão política. Vamos pensar primeiro no desenvolvimento de nossas nações, do que na questão política.

Quero dizer aqui, ao nosso amigo César, que nos defendeu agora, porque em ambos os países há sempre malfeitores, mas não podemos generalizar a coisa. E essa reunião tem que ser de fraternidade e de buscar soluções para os problemas que temos como país. É importante mencionar e quero agradecer à Senadora Roxana Nacif, que nos acompanha; à Presidente da Assembleia, Cecília Giraldo; à nossa Prefeita Carmen; ao nosso Senador Flores, que são eles que estão dando solidez a essa reunião, porque assim como muitas vezes é difícil convencer Bolsonaro, também é difícil para nós convencer o Estado, o Presidente Arce. Mas as boas intenções estão aqui e esta reunião, eu acho que será histórica hoje, 25 de outubro, será um dia histórico para ambos os países. Estamos cansados, mas antes de terminarmos, quero que me ajudem. Tenho um vídeo para mostrar, e convidar nesse 18 de novembro, para a nossa festa do Departamento.

Vamos trabalhar para que esse encontro entre empreendedores possa acontecer neste dia 18 de novembro, e podemos tentar fazê-lo. O período é muito curto, mas vamos lá, vamos tentar agora e também convidar empresários brasileiros a investir na Bolívia, fazer parceria. Temos a terra e vocês a tecnologia e essa reunião é oportuna para que as condições sejam atendidas e possamos fazer a parceria e desenvolver esse belo Departamento. Muito obrigado. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode soltar o vídeo, por favor. Está no ponto, já? Deve ser de Guayaramerín

(Apresentação de vídeo)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns. Salva de palmas.

Gostaria de convidar neste momento para falar o Sr. José Luis Rivero, Diretor de Relações Internacionais da Universidade Autônoma do Beni.

O SR. JOSÉ LUIS RIVERO JORDÁN – Boa noite. Em nome do nosso reitor e das autoridades da Universidade Autônoma de Beni, saúdo o Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, os deputados federais e estaduais, as autoridades

bolivianas, os senadores; o Presidente da Assembleia; o representante da Governadoria; os Prefeitos e todos aqueles que nos acompanham nesta data muito importante para o nosso Departamento. Quero te agradecer pelo convite. Estamos muito felizes por estar aqui e sempre com suas calorosas boas-vindas. Sempre nostrataram magnificamente quando viemos e cuidam muito bem de nós. Agradecer ao Dr. Hélder, que tem estado atento a nós, nossa chegada e nosso bem-estar aqui também. Muitíssimo obrigado.

A Universidade Autônoma de Beni tem participado ativamente desta atividade de desenvolvimento departamental e em nossas regiões. É por isso que estamos aqui agora, acompanhando essas atividades para ver como podemos ajudar nesse desenvolvimento e continuar a cooperar, especialmente na função básica que a universidade faz, que é capacitar pessoal humano para que eles possam contribuir para as diferentes atividades que são feitas nesses processos sociais, nesses processos de desenvolvimento.

Estamos convencidos, como disse o Senhor Deputado Lúcio Mosquini, de que há espaço para todos. Ele disse que para Trinidad talvez o sul seja o que serve os espaços comerciais e talvez os volumes comerciais. E para o norte, talvez, Pando. Eu me refiro a um antecedente que aconteceu há aproximadamente oito anos na Feira Paraná. O Governador Confúcio Moura disse, inicialmente, ao reitor da universidade, sobe e pede que visitem Beni e, em seguida, o Dr. Luis sobe, que era naquela época governador, agora é senador, mas Luis Flores, que está aqui presente, sobe e também convida todos que estavam na palestra, para visitar o Pando.

Então, o Governador Confúcio Moura disse: “tranquilos, amigos bolivianos, há espaço para todos. Abram estradas onde quiserem, que nós vamos enchê-las com caminhões.”. O Brasil tem a quantidade de excelente, necessária para levar caminhões por todas as rotas que vocês podem ter.

Então, nós, com esse passado, sempre acreditamos que a coisa mais importante e que é necessária é a vontade das autoridades. Precisamos das autoridades que estão aqui para fazer um corpo comum, para se juntar à Bolívia e fazer uma gestão conjunta. Celebramos muito e parabenizamos o deputado, Senador Flores, que já realizou uma reunião das autoridades bolivianas e que isso pode continuar. Esse é um passo muito importante. Mas como universidade, nós chamamos para a unidade. Apenas com unidade e com trabalho conjunto é que podemos lograr que as agendas se concretizem e que tudo atinja um melhor ponto. A Universidade estará lá para contribuir em todo desenvolvimento todos processos e para servir à atividade que vocês tenham necessidade de negociar. Novamente saudaras autoridades e agradecer muito ao convite. Boa noite. **(Discurso em espanhol, traduzido por Guilherme Fernando de Jesus Gomes).**

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns. Obrigado pela fala.

Convido neste momento o Senhor Willam Araújo, Presidente do Sindfluvial de Rondônia.

O SR. WILLAM TADHEU LEMES DEARAÚJO – Olá, Presidente. Boa noite a todos. Meu nome é Willam, eu sou Presidente do Sindfluvial de Rondônia. Agradeço, na pessoa

do Presidente Alex Redano, o convite, a sua equipe técnica. Na pessoa do Comandante Marcelo, eu cumprimento as autoridades militares aqui. Em especial, eu quero cumprimentar o Senador Luis Flores. E o Senador Luis Flores, porque é alguém que eu vou dirigir uma pergunta daqui a pouco, e na pessoa do Senador, os demais irmãos da Bolívia.

Bom, o objetivo da Audiência Pública é tratarmos da travessia e viabilizar a navegação. Lógico, a ponte vai ser melhor, mas, por hora, a gente tem certeza que deve ser por uma balsa Bolívia-Brasil, Rondônia :-Pando ou Guayara.

Senhoras e senhores, pois bem, nós representamos as empresas que querem operar no local, Presidente, ou seja, quem vai dispor do seu capital. Uma balsa está girando hoje em torno de R\$ 2 a R\$ 3 milhões para ser colocada lá no local, só a balsa, considerando o preço do aço hoje que está entre R\$ 8,50 a R\$ 12,00 o quilo, fora o empurrador, a tripulação, assumir o risco... Então, eu fiz quatro *slides*, quatro páginas e quero compartilhar com vocês.

Antes de começar a falar disso, eu quero pegar emprestada a palavra do Presidente Alex Redano que disse no começo da apresentação que "nós precisamos estar totalmente legalizados". Bom, essa é uma premissa fundamental e que nós vamos falar sobre isso bem rápido, até porque estamos interessados no lanche também, Presidente.

Quem investe, senhoras e senhores, o empresário que investe, ele quer obter o retorno, ele precisa do retorno. Ele vai assumir um risco e consequente ele quer ver o retorno do seu capital. Então, o que nós vimos? Nós temos hoje, na palavra do que disse o Deputado Lúcio Mosquini, que não, realmente, não vai atrapalhar — desculpe, Lúcio Mosquini não. Foi o Daniel Pereira que nos falou isso, que realmente, a gente não vê que vai atrapalhar. Nós temos uma situação em Guajará-Mirim e nós temos uma outra, uma proposta diferente em Costa Marques.

Eu acho isso muito interessante, eu acho isso muito verdadeiro, mas, nós precisamos olhar para Guajará-Mirim, porque ela tem uma referência sobre o que já acontece hoje. E isso nos traz, para quem investe na navegação, uma situação que eu quero trazer aqui, trazer as perguntas para que a gente proponha, encontre com a Receita Federal, neste momento é importante, as soluções. Por favor, o *slide*.

(apresentação de slides)

Bom, o Sindfluvial é um sindicato que reúne as empresas de navegação do Estado de Rondônia. O Presidente Raimundo Holanda é o Presidente da Federação, Vice-Presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte). Rondônia é muito bem representado no que diz respeito à navegação no Brasil. Nós integramos um grupo bem restrito, navegação de cabotagem, então, no debate nacional, Rondônia se destaca. Por favor, pode passar.

Os pontos são muito claros para quem quer colocar embarcação para operar lá. Nós precisamos de segurança jurídica. E quando eu falo segurança jurídica, eu vou pegar aqui um exemplo, nós temos que garantir a continuidade da operação. Levar um equipamento para lá para operar, precisa ter certeza que daqui a pouco nós não vamos mudar leis, nós não vamos, por exemplo, eu vou citar Guajará-Mirim: o brasileiro leva, o boliviano traz. É assim que funciona em Guajará-Guayamerín.

Essas informações precisam estar disponíveis antes para a gente mensurar. A Bolívia vai colocar uma balsa ou não? Vai ser a balsa brasileira que vai operar? Isso é importante, porque isso corta em 50% a previsão de investimento de quem vai investir.

Outra coisa importante é que o local que vai ser colocado, não deve ser definido por políticos. O local deve ser definido por quem vai colocar a embarcação. Estudo de calado, correntes, batimetria, são informações simples e que a gente — eu mesmo já repeti essa fala em 2014 em uma reunião em Costa Marques, na Assembleia Itinerante que teve lá.

Outro ponto é o volume de carga. Estamos falando aqui de alfandegar, nós já fomos na Receita "n" vezes. É possível fazer um alfandegamento itinerante? Claro que é. Eventual, a gente viu isso com o delegado anterior, que nos atendeu também muito bem. Entretanto, para se viabilizar e colocar uma balsa naquele local, não se pode fazer uma carga por semana. Qual é a perspectiva disso para se calcular um retorno? Então, isso é um tipo de debate que deve haver para que a gente possa aprofundar e avançar neste sentido.

Falando sobre formação de mão de obra — e aí eu quero fazer uma referência à Marinha do Brasil —, nós precisamos viabilizar a formação de condutores de navegação em Costa Marques, hoje, agora. Precisamos que a Marinha do Brasil vá a Costa Marques, dê cursos de formação de aquaviários em Costa Marques para que, quando o projeto se iniciar, nós possamos ter essa mão de obra formada, nós possamos ter o aquaviário, que é aquele que regularmente pode conduzir e operar embarcações. Certo?

E, finalmente, mas não menos importante, o combate à navegação clandestina de carga, senhoras e senhores. Este tema eu vou emprestar aqui a experiência, e aí eu vou fazer um contraponto em Guajará-Mirim. Guajará-Mirim, quem opera lá é o Nelson. Por favor, pode passar o slide. Tem essa terceira tela. Isso. Essa aí é o ponto alfandegado de Guajará-Mirim, lado brasileiro. Como vocês podem ver, existem bastantes embarcações, que os caminhões estão carregando e colocando sobre as embarcações, uns chamam coludo, outros pec-pec.

Por favor, a segunda tela. A balsa está parada ali no canto. É a balsa que faz a travessia brasileira. Ela tem CSN, arqueação, tripulação, ela não opera. O dono da balsa me disse assim "eu não vou mais tocar a balsa em Guajará-Mirim, eu não tenho carga, eu não tenho utilidade. Eu fiz um investimento, eu não tenho retorno. Eu não consigo competir com o coludo.". Nós já reclamamos para a Antaq — está aqui o Derivaldo —, já reclamamos para a Receita, reclamamos para a Polícia Federal, reclamamos para a Marinha. Se não resolver este tipo de problema, o empresário não vai investir em Costa Marques. Por isso, eu peço ao senhor, que é o Senador representante da Comissão de Política Internacional, ajude-nos, porque realmente precisamos dar viabilidade para que o empresário coloque embarcações seguras, modernas. Sim, tem que ter. Que pague um bilhete de passagem internacional, pague os impostos. Nós precisamos dos impostos. Nós precisamos do empresário para que ele contribua com o imposto, porque essa situação ela afeta a Bolívia. Por que o coludo? Porque o coludo entra na Bolívia e não passa pela alfândega. A balsa passa. Tudo que vai pela balsa vai alfandegado. Nem tudo que vai pelo coludo passa pela alfândega. E isso causa uma

insegurança, porque o comerciante que compra no Brasil, ele não quer pagar o imposto na Bolívia (alguns), aí ele escolhe o coludo.

Então, é um assunto que precisa ser enfrentado e precisa ser discutido aqui para que, no momento que nós formos implementar Costa Marques, já tenha a solução, porque nós estamos querendo convidar empresários a investir — por favor a próxima tela —, queremos investir em Costa Marques e falar “olha, coloca uma balsa lá. R\$ 2 milhões e meio. Coloque lá um empurrador, R\$ 800, R\$ 1 milhão. Coloque lá 7, 8 tripulantes.”. Mas ele precisa ter certeza que ele não vai competir com um cenário como esse.

Para que a gente possa, então, dar a viabilidade — só para os senhores entenderem — a balsa tem que ser cortada, fracionada, colocada lá, inspecionada pela Marinha, inspecionada por uma empresa para, então, ela ir à água. Então, realmente, é uma logística, uma desmobilização e mobilização expressiva e a gente precisa dessa segurança

Bom, é a minha palavra, eu espero que os senhores, em especial levem o nosso apelo, porque nós vamos perder a balsa de Guajará-Mirim nos próximos 90 dias se não acontecer algo de diferente. Nós temos um grupo de WhatsApp aqui, onde está o Sindicato e o Nelson faz parte. Ele fala “cara, eu vou parar. Eu vou alugar minhas balsas para a usina, que está pagando melhor.”. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado pelas palavras. Nós temos os dois últimos convidados para o uso da fala e já está aqui o Prefeito Cornélio, já está com cara de quem quer lanchar — não é, Cornélio?

Jorge Chaves. E eu gostaria de convidar ele, que tivemos uma reunião antes da Audiência, muito produtiva, que é uma novidade, o Senhor Cai Guo, ele é representante do grupo de empresário Shandong Haiying. Com certeza eu falei errado e ele vai me corrigir. Mas a ideia que eles vão expor é de eles construírem a ponte entre Guayara e Guajará com dinheiro privado, sem precisar nem o Brasil nem a Bolívia devolver o dinheiro depois. Investimento chinês para a infraestrutura da região.

Convido o Senhor Cai para uso da palavra.

O SR. CAI GUO– Bom, boa tarde, boa noite a todos, empresários, autoridades, brasileiros e bolivianos. Meu nome é Cai Guo. Eu sou representante, eu que trouxe o Grupo Shandong Haiying para o Estado de Rondônia para um possível investimento no Estado visando ao potencial — a matéria-prima — do agronegócio do Estado de Rondônia.

A Província de Shandong fica no nordeste da China. É a terceira economia do país. Temos 98 milhões de habitantes nesta Província. E lá, o forte da Província é a agroindústria. Por isso, o interesse dos empresários desta Província virem para o Estado de Rondônia. Mas, ao mesmo tempo, devido ao Estado de Rondônia estar longe da questão logística para o mar do Pacífico, onde serão levados os produtos, nós também, os empresários de Shandong, queremos montar uma espécie de um polo de indústria, para beneficiar os produtos manufaturados do Estado de Rondônia. Por isso que nós fomos orientados pelo Governo do Estado de Rondônia e que, neste momento, eu quero agradecer ao governo pela abertura que nós recebemos, apoio que temos aqui no Estado de Rondônia.

Desde julho do ano passado, nós estamos aqui prospectando a possibilidade e, em dezembro do ano passado, nós assinamos um Protocolo de Intenção entre os empresários, os investidores de Shandong com o Governo do Estado. Em seguida, com esse Protocolo assinado, nós, os empresários da Província, requeremos ao governo central da China uma autorização para investimento. Nesse aspecto, na visita à cidade de Guajará-Mirim, nós já iniciamos o nosso trabalho de trazer os produtos, insumos da China. Só que hoje nós estamos fazendo via Porto de Callao – Peru. Peru–Acre-Rondônia. E aí, nós, quando chegamos a Guajará-Mirim, nós descobrimos que há uma possibilidade. Essa atual trajetória é de 2.500 quilômetros, que nós buscamos. Trazemos o nosso contêiner até Callao, mas, de lá, nós buscamos com caminhão para chegar a Porto Velho, numa distância de 2.500 quilômetros.

E, ao chegar a Guajará, nós descobrimos que tem uma possibilidade de uma rota através da Bolívia, chegando ao porto do Chile, que é o porto de Arica.

Então, nós ficamos muito interessados e começamos a estudar quais são as possibilidades para que possamos fazer essa trajetória, porque essa trajetória via Bolívia é de 1.500 quilômetros para chegar ao porto de Arica. Isso é uma economia de 1.000 quilômetros. E nós, numericamente, vimos que é vantagem.

Vimos que temos um problema de ponte, que é uma coisa que precisa ser resolvida. Mas começamos a discutir que essa ponte, para ser construída, não representa muito para os empresários chineses. Que nós podemos, caso essa rota seja viável... porque não só a ponte resolve o problema, precisa de estrada para chegar. E nós temos a notícia de que essa estrada é possível. Já está praticamente toda asfaltada.

Por isso, hoje eu vim aqui pedir... Soube da notícia da vinda das autoridades bolivianas, e eu vim pedir apoio ao Presidente desta Casa, Presidente Alex, que apresente a autoridade para nós, porque nós empresários já fizemos um esforço, um desejo de entender essa rota e essa proposta para a ex-consulesa em Guajará-Mirim. Isso foi em maio deste ano. E, de lá para cá, nunca recebemos nenhuma notícia. E assim que eu soube da vinda das autoridades, eu fiquei muito interessado. Pedi ajuda do Presidente para que eu pudesse conhecer os senadores representantes do governo.

E, inclusive, uma coisa muito importante e concreta, que na China todo recurso que vai ser investido fora do país tem que ter autorização do governo central chinês, e nós já pleiteamos para a construção dessa infraestrutura em Guajará-Mirim, nós incluímos a construção da ponte. Que não sabemos se vai dar certo ou não, mas nós incluímos para que possamos mostrar do interesse da nossa parte para a autoridade da Bolívia. Eu já entreguei esse documento ao Senador, que vai levar em mãos. O que nós queremos, Senador, é que o governo da Bolívia, destaque alguém que sente conosco para ver se é viável esse trajeto que nós queremos usar. O nosso principal produto a ser trazido da China é via container. Container para chegar a Rondônia. E daqui, pretendemos levar os produtos de Rondônia para a China, também, via container. Esse é o nosso objetivo. E também soube que há uma disputa aqui, eu ouvi, assim nos bastidores, que há uma disputa entre Guajará e Costa Marques a respeito da ponte. E eu não quero, nós não queremos contribuir para essa divisão do povo do Estado de

Rondônia. Nós queremos participar e agregar para a contribuição de geração de empregos. E também, eu acho, me parece, estive sábado no outro lado lá de Guajará-Mirim, e lá, parece também, tem duas ideias de que uns querem Guajará, e uns querem Costa Marques. Então, também, eu acho que... Deixo aqui um conselho: podemos unir tanto a versão Costa Marques ou Guajará, para lutar, mas não por uma ponte. Podemos lutar por duas pontes. E aí, nós estamos querendo dizer que esses empresários que chegarão em Guajará-Mirim já é coisa concreta e o nosso Grupo, a questão da construção da ponte, nós já fizemos um estudo de rateio, de quanto iria, cada empresário, bancar isso.

Então, aqui está o nosso pedido e agradeço ao Presidente Alex Redano, mais uma vez, apresentar às autoridades da Bolívia para que levem a nossa proposta. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Convido, neste momento, o último orador. Estamos, já, no encerramento.

O SR. HÉRCULES GÓES – É porque é importante a fala do nosso representante chinês. É uma fala histórica. Primeiro porque as duas pontes são um sonho nosso. Seria a ponte Simon Bolívar, de Guajará-Mirim e a ponte Forte Príncipe da Beira em Costa Marques. Agora eu perguntaria: qual é a contrapartida que a China vai exigir do Brasil. É importantíssimo, porque nós somos mais ou menos 215 milhões de brasileiros, nós somos uma economia forte, mas precisamos saber qual é a contrapartida que a China vai exigir do Brasil. **(fala fora do microfone).**

Nós aceitamos, mas qual a contrapartida? Isso é importante.

O SR. CAI GUO - Esse recurso para a construção, se a análise técnica for viável, a estrada para chegar até o porto, for viável, essa construção é 100% privada. Não tem envolvimento do governo chinês, nem do governo brasileiro, nem do governo boliviano. É uma coisa nossa. Analisamos a viabilidade econômica, porque cada viagem ida e volta vai economizar 2 mil quilômetros. Isso é muita coisa.

O SR. HÉRCULES GÓES – Não vai cobrar pedágio nem nada da gente, nada?

O SR. CAI GUO - Nada, nada, nada.

O SR. HÉRCULES GÓES - Então, seja bem-vindo. Em nome da Câmara Brasil-Rondônia, seja bem-vindo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O nosso amigo Jorge Chavez. Não está presente? Está? Quero agradecer ao amigo Jorge. Sempre muito prestativo em Guayara. Nos dá muita atenção. Muito obrigado. Sejam bem-vindos a Rondônia.

E com a palavra, o último orador, prometo, Jorge Chavez, Presidente da Fundação para Desenvolvimento da Amazônia.

O SR. JORGE CHAVEZ – Presidente, muito obrigado. Para mim, é uma honra estar aqui nesta Casa. É uma honra

estar aqui em Rondônia, no Brasil e, muito mais ainda, me dirigir a todos vocês, nesta palestra. Eu quero, já para fazer as coisas um pouco mais breves, porque eu sei que muita gente vai me olhar com “cara de lanche”, e a gente vai ver que está atrapalhando o lanche. Mas eu fui convidado para falar, não pedimos, e isso para nós é uma honra. Mas, aproveitando o momento, vamos fazer uma consideração muito breve.

Quero, primeiro, cumprimentar o Doutor Daniel Pereira, um grande amigo nosso, boliviano de coração, 100%. Eu estive lá em Cachoeira da Esperança, há pouco, menos de 2 semanas, não é? E por isso, estou muito contente em escutar ele falar toda essa história, o potencial que tem em Cachoeira. Também nosso Presidente Alex Redano, ele esteve lá comendo um pescado muito bom e essa semente foi semeada aí nessas duas pessoas que representam vocês, representam Rondônia, representam o Brasil.

Eu quero também, antes de continuar, saudar minhas autoridades da Bolívia, a Presidenta Cecília Giraldo, Presidenta da Assembleia Legislativa do Beni, o Senador Walter Justiniano, conhecido lá como Juri, senador do Beni. Ele é de Guajará-Mirim também, conterrâneo. A nossa senadora Suca lá, que eu não reconheci no início por culpa da máscara, peço desculpas. E o Senador Flores, eu acho que ele saiu; também a gente da universidade, que estão nos acompanhando aqui nesta vinda, o engenheiro Jone, o engenheiro Jesús, José Luis, ele já interveio, e o Dr. Roland. A todos vocês, boa noite. Os amigos que conhecemos, a gente também do periodismo, trabalho muito importante que faz para socializar tudo isso.

Presidente, eu acho que já foi falado muita coisa, mas é muito importante saber que Deus nos abençoou para nascer nesta terra. E agora temos o trabalho histórico de fazer as coisas acontecerem. Eu estou tentando falar em portunhol, e peço desculpas se alguma coisa não está bem falada. Mas como Daniel já falou muito bem na sua palestra, faz mais de 100 anos o Forte Príncipe da Beira foi construído para impedir que os espanhóis cruzassem o rio, depois dos bolivianos, e depois nós tivemos um momento doloroso para a Bolívia, que foi a guerra do Acre. Foi um momento que mutilou o território nacional. E foi por causa da borracha.

Hoje, temos a oportunidade, como ele também falou muito bem, de voltar essa história para o bem dos dois povos. De construir, a partir da história e cultura da Bolívia, do Beni e do Brasil, de Rondônia, do Acre, o norte de Mato Grosso e a Amazônia, vincular novamente histórica e culturalmente. O Dr. Daniel tem uma proposta turística excelente, que nós estamos apoiando e acho que todo mundo vai apoiar, que é o corredor turístico desde o rio Guaporé (rio Iténez para nós), o rio Mamoré, incluindo, inclusive, Madeira e Madre de Deus. E nós temos mais uma ideia, que queiro deixar esta noite aqui, que é a rota da goma, a rota da borracha. A rota da borracha é a oportunidade de integrar novamente turístico e culturalmente os dois povos, partindo de *Cachuela Esperanza* e finalizando aqui em Porto Velho, ou partindo de Porto Velho, como ele falou, e finalizando em Cachuela, resgatando a importância da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré — que aqui o Senhor Hércules faz muita defesa disso —, demonstrando que é um patrimônio da humanidade e promovendo o turismo às duas regiões. Isso é só uma ideia, que já foi abraçada pelo Sebrae, acho que foi abraçada pela Assembleia e também vai

ser abraçada pelos órgãos políticos também da Bolívia, e que eu peço para nossos políticos da Bolívia tomarem muita atenção disso.

O segundo tema que eu quero ganhar atenção da classe política Brasil-Bolívia Meus irmãos, os negócios já estão sendo feitos, os negócios já estão acontecendo. No ano 2017, como falou Daniel, novamente se cruzou carga boliviana pelos rios Madeira e Amazonas, até o Atlântico, alcançando a Europa. Antes, isso era feito, somente de acordo com a lei. Se a classe política não atende essa necessidade, o cidadão não vai continuar fazendo, então nós temos que colocá-los do lado da lei, senão nós os colocamos dentro do crime. O que temos que fazer é dar as condições.

Mas aqui nós também somos empresários, somos diretores de uma empresa, que é a DoubleTech Connection lá na Bolívia, que foi criada com interesse de conectar as duas regiões, os dois países. Fazemos também logística fluvial, junto com os amigos do sindicato, que acabamos de escutar há pouco, e fizemos uma inversão muito importante, Senador Luis Flores — o Senador Luís eu acho que já pensava. Senador, eu quero falar ao senhor com muito respeito. Eu quero comentar que já estamos fazendo logística fluvial dentro da Bolívia. Temos uma capacidade de movimentar 1.500 toneladas de carga. Isso foi uma aposta pela promessa do nosso Presidente Luis Arce Catacora de construir a Hidrovia Ichilo-Mamoré, que hoje está se constituindo numa realidade. Precisa de muito trabalho ainda, mas já é uma realidade, porque nós já havíamos apostado. Mas como falou o colega empresário, tem que colocar dinheiro, tem que criar fonte de emprego, tem que estar sempre ao lado da lei, com as licenças, com o NIT para nós, que para vocês é o CNPJ, com tudo que falta para que isso aconteça.

Então, Senhor Senador, gostaria de ser incluído nessa reunião para movimentar a primeira carga de sal, para trazer historicamente aqui a Rondônia, com nossa empresa, fazendo a maior viabilidade econômica para fazermos os negócios acontecerem. Queremos fazer parte disso. E uma empresa boliviana com investimento brasileiro também, integrando nos negócios de ambos países. Crendo, sempre, acreditando na palavra de vocês, a classe política, que vai fazer as coisas acontecerem. E por isso me sinto muito agradecido.

Mas quero finalizar deixando uma tarefa, eu sei que isso não é muito agradável, mas sempre vamos deixar só uma tarefa. Hoje temos um parceiro aqui em Rondônia, Dário Lopes, que é amigo de vocês todos, e estamos tendo problemas para tirar a carga de Rondônia, por um termo do Ibama. Eu quero pedir ajuda porque isso também atrapalha na Bolívia. Está atrapalhando as cargas bolivianas que têm que sair para o exterior. E eu quero convidar a classe política brasileira e também a boliviana para colaborar sempre nesses tipos de temas, nesses tipos de saídas. Eu sei que isso vai dar certo.

O empresário, que foi cumprimentado pelo Presidente, que tem uma empresa que está construindo aviões, lá em Ariquemes, que é terra de vocês, não é? E essa fábrica de aviões, Senador Luis, Senadores da Bolívia, uma fábrica de aviões que tem como objetivo o mercado da Bolívia. Ele vai construir aviões, inclusive, aviões ambulâncias, com essa dificuldade que nós temos de tirar a gente quando temos um problema. Eu peço desculpas, mas eu vou fazer duas observações: se você tem um acidente lá em Guayaramerín (Bolívia), você praticamente

já está morto. E a gente que está aqui sabe que eu não estou mentindo, porque tem muita dificuldade. E eu sempre vou estar agradecido pelo povo do Brasil que recebe os pacientes aqui em Porto Velho, para eles serem atendidos gratuitamente, de Guayaramerín ou de Riberalta, porque para nós é difícil chegar à capital. É um tema que vamos resolver internamente, mas temos condições de criar instâncias para resolver isso. O que eu peço é apoio para a iniciativa privada, para investimentos e para a interação dos povos.

Vou finalizar com isso. Eu quero mandar uma saudação, porque eu sei que a gente vai estar assistindo a todos os nossos conterrâneos de Vaca Díez, falando para eles que sempre acreditem, que nunca um 'vaca-diense', a gente de Guayaramerín, Riberalta vai renunciar ao sonho da ponte. Mas isso não é limitativo para construir mais e mais métodos de integração. O que nós temos que fazer é criar esse espaço de diálogo, para conversar, para colocar acordos e encontrar soluções.

Como eu falei, eu me sinto muito honrado, Presidente Alex, muito obrigado. É uma honra muito grande para eu falar para todos vocês e mais ainda, sendo acompanhado por meus conterrâneos bolivianos, meus cidadãos. Isso vai ser um momento histórico para nós, pode acreditar nisso, acreditando em Deus. Obrigado a todos.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Neste momento, eu passo a palavra para o Presidente Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Só fazer mais um convite. Quero parabenizar o Senador Luis Flores, cadê o Senador? O senhor é muito competente, já marcou uma audiência para o dia 11 de novembro, em La Paz, com ministros e com equipe técnica para a nossa equipe técnica do Brasil. Então, parabéns ao líder, nosso Senador Luis Flores.

E passo agora a palavra para o Cerimonial para nós fazermos o encerramento.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Convido, neste momento, o Excelentíssimo Deputado Estadual Presidente desta Casa, Deputado Alex Redano, para se dirigir à frente do dispositivo para fazer a entrega de uma lembrança oficial do Estado de Rondônia às autoridades presentes.

(Momento da entrega das lembranças)

Convidamos a Excelentíssima Senhora Corina Ferreira Dominguez, Senador do Estado do Pando;

Excelentíssimo Senhor Luis Flores Roberts, Senador do Estado do Pando;

Excelentíssimo Senhor Walter Jesús Justiniano Martínez, Senador do Estado do Beni;

Excelentíssima Senhora Maria Roxana Nacif Barboza, Senadora Plurinacional do Beni;

Senhor Fernando Arias, representando o Governo do Beni;

Excelentíssima Senhora Cecília Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia do Beni;

Excelentíssima Senhora Katuska Rojas, Deputada da Assembleia do Beni;

Excelentíssima Senhora Estela Rodriguez Siles, Prefeita de San Ramón, Beni-Bolívia;

Senhor José Luis Rivero, Diretor de Relações Internacionais da Universidade Autônoma do Beni;

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu quero aqui novamente só justificar: nosso amigo, Deputado Lebrão, infelizmente passou mal, mas, se Deus quiser, logo estará recuperado.

Eu quero também aqui fazer um agradecimento especial à pessoa ilustre, que nós temos muito orgulho de estar nos assessorando aqui, que é o amigo Hélder. Fez um trabalho brilhante. Uma salva de palmas.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, neste momento desta solenidade, será entregue uma homenagem a proposta pelo Senhor Deputado Estadual Lebrão, com anuência do Deputado Alex Redano, Presidente desta Casa, a entrega de Medalhas do Mérito Legislativo.

E, neste momento, entregue aos Senadores da República da Bolívia, de acordo com o Decreto Legislativo nº 1.411, de 20 de outubro de 2021. Para tanto, o Deputado já se encontra à frente do dispositivo e pedimos, neste momento, para que os anunciados homenageados desta tarde façam jus à referida Medalha.

Neste momento vamos à entrega das Medalhas do Mérito Legislativo.

(Entrega de Medalhas de Mérito Legislativo)

- Convidamos o Excelentíssimo Senhor Senador da República Walter Jesús Justiniano Martínez, Senador da Câmara de Senadores da República da Bolívia, neste ato representando o Presidente do Senado para se colocar à frente do dispositivo.

Recebe neste momento a Medalha do Mérito Legislativo o Excelentíssimo Senhor Walter Jesús Justiniano Martínez, Senador da Câmara de Senadores da República da Bolívia.

- Convidamos a Excelentíssima Senhora Cecília Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Departamental do Beni, na Bolívia, para receber a Medalha do Mérito Legislativo.

Recebe das mãos do Presidente desta Casa a Senhora Cecília Giraldo Justiniano, Presidente da Assembleia Departamental do Beni, a Medalha do Mérito Legislativo.

Neste momento, eu convido os dois homenageados para que venham à frente do dispositivo para que possamos fazer, então, uma foto oficial com o Presidente da Casa.

(Momento da foto oficial)

Estão entregues as Medalhas. Uma salva de palmas aos agraciados.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano e homenageados para que retornem e tomem assento aos seus respectivos lugares para darmos continuidade a esta solenidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos uma excelente noite a todos. Convidamos todos ao *coffee break*. Espero que não esteja muito gelado.

Obrigado a todos. Uma salva de palmas a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 20 horas e 19 minutos)

7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER DEMANDAS DECORRENTES DA AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

EM: 04.11.2021
INÍCIO: 09h38min

PRESIDENTE: SR. ALAN QUEIROZ

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alan Queiroz, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública para debater demandas decorrentes da avaliação e diagnóstico do Plano Estadual de Educação.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham, por meio virtual, seja na nossa página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alan Queiroz, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos a Magnífica Reitora, Professora Marcele Regina, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

O Excelentíssimo Senhor Pró-Reitor, o Doutor Edslei Rodrigues de Almeida, do Instituto Federal de Rondônia - IFRO.

Excelentíssimo Senhor Doutor Julian Farago, Promotor de Justiça da Educação, do Ministério Público Estadual.

Senhor Marcus César, Secretário Geral do Controle Externo do Tribunal de Contas - TCE.

Senhor Jair Santiago Coelho, Coordenador de Educação do Sesi/Senai/IEL.

Senhora Conselheira Adir Josefa de Oliveira, representando o Conselho Estadual de Educação – CEE/RO.

Senhora Professora Walterlina Brasil, Coordenadora do Fórum Estadual de Educação e Professora da UNIR.

Virtualmente, compõe a Mesa de Autoridades, a Senhora Marcele Frossard, Assessora de Políticas Sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Nós convidamos, neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Alan Queiroz, que procederá à abertura desta solenidade.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Inicialmente, quero saudar a todos com um bom dia. Agradecer imensamente a presença de todos os representantes aqui de diversas entidades na nossa Mesa. Peço desculpas, também, pelo atraso inicial da nossa Audiência Pública. Estou também ainda me recuperando da cirurgia que fiz na segunda-feira, mas eu não queria deixar de ter a oportunidade de estar aqui neste momento importante para a Educação no nosso Estado. Quero agradecer imensamente e vamos agora dar início à nossa Audiência Pública.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater demandas decorrentes da avaliação e diagnóstico do Plano Estadual de Educação.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Neste momento, eu convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Melo e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Nós também gostaríamos de agradecer a presença, nesta Casa de Leis, das autoridades presentes.

O Senhor Paulo Haddad, Presidente da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas, Tecnológicas e à pesquisa do Estado de Rondônia – Fapero. Agradecemos ainda à Senhora Dioneida Castoldi, Secretária-Geral, representando o Sintero (Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia). Senhor Ricardo Braz Bezerra, Gerente de Controle, Avaliação e Estatística, e membro do Comitê do Plano Estadual de Educação. Senhora Tamara Kasper, Gerente da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho - Semed. Senhor Nonato Soares, Secretário-Geral da CUT. Senhor Victor Paiva, Diretor da Fapero. Senhor Francisco Lemos, Técnico Legislativo da Assembleia Legislativa de Rondônia. Senhora Sandra Santos da Costa, Coordenadora de Ensino Técnico do IFRO e membro do Fórum Estadual de Educação. Senhora Silvana Ventura, Diretora da Escola Técnica do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional – IDEP. Senhor Massud Badra, Assessor Chefe de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO. Senhor Fábio Recalde, Gerente de Reintegração Social, representando a Secretaria de Estado de Justiça Social – Sejus. Senhora Sheila Andreia Ribeiro, Gerente de Gestão Escolar.

Neste momento, eu passo a palavra ao Deputado Alan Queiroz para conduzir esta Audiência Pública... **(interrupção do áudio)**.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Peço perdão. Eu apertei aqui, antes da finalização de sua fala. Desculpe.

Mais uma vez, as nossas saudações, o nosso bom-dia a toda a nossa Mesa Diretora composta aqui por diversas autoridades. Quero agradecer imensamente aos nossos servidores da Casa, em nome do Paim, o Kid, as nossas taquígrafas, todas as pessoas que nos acompanham aqui de forma presencial, nas nossas galerias, e também àqueles que nos assistem de forma remota, através do You Tube e das nossas mídias sociais, também, da Assembleia Legislativa.

r: Para dar início aqui à fala, já temos algumas pessoas inscritas. Quero também deixar aberto para aqueles que ainda não estão, que possam fazer juntamente à nossa assessoria, que possam também se inscrever para ter direito à fala na nossa Audiência.

Quero convidar, inicialmente, de forma virtual, quero agradecer a disponibilidade da Senhora Marcele Frossard, que é assessora de políticas sociais da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, que já está ali virtualmente preparada para sua fala. Quero pedir ao nosso Cerimonial, Paim, que possa fazer a leitura do currículo da Senhora Marcele Frossard.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Currículo da Senhora Marcele Frossard, Assessora de políticas sociais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; doutora

em Ciências Sociais da UERJ — Rio de Janeiro; mestre em Ciências Sociais pela PUC — Rio de Janeiro e é bacharel em Ciências Sociais da UERJ — Rio de Janeiro.

Pesquisadora nas áreas de sociologia da educação, sociologia da violência e sociologia da juventude e políticas públicas. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Análise da Violência — LAV-UERJ, do Instituto de Pesquisa Prevenção e Estudos em Suicídio — IPES e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociologia da Educação da UERJ. Também atuou em pesquisas junto ao Observatório de Favelas e ao Instituto de Estudos da Região — ICER sobre homicídio na adolescência no Rio de Janeiro. Pesquisa, discursos de atores do terceiro setor em políticas educacionais e especialmente sobre a base nacional comum curricular e a relação com pensamento político brasileiro e o pensamento liberal.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Passamos, então, a palavra à Senhora Marcele Frossard. Mais uma vez o nosso agradecimento. E está com a palavra agora. Peço que possam saltar no telão para que todos possam ter acesso visual também.

ASRA. MARCELE JULIANE FROSSARD *(Por videoconferência)* - Bom dia. Vocês me escutam?

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Estamos ouvindo. Só peço que possa conseguir colocar a imagem no painel. Agora sim.

A SRA. MARCELE JULIANEFROSSARD – Primeiramente, eu queria agradecer o Deputado Alan Queiroz, que está presidindo esta Sessão hoje, e também à Walterlina, que faz parte do Fórum de Educação, que fez esse convite, e a todos os presentes pela possibilidade de participar desta Audiência com vocês. É um enorme prazer fazer parte.

Eu tenho uma apresentação. Queria saber se — eu enviei — podem colocar na tela, por favor. Obrigada.

(apresentação de slide)

Então, hoje a gente vai falar sobre o Plano Nacional de Educação, que saiu o trabalho em 2014, e falar, através da campanha... **(ininteligível)** de educação, eu sou assessora de políticas sociais. Em sobre o Plano, acho que alguns aspectos precisam ser ressaltados, antes de começar a apresentação, que tem a ver com as perspectivas de financiamento adequado para acesso, permanência, qualidade e inclusão.

A Campanha Nacional Pelo Direito à Educação é atuante no processo de aprovação do Plano Nacional de Educação e no seu monitoramento. Somos uma rede de movimentos sociais que está presente em todo Brasil — então temos em todos os Estados, inclusive Rondônia. E a gente, através dessa rede, vem atuando para conseguir fazer um... **(ininteligível)** sobre políticas públicas de educação. E o Plano Nacional de Educação foi uma dessas grandes conquistas que a gente participou. Se puderem passar o slide para a segunda foto, por favor.

Aqui tem a foto de quando foi aprovado, em 2014, a participação do Daniel — Daniel é o cara que foi Presidente da campanha —, da Fátima Bezerra, da Dorinha, de vários outros

deputados que participaram nesse processo. E uma de nossas principais bandeiras é o... **(ininteligível)** qualidade, que nós vamos falar um pouco depois. E aí sobre o Plano Nacional de Educação. Ele foi aprovado em 2014, com previsão até 2024, então são 10 anos para implementação do Plano. E sempre pensando nessas características: acesso, permanência, qualidade e inclusão. E aí, atualmente, a gente já está no 7º ano de vigência desse Plano, e o que acontece? — pode passar para o próximo slide, por favor.

Aqui é um balanço do cumprimento das metas do PNE (Plano Nacional de Educação). Então, desde a sua aprovação, ele foi planejado para ser progressivo. Então, ao longo desses anos, a gente teria que ter ido aprovando essas metas. E isso não vem acontecendo desde o primeiro ano do Plano. Então, o Plano é aprovado em 2014, 2015 se inicia o processo de tentar implementar esse Plano. E aí, como se vê nesse gráfico, as barras que estão em verde são as metas que estão em cumprimento e as vermelhas são as que não foram cumpridas. O que indica que a maior parte do Plano não tem sido cumprida ao longo desses sete anos. E por que é importante mencionar isso? Porque, a gente sempre fala isso na campanha, nas nossas falas e tal, que tem a ver com o quanto a gente não precisa inventar a roda. Pode passar ao próximo slide, por favor. O que isso significa? Que as metas do Plano Nacional de Educação envolvem uma série de características que estão relacionadas à educação pública de qualidade que tratam de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e ação, como IDEB, Educação Integral, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Técnico, a formação de professores, o número de matrículas, professores com licenciatura para todo o País, matrícula no Ensino Superior... Então, assim, como apresentado aqui, essas são as 20 metas do Plano Nacional de Educação, das quais a gente vê que 5 metas estão parcialmente cumpridas. O resto, nenhuma delas foi cumprida, de fato.

Então, isso significa que o que foi planejado para acontecer ao longo dessa década não tem acontecido. E aí a gente tem assistido justamente o contrário: ao invés de assistirmos esforços para... **(ininteligível)**, a gente tem assistido uma retirada de recursos e a aposta em políticas para Educação que não estavam relacionadas com o Plano Nacional de Educação. Pode passar, por favor.

Então, essa primeira meta, aqui, por exemplo. “Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência desse PNE (Plano Nacional de Educação).”.

Essa também é uma das metas que não foram cumpridas e, como se observa — por isso a ideia de não inventar a roda — são metas muito básicas e fundamentais para a gente conseguir alcançar esse grande objetivo que é de melhorar a qualidade da Educação no acesso, no País inteiro. Pode passar para o próximo slide.

De maneira real, não cumprida. Entendendo os números. Previstos para 2016, o dispositivo da meta 1 que determina a universalização do acesso para as crianças de quatro e cinco anos, ainda não se encontrava cumprido em 2019, último ano com dados disponíveis, por causa da Covid-

19. E a meta 1 também dispõe que em 2024 a porcentagem de crianças brasileiras de até três anos frequentando escolas ou creches deveria ser de 50%. Mas, em 2019, essa porcentagem era de 37% e com os retrocessos que a gente vem assistindo, enquanto cortes também na educação pública, no orçamento da educação pública, o que a gente nota é que, provavelmente, esses 30% que tinham sido alcançados, e esses 13% das crianças nessa faixa etária para atingir o objetivo estabelecido, provavelmente, esses números, quando a gente fizer um balanço ano que vem, eles também serão diferentes no sentido de que não serão 37% e a gente vai estar ainda mais distante desses 50% que era a meta para 2024. Pode passar.

É a meta 2. Também tem a ver com o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos e garantir que, pelo menos, os 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano que seria em 2024. Pode passar.

E o que aconteceu? Isso também tem sido insuficiente e até 2020 esse percentual era de 82,4, então, a gente também ainda não conseguiu alcançar essa meta, que era de 95%.

E quais são outras características? Provavelmente, por causa da pandemia, a gente já sabe através de dados que foram coletados ao longo de 2021 com a pesquisa realizada pela UNICEF, que a gente teve uma evasão escolar muito alta, de mais de 5 milhões de estudantes; que muitos desses estudantes também estão ingressando no trabalho infantil e que dificilmente eles vão retornar para o Ensino Fundamental se não houver investimento para a realização de busca ativa, para fazer também um acompanhamento dessas famílias e criar condições para que essas crianças permaneçam na escola.

Então, essa Meta 2, além de não ser cumprida, ela tem um impacto muito forte por causa da pandemia de Covid-19, o que ainda não fica visível nesse indicador que foi feito com dados de 2019 e não de 2020. E, no contexto atual, a condução responsável da crise sanitária agrava o problema dos efeitos da pandemia, alterando também a relação dessas crianças com as escolas e confirmando isso que eu acabei de falar, que é essa dificuldade de retornar às escolas depois da pandemia.

No ano que vem, por exemplo, é um ano que necessita de forte investimento para fazer o retorno às aulas já com a maior parte da população vacinada e tentar garantir ao máximo o número de matrículas. Mas a gente sabe que isso também sofre com grande obstáculo, que tem a ver com os recursos públicos disponibilizados para a criação de matrículas, contratação de professores, etc. Pode passar, por favor.

A Meta 3 fala sobre universalizar até 2016 o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%. Pode passar.

Aí, o que é que acontece? Se o Ensino Fundamental já tem sofrido com os impactos da pandemia, o Ensino Médio, historicamente, já é uma dessas etapas que sofre um estrangulamento, em que a gente tem uma dificuldade em manter esses adolescentes no Ensino Médio. A gente tem alguns desafios para os próximos anos que tem a ver com a permanência desses adolescentes na escola — já acontecia antes, então, já estava previsto no Plano, tanto é que a meta é

até menor do que o relacionado para o Ensino Fundamental. Então, o dispositivo para quando se atinja uma taxa líquida de frequência de 85%, em 2024, esses jovens de 15 a 17 anos, e isso depende de um pequeno aumento no ritmo de avanço em relação ao que se tem observado no segundo trimestre de 2020.

Desde 2014 o ganho foi de cerca de 1,7 pontos percentuais ao ano, diante de uma necessidade de avançar 1,8 p.p. O provável é que agora com o impacto de 2020 e de 2021, a gente tenha uma redução e os dados apresentem uma enorme evasão escolar nessa etapa da Educação. Além disso, a reforma do Ensino Médio, a gente considera que foi um marco negativo, porque foi feita sem abertura de especialistas e da sociedade civil, prevendo a abertura à privatização e uma proposta de currículo mínimo através de "itinerários formativos", que tem origem na Medida Provisória 746/2016 e foi transformada na Lei nº 13.415 de 2017.

A reforma do Ensino Médio já vem sendo implementada em alguns Estados, em todo o cenário nacional, e a tendência é que, através dessa reforma e desse novo modelo de Ensino Médio, exista um aprofundamento das desigualdades educacionais e sociais, ameaçando a democratização do ensino público e distanciando a juventude da educação de qualidade, aquela que proporciona desenvolvimento integral dos estudantes. Pode passar, por favor.

A Meta 4 vai falar sobre universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa é uma das etapas — pode passar, por favor — é uma das etapas que também vem sofrendo um retrocesso. Recentemente, desde 2018, tem sido tentada repetidamente a revisão ou a atualização da Política Nacional Especial na perspectiva da educação inclusiva e uma previsão de retorno à ideia de educação especial que, ao invés de fazer um investimento para que a gente realmente implemente a educação inclusiva no País, o que a gente tem assistido é uma revisão inclusive desse conceito que já tinha sido pactuado através de outros momentos junto à sociedade civil, aos pais de crianças com deficiência e também através dessa mudança, dessa previsão de mudança na lei, em que a gente também percebe é que vai se tornar ainda mais difícil o acesso de crianças com deficiência à escola pública. E inclusive aos direitos que ela deveria ter na escola pública, como monitor, salas especializadas e outros aspectos relacionados a isso. Pode passar.

Aqui na Meta 5 apresenta "alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.". Aqui são os dados, "a porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada.". O que a gente percebe é que muda muito pouco de um ano para o outro. Essa proficiência, então de, por exemplo, em outubro a gente teve um aumento que corresponde a menos de 1% passando de 77,8 para 78,3 em dois anos, então indicando ainda necessidade de investimento para que a gente tenha realmente uma escola de qualidade, que promova esse ensino e o alcance desses alunos, dessa proficiência adequada. Pode passar, por favor.

E aí, a meta também não está cumprida. E o que a gente pode pensar a esse respeito? Que, normalmente, através da pandemia e da manutenção, por questões sanitárias, das crianças fora da escola e da dificuldade de oferecer um ensino remoto ou outras formas de aprendizagem, a gente imagina que também, a gente prevê, que essas taxas também sofrerão alterações em um sentido negativo, de redução do movimento que vinha acontecendo antes. Pode passar.

A meta 6 fala sobre "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da Educação Básica.". Pode passar também.

Essa meta "apresenta uma das situações mais graves em relação ao seu cumprimento, uma vez que em seus dois dispositivos os níveis caíram consideravelmente em relação a 2014, ao invés de subir. Se em 2014 haviam 42.665 escolas e 6,5 milhões de matrículas com jornada em tempo integral, em 2020 os números haviam caído para 27.969 escolas e 4,8 milhões de matrículas, significando uma perda de cerca de 15 mil escolas e mais de um milhão e meio de matrículas nesse formato."

Então, novamente, o que a gente apresenta é que houve, ao invés de ter o cumprimento da meta a gente observa um retrocesso e o distanciamento da possibilidade de cumprimento da meta. Isso também se deve à "manutenção das políticas econômicas de austeridade," principalmente "a Emenda Constitucional de 95/2016, conhecida como Teto de Gastos, e a EC 109/2021, a previsão é de que não haja avanço nessa meta.". Nesse momento a gente está votando na Câmara Federal, inclusive, a Lei dos Precatórios que tem a ver com a manutenção ou com as outras possibilidades em relação a essa política. Mas, infelizmente, isso não significa que aprovando a Lei dos Precatórios esses recursos irão para setores como a Educação e que a gente vai assistir a uma revisão da Emenda Constitucional 95 no sentido de garantir recursos para políticas públicas sociais. Pode passar, por favor.

A meta 7 é sobre "fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB.". Pode passar.

"O Ideb tem mantido um padrão de superação das metas nos anos iniciais do ensino fundamental, o que poderia ser atribuído à implantação do ensino fundamental de 9 anos, no qual as crianças passam a entrar com 6 anos de idade, e não mais aos 7, como anteriormente.". Para os anos finais do ensino fundamental o Ideb tem mantido uma aproximação dessas metas, mas sem conseguir cumpri-las. Então, "ho ensino médio, o quadro, que vinha sendo de estagnação até o ano de 2017, apresentou uma melhora significativa entre esse ano e 2019. Ao discutir o Ideb, que se baseia no desempenho de alunos em testes padronizados, é válido fazer ressalvas sobre o papel desse tipo de avaliação como medida de qualidade de ensino, já que há controvérsias principalmente sobre o uso e a interpretação que são feitos de seus resultados.". Então, principalmente, a relação entre uma boa nota no Ideb e a disponibilidade de mais recursos, ou também de significar alguma melhora para essas escolas, fortalecendo uma ideia de um sistema meritocrático, que não

necessariamente investe nas escolas que têm nota em números menores no Ideb e, conseqüentemente, maiores dificuldades. Então, para uma avaliação ampla, é preciso implementar o Sinaeb, que é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, e que está previsto em conjunto com o Ideb na Lei do Plano

Nacional de Educação, e que foi recentemente constitucionalizado pela Emenda Constitucional 108/2020, que aprovou o novo Fundeb, mas que ainda aguarda regulamentação.

Então, basicamente, embora em alguns momentos de implementação do Plano Nacional de Educação a gente tenha assistido uma aproximação entre as notas do Ideb com as notas previstas pelas metas, o que a gente sugere, e a gente entende que não foi parcialmente cumprido, é que o Ideb é um desses índices. Então, ele é uma dessas formas de avaliação, mas que precisaria de uma revisão para incluir outros aspectos da educação e fazer uma avaliação mais ampla, que falasse de maneira mais aproximada da realidade das escolas. Pode passar, por favor.

A meta 8 fala sobre elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência desse Plano. Então, seria 2023. Para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pode passar.

Essa também é outra meta que não foi cumprida. A meta 8 tem tido diferentes níveis de sucesso entre seus dispositivos, ainda que nenhum deles esteja avançando o suficiente para ser cumprido no prazo. Então, desde 2014, se observa um crescimento maior da escolaridade média do Nordeste, que é a região do País onde esse indicador apresenta o menor nível, enquanto no campo e entre os 25% mais pobres da população brasileira há uma evolução menor. A equiparação do status educacional entre as populações negra e não negra, por sua vez, é o objetivo que avança mais lentamente.

E aqui eu gostaria de fazer um adendo, que se relaciona com a existência... **(ininteligível)**. O que a gente tem assistido, assim como eu apresentei na meta anterior, é uma redução do número de escolas e do número de matrículas. Isso tem acontecido, de maneira mais intensa, quando a gente fala da educação no campo, da educação de jovens e adultos e também de outras modalidades de ensino que são mais específicas, como a educação indígena, educação quilombola.

Então, essa meta 8 é uma das metas que não tem sido cumpridas e que, ao contrário, a gente também tem assistido a um retrocesso, além de que essa equiparação de status educacional entre as populações negra e não negra, também não tem acontecido. Ou seja, a gente não tem acompanhado uma perspectiva de produção de políticas públicas e implementação para garantir uma educação antirracista. Os resultados, então, evidenciam as desiguais e injustas condições de cidadania encontradas por populações da sociedade brasileira, especialmente na realidade escolar. Pode passar, por favor.

A meta 9 vai falar sobre elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e,

até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. Pode passar.

Então, previsto para 2016, o dispositivo da meta 11 que determina a universalização do ensino e do acesso à escola para crianças de 4 a 5 anos, ainda não despontava em 2019. Não tinha número de dados disponíveis... **(ininteligível)** da Covid-19. Então, sem renovados esses dados da inclusão na escola, de crianças nessa idade, a tendência é de que mesmo em 2024, no fim da vigência do atual PNE, esse objetivo ainda não seja cumprido. E a gente sentiu isso, assim, de maneira mais intensa, agora, durante a pandemia, quando a gente viu a dificuldade das pessoas para realizarem... **(ininteligível)**, para crianças acessar site, via internet, de uma maneira geral. Esse analfabetismo, essa falta de alfabetização dos brasileiros em 2015, desde 2015, vem sendo uma grande dificuldade e se torna ainda mais presente quando a gente fala em educação de jovens e adultos, que também tem sido outra área que vem sendo extinta, com o subfinanciamento, além desse programa Brasil Alfabetizado, que era desenvolvido e voltado para a alfabetização, deixou de existir. Então, com a política econômica de austeridade, o que a gente vem assistindo é justamente o não avanço dessa meta. Pode passar, por favor.

Para eu não falar de todas as metas, eu vou, porque acho que já tem mais ou menos uns, já deve ter mais de 15 a 20 minutos, que estou falando, vou fazer um resumo geral.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Senhora Marcele, além da questão do tempo, eu queria pedir, de repente, se pudesse, se houver uma forma de dar uma sintetizada. Nós estamos com alguma dificuldade também de audição. Acho que o áudio não está tão perfeito. E a gente está com alguma dificuldade de escuta, está bom? Só para você saber, ter um feedback daqui.

A SRA. MARCELE JULIANE FROSSARD (*Por videoconferência*) – Desculpa. Então, de maneira sintetizada, a gente está no 7º ano de vigência do Plano, menos de 15% dos dispositivos do Plano devem ser cumpridos. Então, assim, a gente teve 10 anos para a realização desse Plano e menos de 15% vai ser cumprido. Dos 48 dispositivos mensurados, somente 6 têm perspectiva de sucesso ao final de seus respectivos prazos. E no restante do Plano, prevalece o avanço muito aquém do necessário e também no processo, especialmente em face dos impactos da pandemia de Covid-19 na Educação.

Tem algumas questões mais impactantes, além do não cumprimento do prazo. A gente, atualmente, tem encarado a falta de dados para entender o que tem acontecido na Educação no Brasil. Então esse é um dos aspectos que têm sido mais relevantes, porque a gente não tem dados atualizados em 2020, então nem sobre a educação em si, municipal, nem censo de educação superior, e os dados, até o segundo trimestre também não foram lançados.

Na Covid-19, as matrículas não refletem a situação da exclusão. Então a gente percebe uma invisibilização da exclusão escolar. A gente tem em torno de 5 milhões de estudantes, como falei antes, que provavelmente não retornarão para a

escola e que já estão fora da escola. E o que a gente infere é que esse dado é muito inferior ao que acontece na realidade. A não realização do censo também prejudica o planejamento amostral da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), que é a Pesquisa Nacional Amostrável por Domicílio, e todos os indicadores apoiados em sua pesquisa ficam ameaçados no futuro.

Então, de maneira geral, o que eu gostaria que ficasse é que essa política de austeridade que vem sendo implementada no País não contribui para a realização do Plano nem para que a gente tenha uma educação que seja realmente acessível e que garanta permanência e que seja de qualidade.

Então, acho que uma das principais coisas que a gente também tem que discutir se relaciona com o orçamento e com a disponibilidade de recursos para realmente fazer um investimento em educação que signifique que essas crianças estão na escola, que os professores estão dando aula, que elas tenham infraestrutura básica para se sentirem confortáveis e para que elas consigam se manter atentas, como, por exemplo, a questão da alimentação escolar, que a gente sabe que também tem sido ameaçada.

Então agradeço a participação e o convite, novamente, e fico à disposição para qualquer dúvida.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Senhora Marcele, quero agradecer, em nome da Assembleia Legislativa e todas as autoridades presentes a sua participação. Muito obrigado. Eu sei que o seu tempo era um tempo que necessitava a maior, para que pudesse, passo a passo, mostrar que as metas, realmente, estão longe de ser cumpridas.

A gente percebe que sempre houve essa dificuldade de atingir as metas, tanto do Plano Nacional, Plano Estadual e Plano Municipal. Sempre houve dificuldades de atingir as metas estipuladas, debatidas e apresentadas. E a gente percebe que no meio desse caminho ainda surge algo novo que mexeu com toda estrutura, não só educacional, mas todas as estruturas de Estado. É uma pandemia que nos pegou de surpresa, algo totalmente novo, e ainda estamos convivendo com isso e aprendendo no dia a dia quais os melhores caminhos, as melhores saídas.

Conversava agora há pouco aqui em alguns pontos que a senhora abordou, e é uma realidade muito presente nossa, aqui no nosso Estado, principalmente no interior do Estado, onde a gente tem fortemente atividade agrícola, onde os alunos, nossos jovens, não só do ensino médio, mas também ali até mesmo crianças, hoje, ajudando realmente a atividade econômica da família, principalmente na atividade do campo. Então é uma realidade. Acho que é algo que temos que abordar, saber como lidar com isso, abrir aqui novas possibilidades para esse novo contexto.

Eu acho que essa discussão será ampla, será no dia a dia, nos acontecimentos e naquilo que a gente vai poder contribuir para que, de fato, a gente possa chegar próximo do ideal, próximo daquilo que foi planejado. Então é, realmente, uma realidade difícil e que temos que enfrentar com muita vontade, principalmente, como a senhora bem disse aqui, com recursos, com orçamento, onde, realmente, é preciso ser visto de forma diferenciada.

Depois nós vamos abrir para perguntas também, mas eu quero seguir, aqui, as pessoas que estão inscritas, para a gente seguir uma ordem, e a gente tentar, porque tem um número extenso de pessoas aqui para poder usar a palavra, que a gente possa ser o mais breve possível, dentro das possibilidades está bom? Não vou estipular tempo, mas que a gente possa ser sucinto, enfim, objetivo com as palavras. u

Já faço, aqui, o convite para a professora Walterlina Brasil, quero até fazer uma deferência especial, aqui. Ela esteve em meu gabinete, solicitando, preocupada com o tema, solicitando esta Audiência Pública. Então, aqui, professora Walterlina, em nome da senhora, quero cumprimentar todos os professores, aqui, representados e aqueles que estão distantes também. Tanto da Unir como das nossas instituições tanto particulares, estaduais, municipais. E eu já peço à senhora que faça o uso da palavra. Ela é Coordenadora do Fórum Estadual de Educação, que a gente vai ter também uma apresentação na parte da tarde ou no decorrer da nossa Audiência Pública, também para debater alguns temas importantes. Com a palavra, professora Walterlina, por gentileza.

Quero, desculpa, antes da senhora iniciar a sua fala, quero só agradecer imensamente a presença do meu parceiro, deputado atuante desse Parlamento Estadual, Deputado Cirone Deiró, um grande deputado que sempre está presente conosco nas nossas ações do Parlamento Estadual. Em seu nome, Deputado Cirone, cumprimentar todos os nossos 24 deputados estaduais que representam esta Casa. Da mesma forma, cumprimentando a senhora Suzana Nogueira Brandão, ela que é Diretora Social de Desenvolvimento do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (Sinepe). Feito o registro e também o nosso agradecimento a presença. Ela vai fazer também o uso da palavra mais para frente.

Professora Walterlina, com a palavra, por gentileza. Se quiser usar, pode usar tanto aqui, a Mesa, dando um cliquezinho, aqui, no lado direito, ou também quem quiser usar a tribuna, sintá-se à vontade.

A SRA. WALTERLINA BARBOZA BRASIL – Deputado, eu agradeço, mas nesse momento é de saudação inicial, muito breve, porque a exposição logo acontecerá. E eu gostaria, então, nessa função de boas-vindas, de dizer que o fundamental, hoje, como a Marcele Frossard nos coloca o panorama nacional, como a Campanha Nacional de Educação, que é protagônica nesse debate da implementação dos Planos Nacionais de Educação no País, de dizer que hoje, esta Casa, Deputado, tendo o senhor no Fórum Estadual de Educação, representando a Assembleia Legislativa, como membro especial do Fórum, assim como o Tribunal de Contas, o Ministério Público e todas as organizações que permanecem no Fórum Estadual, de prestação de contas.

Então, este momento é fundamental e nós construímos este momento com longas passadas e muitas dificuldades. Por isso, saudando a todos nesta Mesa na sua pessoa, gostaria de fazer uma digressão e saudar, aqui, todos aqueles que construíram e mantiveram o Fórum Estadual de Educação. Como a professora Angélica, primeira coordenadora do Fórum; professora Miriam que a seguiu e o senhor Valmir Souto que

está aqui conosco, que fizeram com o que o Fórum, apesar do golpe que sofreu no Fórum Nacional de Educação, fez com que o Fórum Popular fosse necessário — e queremos saudar aqui o Fórum Popular. Para nós é um Fórum que também demonstra qualidade, que esta Casa, aqui, Deputado, também recebeu, lançando a Campanha Nacional Popular para o Fórum Popular, ano que vem.

Então, agradecer e dizer que hoje é uma prestação de contas em uma grande avaliação pública e uma correção de rumos para um cenário de 2022, onde nós superemos as pautas de costume e retomemos as pautas políticas e de avanço qualitativo na nossa Educação. Muito obrigada a todos e todas presentes e aquelas pessoas que não se sentem representadas pelo binômio de gênero.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Muito obrigado, professora Walterlina, tanto pela participação, pelo início, pela visita ao nosso gabinete. Hoje, eu não sou o Presidente da Comissão de Educação, aqui, na Casa, mas faço parte da Comissão de Educação. Nosso Presidente é o Deputado Adelino Follador e que pediu que a gente fizesse a deferência também que ele está acompanhando de perto, passo a passo e também se colocando à disposição.

Já faço o convite também o convite, aqui, para o próximo inscrito, a senhora Conselheira Adir Josefa de Oliveira, representando o Conselho Estadual de Educação.

A SRA. ADIR JOSEFA DE OLIVEIRA – Cumprimentar a todas as pessoas que participam deste evento importantíssimo. Em nome do Presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Horácio Guedes e em meu nome próprio. Em nome da professora Walterlina, cumprimentar todos os integrantes desta Mesa e vou falar mais, logo mais vou ter uma fala um pouco maior também. Então, quero só cumprimentar a todos e também falar da satisfação de estar aqui para conversar um pouco um assunto que não se esgota nunca, a Educação, e é com imensa alegria que a gente vem discutir essa temática. Ela está sempre em pauta e, por incrível que pareça, sempre atrasada. Então, a gente precisa o tempo todo estar discutindo, se readequando a todo momento para que a gente possa implantar esse novo Ensino Médio, que já está no Conselho Estadual de Educação, já foi entregue e já tem comissão formada para fazer análise desse novo Ensino Médio.

Então, a gente está sempre correndo atrás, sempre seguindo, sempre tentando colocar em pauta essa temática. Então, para nós, hoje, estar aqui com tantas pessoas que trabalharam e têm avaliado, monitorado o Plano Estadual de Educação é uma alegria muito grande, porque é o momento que a gente para para falar aquilo que realmente é o foco para o desenvolvimento do nosso Estado, do nosso País.

Então, logo mais, eu vou fazer uma fala. Eu quero apenas cumprimentar a todos e dizer da alegria de estar compondo esse rol de pessoas para discutir uma temática tão importante, que é a Educação. Obrigada.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Conselheira Adir, pela fala, pela presença e já convido o nosso próximo inscrito aqui, o Sr. Jair Santiago Coelho, que é Coordenador de Educação do Sesi-Senai, IEL.

O SR. JAIR SANTIAGO COELHO – Bom dia a todos. Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz, em nome do qual eu saúdo os demais integrantes da Mesa. Eu sou Engenheiro em Educação do Sesi-Senai, do Estado de Rondônia, que integra o Sistema “S”. Nosso objetivo é sempre estar ligado à comunidade, ligado à sociedade, ligado às instituições, às indústrias para estarmos realmente atendendo e respondendo à realidade com educação. Sabemos que é um assunto desafiador, mas é inconcluso.

Eu vi aqui os dados relatados pela assessora Frossard. Ela falou em 20% e nós sabemos que isso é significativo, não é decepcionante, porque a Educação realmente é um desafio gigantesco, mas importante para estar na pauta de todos nós, independentemente de quais sejam as instituições. Isso é um assunto de crescente importância para sempre. O Senai atende a Educação profissional, e hoje está integrando — eu vi a diretora Adir falar aqui em relação ao novo Ensino Médio. Nós também, como representantes da sociedade, estamos nesta empreitada. Fizemos um piloto em 6 Estados. Hoje estamos com turmas rodando nesse novo projeto em 22 Estados do Brasil, incluindo aqui o Estado de Rondônia, sempre abertos a parcerias, a ouvir a sociedade. Essa é uma prática do Sesi. O Sesi atende a educação básica da primeira série até o último ano do ensino Médio. Hoje está integrado com o Senai para rodar o Ensino Médio, com itinerários inclusive de saída técnica. Isso é uma... **(ininteligível)** da instituição. Estamos sempre conversando com toda a sociedade, as instituições de nível superior, o Ifro, todos eles, porque o Senai e o Sesi são inclusivos. Sabemos que, juntos, poderemos estar nos fortalecendo para enfrentar esse desafio.

E, na prática, nós estamos tendo um grande sucesso com essa questão do novo ensino médio. Sabemos que é um desafio gigantesco o percentual de jovens ainda fora do ensino é gigantesco no Brasil. Nós acompanhamos o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), que é uma avaliação internacional dos estudantes, e vemos como realmente nossa posição ela vem se debatendo nos últimos anos, lá numa posição muito longínqua e incômoda para todos nós. Mas isso só nos mostra o quão desafiador é e o quanto precisamos estar atentos e atuantes agindo para mudar essa realidade. Muito obrigado a todos.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Jair. Muito bem se posicionou de forma breve, mas bem objetivo e mostrando uma realidade.

Convido já para fazer uso da fala também o nosso companheiro de Parlamento, Deputado Cirone. Com a palavra, Excelência.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Bom dia, Presidente, Deputado Alan Queiroz, proponente desta Audiência Pública. Quero parabenizá-lo por esta iniciativa, vendo que estamos saindo de um momento crítico do nosso Estado, do nosso País, dos municípios em relação à pandemia. A evasão escolar tem sido muito grande e nós precisamos discutir, achar uma maneira. Qual a maneira que vai se comportar o Estado com relação à Educação pós-pandemia. Vamos trabalhar no sistema híbrido? Vamos ser tudo presencial? Qual vai ser a atuação do Estado em relação a nossa educação?

Eu quero aqui cumprimentar também a Reitora da Universidade Federal, Dona Marcelle; Reitor Edslei, que está aqui presente conosco; Julian, que é do Ministério Público, tem participado aí do Gaepe (Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na *Educação*) ativamente, discutindo ações aqui, fazendo proposituras ao Gaepe, à Secretaria de Estado, às Secretarias Municipais, detectando, assim, Deputado Alan, no Gaepe as falhas que tem desde o município, o Estado, a União, e cobrando dos gestores que se implemente essas ações para que a Educação continue desenvolvendo. Temos desde creches paradas em construção há 4, 5 anos, quanto ao atendimento de alunos com deficiência, seja deficiência física, visual ou algum transtorno. Então, o Gaepe tem feito – quero aqui cumprimentar em nome dele e em nome do Marcus, que está aqui representando o Tribunal de Contas, o nosso Conselheiro, Presidente Dr. Paulo Curi, que tem conduzido com muita firmeza, muita dignidade, que é onde estão os Secretários Municipais. A Secretaria de Educação sempre é convidada, nós até algumas vezes sentimos falta do Secretário estar presente, pelos temas que são debatidos ali com profissionais de notoriedade em nível nacional, que poderia muito bem ser implementadas ações aqui dentro do Estado de Rondônia.

Nós tivemos, no dia 15 passado, nessa audiência, uma propositura nossa, Deputado Alan, em relação à inclusão dentro das escolas. O que o Estado está fazendo? O que o Estado pretende fazer? Porque nós tivemos um caso aqui em Porto Velho de repercussão nacional e isso tem chamado a atenção. E eu, desde o início do nosso mandato, tenho chamado essa pauta, já fiz aqui Audiência Pública em relação à inclusão e esse tema não tem avançado.

Nós vemos uma falta de planejamento da Secretaria de Agricultura, desculpa, da Secretaria de Educação — fui Presidente da Comissão de Agricultura então está... Nós não vemos esse planejamento da Secretaria de Educação para as ações aqui dentro do Estado de Rondônia. Para citar aqui, em 2019, chegou ao mês de setembro, foi feita uma apresentação aqui pelo Secretário e os componentes da Secretaria de Educação, no mês de setembro a Secretaria estava desesperada sem saber como gastaria o restante do recurso porque não houve um planejamento. Começou-se economizando, economizando, quando chegou lá viu o montante que tinha para gastar e aí, quando não se tem um planejamento como faz? Gasta de qualquer maneira.

Então, esta Casa vem pedindo à Secretaria a implementação da inclusão dentro das escolas, e nós não estamos falando somente de cuidador, porque o cuidador só é para trocar fraldas e fazer as necessidades essenciais das crianças. Nós precisamos de um mediador pedagógico que possa instruir essa criança, junto com os professores, para que ele possa ter uma evolução. Vi depoimentos, depois que entrei nessa causa, de mães desesperadas sem saber o que fazer com os filhos, não tem condições de promover ensinamentos a essa criança.

Então, o Estado precisa, sim, se organizar, precisa dar atenção a esse público, precisamos, sim, valorizar os nossos profissionais, os professores, a equipe de apoio. Porque senão, nós nunca vamos ter uma educação que mereça toda a atenção

das nossas autoridades e tenha condições de levar, lá na ponta, o que realmente é proposto à educação, que é um ensino de qualidade, é um ensinamento que possa, sim, repercutir na vida das pessoas.

Então, quero aqui parabenizar o Deputado Alan, por promover esta Audiência e possamos Deputado, nesta Casa, acompanhar os trabalhos da Secretaria. Possamos estar aqui, junto com o Conselho, implementando ações que realmente deem resultados, não só nas escolas públicas como nas escolas privadas, porque a escola pública está muito além, muito mais avançada, mesmo com as suas deficiências, do que a escola privada. Porque as escolas ainda restringem a entrada desses alunos. Então a gente precisa avançar nesses temas. E quero aqui parabenizar o senhor e todos os componentes que estão aqui para discutir um tema importante no nosso Estado que é a educação. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Excelência, pela sua participação, pela preocupação. De fato, Vossa Excelência tem sempre trazido esse debate aqui no Parlamento Estadual, haja vista que é um conhecedor, principalmente da realidade do interior do Estado de Rondônia, em especial do município de Cacoal.

Quero chamar para fazer uso da fala o Senhor Marcus César, que é Secretário-Geral do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE. Com a palavra.

O SR. MARCUS CÉZARSANTOS PINTO FILHO – Primeiramente, bom dia. Queria cumprimentar todos os integrantes da Mesa em nome do Deputado Alan Queiroz e parabenizar pela propositura da Audiência Pública. Neste ato estou representando o Presidente do Tribunal, o Conselheiro Paulo Curi Neto, que em razão da Sessão Ordinária do Tribunal não pôde comparecer. Nós vamos apresentar também um painel, o auditor Igor Tadeu falará sobre as ações do Tribunal e todos os dados que estão baseando a ação do TCE, principalmente na parte relacionada à política educacional.

O Deputado Cirone levou ao Tribunal, também, a questão da educação especial que já vai ser inserida para o exercício de 2022, no Programa de Fiscalização — PAF, do TCE, para avaliação e diagnóstico.

Vou ser bem sintético, Deputado, e falar um pouco das ações do Tribunal. O Tribunal vem promovendo uma mudança cultural interna, saindo do fortalecimento dos processos de trabalho para que a gente possa colher frutos e uma melhoria da qualidade de vida da população. Então, o Tribunal elegeu a política pública educacional como foco para os próximos 8 anos e estabeleceu metas de resultado no seu planejamento estratégico. Nós estamos trabalhando basicamente em duas linhas: uma linha diagnóstica, realizada por auditorias operacionais e também avaliações diagnósticas, realizadas pelo corpo técnico da nossa Secretaria de Planejamento, com o apoio de especialistas.

E, por outro lado, a gente também está trabalhando, o Tribunal está trabalhando na cooperação com os entes municipais, prestando apoio especializado, principalmente na alfabetização e através de um programa piloto que nós iniciamos com o Município de Porto Velho e, agora, estamos levando para os demais municípios.

Então, o Tribunal, ele sai de uma atuação de conformidade, que tem como objetivo parametrizar as ações na parte normativa e também na parte operacional, finalizando com o diagnóstico. E agora vamos trabalhar com a cooperação, com o apoio, para que a gente possa, realmente, resolver os problemas da política pública e, nesse momento, o da política pública educacional, que é nossa meta estratégica.

Falando mais um pouco das atividades que o Tribunal está realizando hoje, o Tribunal vem realizando auditorias na busca ativa escolar, o monitoramento contínuo relacionado ao Plano Nacional de Educação, seu cumprimento pelos 52 municípios. Essa opinião de auditoria compõe as contas de governo gerando determinações aos prefeitos para que possam viabilizar o seu cumprimento. Também estamos trabalhando com avaliações diagnósticas, as redes, agora no exercício de 2021, liderada pela nossa Secretaria de Planejamento com o apoio dos especialistas.

Deputado, de forma bem sintética, a mensagem que eu trago do Presidente Paulo Curi Neto é que ele apoia as ações relacionadas ao debate do Plano Nacional de Educação. O Tribunal se coloca como órgão parceiro para que a gente possa, realmente, mudar a situação da política pública educacional no Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Nós que agradecemos, Marcus. O Tribunal de Contas sempre presente conosco, aqui no Parlamento Estadual, debatendo os temas importantes para o Estado de Rondônia. Em nome do Massud, particular amigo, que também representa aqui o Tribunal de Contas, cumprimentar a todos os membros e também os funcionários do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Convido para fazer uso da palavra, o Promotor de Justiça que hoje está incumbido também nessa missão difícil que é debater, acompanhar as ações da Educação junto ao Ministério Público do Estado de Rondônia. Quero cumprimentar em nome dele todos os Procuradores de Justiça dessa instituição séria que também tem tido um alinhamento muito importante com esta Casa em vários temas importantes principalmente com relação a questão de servidores do Estado, a Previdência e assim por diante, sempre participando conosco de forma muito próxima.

Já convido para fazer uso da fala, o Promotor de Justiça, Senhor Julian Farago.

O SR. JULIAN IMTHON FARAGO – Bom dia a todos. Bom dia a todas. Deputado Alan Queiroz, autoridade por meio da qual cumprimento todas as autoridades presentes, todos os demais participantes do presente evento. Estender, por necessário, os cumprimentos aos Deputados Cirone Deiró e Adelino Follador, que são participantes ativos nas nossas reuniões do Gaepe, junto com o TCE e os outros órgãos de Controle.

Eu, habitualmente, como Promotor que hoje está respondendo pela pasta de Educação, vi que foi público e notório uma situação nacional, que no início da pandemia, nós tínhamos dois focos muito claros, dois focos em absoluto destaque, que eram as questões afetas à saúde e as questões afetas à economia, não é? A educação, assim como as outras áreas

acabaram ficando num patamar de menor destaque em determinado momento da pandemia, no auge da pandemia. Conforme nós fomos vencendo as questões sanitárias, a educação foi voltando para o lugar de onde nunca deveria ter saído, que é um local de destaque, não é? Hoje, talvez as duas áreas em que mais se busque aperfeiçoamento e discussão, sejam a economia — que nunca deixou de estar em destaque — e a educação. A saúde ainda é uma questão importante, relevante, (não vencemos a pandemia, tanto é que estamos todos de máscara, álcool-gel, os demais protocolos necessários), mas hoje eu reputo que a educação merece, se não estar no mesmo patamar, um pouquinho acima, porque ficou muito negligenciada — necessariamente negligenciada —, durante esse período da pandemia. E agora nós precisamos discutir a educação.

Foi apresentado na palestra que nós assistimos, que as metas, infelizmente, já não vinham sendo alcançadas e, durante a pandemia, por uma questão óbvia, foram quase que abandonadas, por uma questão de necessidade. Nesse aspecto, eu tenho por necessário destacar as ações do Gaepe, esse Gabinete Articulado, composto por autoridades e por instituições de controle. As ações do Gaepe têm mostrado que essa é a melhor forma de atuarmos, de maneira articulada, fazendo com que as instituições conversem. E nesse aspecto eu, felizmente, tenho visto de maneira positiva que, ainda que reconhecida, pública, notória, é um problema local, nacional, mundial, nós não estamos com uma educação no nível que gostaríamos, estamos muito longe disso. Mas no Gaepe eu tenho observado que as instituições que estão lá estão fazendo o que é possível para, se não colocar a educação num patamar ideal, pelo menos naquilo que é possível. A presença dos deputados é muito importante, reforça as ações do Gaepe.

Tivemos excelentes resultados com a condução do Presidente Paulo Curi. Peço para que o Marcus e o Massud transmitam os meus cumprimentos ao Presidente Paulo Curi. E aos professores, também, que neste momento de retomada mostraram-se ser absolutamente importantes, colaboradores. Em determinados momentos, nós tivemos divergências de entendimento, mas uma coisa sempre me ficou muito clara, que todos queríamos a mesma coisa, que era o retorno seguro com qualidade, não é? Então, tanto pais quanto professores foram peças-chave para esse retorno, mostraram-se absolutos colaboradores, não só com o processo de retomada, mas também com o processo de fiscalização dessa retomada, auxiliando sobremaneira as ações do Ministério Público.

O Deputado Cirone Deiró apontou uma questão afeta à educação inclusiva. Eu preciso destacar que também foi dita na nossa última reunião do Gaepe, Deputado, foi apresentada outra palestra, que nos mostrou que boa parte dos problemas da educação exclusiva não estão nas questões educacionais, mas estão na questão à saúde. Foi feito um diagnóstico que 90% dos alunos que precisam da educação inclusiva, identificados como “merecedores” de um processo diferenciado de aprendizagem, o problema deles está antes, está na Saúde, essas crianças não conseguem um laudo, porque o professor consegue identificar que aquela criança precisa de um atendimento especializado, mas ela não consegue receber dos órgãos de Saúde um laudo para saber qual é o problema, qual

é o diagnóstico e o grau. Por exemplo, autismo, por exemplo, tem vários graus. Quem vai dizer isso é o médico, não é o professor.

Então, esse encaminhamento, esse fluxo entre Saúde, Assistência Social e Educação, o Ministério Público instaurou um procedimento, justamente, provocado pelo Gaepe, provocado por uma palestra que o Deputado Cirone Deiró trouxe para o Gaepe. Então, a partir dessa provocação, nós, se nós temos um problema na Saúde antes da Educação, vamos colocar esses órgãos para falar entre si, porque tal qual o Gaepe nos mostrou que a articulação entre as instituições de controle é o melhor caminho para obtermos bons resultados, por que não providenciar isso dentro dos próprios órgãos do Executivo, Ministério Público, Assembleia?

Então, discutir Educação nunca foi tão necessário. Buscarmos um ponto comum, hoje, é vital. E Audiências como essas são absolutamente relevantes para que a gente consiga, se não levar a Educação para um patamar ideal, que eu acho pouco provável, mas pelo menos naquele patamar que garanta de maneira minimamente digna aos nossos clientes, que são as crianças, que são os nossos administradores do futuro. Nós precisamos melhorar essas questões, todas as questões afetas à Educação.

Novamente, bom dia a todos. Parabéns pelo evento. E obrigado pela oportunidade.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Dr. Julian.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Só uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Claro. Com a palavra, o Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Parabenizar o Dr. Julian pela fala. Entendendo, Dr. Julian, essa questão que eu vejo que a pessoa com deficiência tenha essa dificuldade de interlocução, porque nós precisamos, realmente, desse tripé que o senhor falou: a questão da Saúde, da Assistência Social e da Educação. Eu fiz uma propositura ao Governo do Estado. No Estado de São Paulo nós temos uma Secretaria que recebe essas pessoas, essas demandas, e essa Secretaria que faz a interlocução com as demais Secretarias, seja Educação, Saúde ou Assistência Social. Como nosso Estado é um Estado menor, eu sugeri ao Governo a criação da Superintendência para atender essas pessoas com deficiência. E essa Superintendência teria essa missão de fazer esse tripé, que o senhor falou muito bem. Precisa do diagnóstico, precisa do tratamento da Saúde e precisa da Assistência Social, porque muitas pessoas vivem em uma situação de vulnerabilidade e não têm condições de dar essa atenção à criança. Então, nós fizemos essa propositura ao Governo do Estado da criação da Superintendência que possa encabeçar, vamos dizer assim, essas situações. Obrigado pela oportunidade, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone. Quero aqui também, nessa fala do Dr. Julian, dizer, Dr. Julian, que a gente teve um debate importante quando se trata da questão da saúde na escola. Existe um programa, salvo

engano, é PSE, Programa de Saúde na Escola, e a gente teve a apresentação de alguns profissionais da Educação no Estado e poucos municípios estão, realmente, aderiram a esse programa. Salvo engano, quatro ou cinco municípios dos nossos 52 municípios. Então, é algo preocupante, porque a gente percebe que se você consegue o diagnóstico, até mesmo daqueles pacientes ou alunos que ainda não têm a identificação daquela deficiência, seja do autismo, seja deficiência visual, auditiva, nutricional, ..., tudo isso está ligado ao bom aprendizado, ao resultado final, ao rendimento do aluno. A gente, hoje, perde essa possibilidade de ter esse acompanhamento também de saúde junto aos nossos alunos. Então, a gente está levando essa demanda junto ao Estado para que a gente possa intensificar, apresentar aos municípios essa proposta, esse projeto de relevante importância.

Então, quero, aqui, mais uma vez justificando a ausência do nosso Presidente da Comissão de Educação, Deputado Adelino Follador, que esteve participando, inclusive, dessa última Comissão de Educação e Saúde, estavam integradas as duas Comissões, não pôde estar presente aqui, mas pede que fosse justificada a sua não presença na nossa Audiência Pública.

Convido para fazer o uso da palavra, agora, o Excelentíssimo Senhor Pró-Reitor Dr. Edslei Rodrigues de Almeida, que está aqui representando o Instituto Federal de Rondônia (Ifro), com a palavra.

O SR. EDSLEI RODRIGUES DE ALMEIDA – Muito obrigado. Bom dia com votos de que todos vocês estejam bem. Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz, muito grato, parabéns pela proposição desta Audiência Pública. Em seu nome, eu aproveito, com a sua permissão, eu cumprimento todos os membros desta Mesa. Em nome da minha colega — posso falar assim, perdão — Reitora da Universidade Federal de Rondônia, estendendo os cumprimentos a todos os demais que aqui se encontram. Em nome da minha colega Adir, cumprimentar todos aqueles que nos acompanham na transmissão desta Audiência. Gostaria de agradecer ao convite em nome do Reitor do Instituto Federal de Rondônia, professor Uberlando, que por uma questão de agenda não pôde estar aqui conosco.

Parabenizar o trabalho do Fórum Estadual de Educação por meio da minha colega professora Walterlina Brasil. Trabalho incansável que é coordenar um Fórum, dar as devolutivas que serão apresentadas aqui hoje também. Já estive lá sentado como membro representando o Ifro e hoje, devido à cadeira que ocupo, o tempo, nós temos lá excelentes profissionais representando a instituição, dando essa contribuição.

Audiência Pública é um momento singular de suma importância para discutirmos a Educação, como bem frisou a Adir, estamos sempre discutindo e parece que a pauta está sempre atrasada, concordo plenamente, e aí não pode ser uma pauta só em decorrência da pandemia, ou dos problemas agravados por ela ou de uma pauta no pós-pandemia. Deve ser uma pauta constante e, tenho certeza, que está sempre presente, principalmente nesta Casa acompanhando, não é Deputado Cirone, as proposições que são colocadas, analisadas e aprovadas e transformadas em políticas públicas, que é o importante.

O Plano Estadual de Educação, que, quando nós analisamos, principalmente na sua meta 15, nós não temos dúvida da contribuição que a rede federal, e aqui no Estado de Rondônia, o Instituto Federal de Rondônia (Ifro) pode dar a sua contribuição. Não só como ofertas de cursos, assim também como a Universidade Federal, quando a gente vai analisar lá a meta 15, a gente vê que alguns indicadores nós não conseguimos atingir, principalmente no que tange à formação tanto daqueles que estão atuando nas séries iniciais, quanto àqueles que estão atuando no Fundamental II, e também em algumas áreas do Ensino Médio, ou seja, perpassando toda a Educação Básica. Mas também, com exemplos, a gente percebeu na apresentação da Marcele Frossard, preocupante, quando nós observamos 20 metas e percebemos que atingimos um pouco mais que 15% delas, principalmente em metas quando nós percebemos a educação inclusiva. Então, no próprio Ifro, eu acompanhava a fala do Dr. Julian, nós estamos de acordo, mas também temos exemplos na rede, no próprio Ifro nós temos exemplo do que nós podemos fazer, em uma contribuição singela, é claro, não se esgota, não se exaure a pauta, mas na educação inclusiva, principalmente na pandemia. Falo isso porque o Ifro não parou em nenhum minuto durante a pandemia. A partir de dia 16 de março de 2020 quando se publicou os decretos, no caso, os nossos normativos internos, nós começamos o ensino remoto e foi preciso reaprender, foi preciso fazer normativos para o momento da pandemia. E qual a nossa surpresa? Que esses normativos que se converteram em editais de programas de auxílios eles continuarão. Então, transformamos o nosso edital — que nós chamávamos de edital de ensino —, em edital de medição da educação inclusiva para atender aqueles alunos que são contemplados em nossos núcleos de atendimento à pessoa com deficiência.

Então, além do núcleo, além daquelas pessoas que estão lá, a contratação, Deputado Cirone, que você mencionou, dos profissionais para atender é importantíssimo. Então, não tem como um professor ficar dentro da sala com um aluno deficiente auditivo, deficiente visual, se ele não tiver um suporte de um tradutor de um intérprete de libras para um deficiente auditivo. Eu falo isso com conhecimento de causa. Já fui professor com um aluno deficiente auditivo, um deficiente visual e um privado de mobilidade, ainda vítima de uma lesão cerebral, dentro da mesma sala sem apoio nenhum e isso não pode acontecer mais. Isso eu estou falando de 20 anos. Então, isso não pode acontecer e daí a importância que se materializa com a realização desse evento.

Então, no mais, é nos colocarmos, continuarmos à disposição, como sempre temos feito ao longo desses 12 anos, para a contribuição do Instituto Federal de Rondônia para a educação do Estado como um todo. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Muito obrigado, Professor Dr. Edslei Rodrigues de Almeida, pela contribuição também com a fala em nossa Audiência Pública.

Já convido também, agora, para fazer uso da palavra a Magnífica Reitora Dr. Marcele Regina, que hoje está aqui representando a Universidade Federal de Rondônia – Unir. Tive a oportunidade de conhecê-la em Brasília, no gabinete da Deputada Federal Mariana Carvalho, buscando, apresentando

alguns relatórios da gestão, mas também buscando parcerias, buscando apoio para a nossa Universidade Federal de Rondônia – Unir.

Então, parabéns pelo trabalho. Desejo sucesso à frente dessa missão difícil, mas a gente percebe a sua competência e tenho a certeza que irá fazer um grande trabalho. Obrigado pela presença e já conduzo a senhora à fala.

A SRA. MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA – Muito obrigada, Deputado Alan Queiroz. Bom dia para todas, para todos que nos acompanham hoje nesta Sessão presencialmente e também pelo meio virtual. Eu quero, na figura, na pessoa do Deputado Alan Queiroz cumprimentar a todas as autoridades aqui presentes e indicar a minha alegria e satisfação de fazer parte desta Mesa, neste momento, com tantas representações importantes que podem nos ajudar no desenvolvimento desta pauta, que é estratégica para o nosso Estado, que é estratégica para o nosso País, que é a Educação.

Quero também, neste momento, aproveitar, na pessoa da Professora Walterlina Brasil, saudar a todos os docentes que hoje estão nesta sala e nos acompanham também por meio virtual. Dizer que é uma alegria imensa ter uma docente da Universidade Federal de Rondônia à frente da condução deste trabalho. Nós sabemos bem quais são os desafios da nossa instituição que, neste momento, é a única Universidade Federal do Estado de Rondônia. Sabemos os desafios. A Professora Walterlina também é diretora do Núcleo de Ciências Humanas, um dos nossos maiores núcleos — não é, Walterlina? — da Universidade formando aí o nosso grande alcance das licenciaturas. E eu quero saudar, então, neste momento, a Professora Walterlina por este trabalho. E quero também saudar a Adir de Oliveira, representando aqui o Conselho Estadual de Educação. Todo o trabalho também que é desenvolvido neste momento para a garantia de que essas metas estipuladas sejam cumpridas.

Saudar, Deputado Alan, a importância desse momento e a sua atitude de convocar esta Audiência Pública e convocar e convidar também as autoridades aqui presentes, representantes do controle externo, Tribunal de Contas, o Senhor Marcus César; o Dr. Julian Farago, também Promotor de Justiça, exatamente porque isso faz com que as nossas pautas sejam, de alguma forma, melhor compreendidas em todos os seus desafios, em todas as suas sutilezas e peculiaridades. Quero aproveitar também este momento e saudar a presença do Paulo Haddad, Presidente da nossa querida Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Rondônia. Mostra também um compromisso com o fortalecimento dessa pauta em diálogo com a ciência, em diálogo com a tecnologia, em diálogo com a educação e, obviamente, com a inovação, aspectos extremamente importantes quando se fala em alcançar metas do nosso Plano Estadual de Educação.

Eu quero reforçar neste momento o compromisso da Universidade Federal de Rondônia em seguir atuando e ajudando, não só com os seus docentes incluídos aí nesta pauta de construção das metas, mas também na execução. O auxílio na execução e o alcance dessas metas tão estratégicas para o nosso Estado. Creio que estamos em um momento de fundamental importância, não só porque estamos em um momento de retomada após a pandemia que assolou todo o

País, levando e elevando ainda mais os compromissos e as responsabilidades da Educação que ficou durante tanto tempo prejudicada em diversos aspectos.

Somado ao que já foi dito nesse pleno com relação a essas dificuldades da questão da educação pós-pandemia, é fundamental reforçar o compromisso dos entes públicos com a garantia dessas metas e do alcance dessas metas. O compromisso do nosso Governador do Estado, o compromisso do nosso Secretário de Educação, o compromisso de todos os prefeitos, de todas as suas secretarias de educação, o compromisso da universidade, o compromisso do nosso irmão Ifro-Instituto Federal de Rondônia, aqui representado.

Reforçar a necessidade, não só dessa avaliação de escuta que estamos aqui nos prestando hoje, neste momento, mas também criar ações estratégicas e coordenadas para que nós possamos alcançar essas metas. A universidade sabe o papel disso com relação à formação dos docentes. Nós temos metas a alcançar, nós temos que ampliar em 25% o alcance à pós-graduação, em 50% os mestrados, os doutorados, porque isso fortalece, obviamente, a atuação desse corpo de profissionais da educação que hoje lidam diariamente com enormes desafios. Acredito que aliado à sua atuação profissional incansável, aliás, deixo aqui também mais uma vez, não é demais deixar registrado o nosso agradecimento a todos esses profissionais da educação que incansavelmente se desdobraram durante os últimos períodos de tanta tensão e tanto desespero para que nós pudéssemos nos manter vivos e também manter as nossas crianças, os nossos jovens com o mínimo possível de acesso à educação diante de tantas dificuldades. Isso não se pode deixar relegado. Nós precisamos compreender que esse Plano também precisa ser revisto a partir desses desafios, fortalecendo dessa forma, a atuação desses profissionais.

Então, reforço aqui ao papel dessa universidade. Coloco à disposição o nosso corpo docente de mais de 1.200 profissionais graduados, mestres e doutores, no sentido de fortalecer o Plano, o alcance de suas metas e também garantir que esta instituição, que a nossa universidade esteja sempre atenta e em parceria com esta Assembleia Legislativa e todos os parlamentares, buscando sim, o cumprimento dessas metas. Esse é o nosso dever, nossa missão, estamos juntos aqui para reforçar esse compromisso.

Quero mais uma vez agradecer a todos aqueles que contribuíram com o desenvolvimento desse Plano, reforçando também o papel das assembleias populares em vários dos nossos municípios ao longo de todos esses meses. Muito obrigada pela atenção de vocês, estamos aqui para ouvir, para contribuir naquilo que for possível e necessário. Mais uma vez, parabéns Deputado Alan por esta iniciativa. Muito obrigada.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Reitora, Dra. Marcele, pela participação, pela fala, pela contribuição e também pela lembrança da importância dos nossos professores, que tiveram que se reinventar em um momento tão complicado e difícil, de pegar a gente de surpresa, sem muitas vezes saber o que seria no dia de amanhã, o que fazer no dia de amanhã. Então, a gente tem que valorizar esses profissionais que já dedicam, que são especializados por dedicarem, praticamente o seu tempo integral para cuidar dos nossos filhos, dos nossos

alunos. Então, a gente quer dizer da nossa gratidão e relembrar, realmente, da importância dessa figura importante nesse contexto hoje em debate aqui nesta Casa.

Quero dizer também que vejo com muita alegria, hoje, os Estados Unidos estarem já vacinando as nossas crianças na faixa etária de 5 anos. Para a gente é uma luz que está surgindo para que a gente possa voltar a ter a nossa normalidade com os nossos alunos. Acredito que com isso, após essa vacinação — eu sou da ala que defende a vacinação, sou da área da saúde e defendo permanentemente a ciência — e eu sei que é um caminho muito interessante que está surgindo. E o Brasil já estuda a possibilidade, também, da liberação junto a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para que a gente possa vacinar as nossas crianças.

Eu, com certeza, estarei levando os meus filhos para fazerem a vacinação e poder ter um pouco mais de tranquilidade com o retorno às aulas, que a gente sabe que a pandemia ainda está aí, o vírus está circulante.

Eu quero, já que na nossa Mesa foram todos contemplados com a fala, mas temos algumas pessoas que são importantes para este debate que eu quero também dar a oportunidade da fala. Cumprimentar o Raimundo, já passo a palavra para ti Raimundo. Raimundo Nonato, que já, não sei qual a entidade que ele está representando hoje, peço até que ele se identifique, mas o Raimundo já representou o Conselho Estadual de Educação, o Conselho de Saúde, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e assim por diante, é uma pessoa que eu conheço já há bastante tempo, um defensor sempre da nossa sociedade rondoniense.

Com a palavra, Raimundo.

O SR. RAIMUNDO NONATO – Deputado, eu queria saudar o senhor e saudar a Mesa, em nome do senhor. Saudar todos os especialistas que estão aqui presentes. Eu represento a Central Única dos Trabalhadores, sou Secretário-Geral da CUT.

Eu ouvi atentamente a fala do nosso Promotor da Promotoria de Educação, inclusive eu tive reunião com ele — não sei se lembra, no Tribunal de Contas —, com a presença do Dr. Paulo Curi, quando eu pedi vista do Plano de retorno às aulas presencial no município de Porto Velho.

Eu quero discordar um pouco da fala que foi colocada aqui, e, Deputado Alan Queiroz, eu acho que as políticas públicas são importantes. Todas elas. Mas eu acho que a gente precisa priorizar as políticas do tripé. Os governos precisam analisar aí, se precisa ter responsabilidade com isso. Por exemplo, quando você coloca a economia como a primeira, ninguém trabalha doente, ninguém produz nada, doente. Ou seja, a saúde pública vem para o terceiro item e deveria ser o primeiro, porque ninguém trabalha doente, ninguém vai para a aula doente, ninguém produz doente. Quantos empresários neste País, não morreram? Por não respeitar a ciência, por não respeitar o distanciamento ou manter o seu ambiente funcionando normalmente, por não usar a máscara, não usar o álcool em gel, não respeitar a ciência em si. Quantos não morreram? Então a gente precisa mudar esse foco. A educação é importante? Muito importante, porque sem o saber você não tem como chegar à ciência e nem tem noção de analisar as questões.

Então, a gente precisa que os governantes, e aí, não precisa ser mestre para entender que há no nosso País, o desmonte do serviço público. Ninguém tocou aqui, eu vou tocar na ferida. "Ah, mas porque está com a... Ele é o vermelhinho, ele é do contra.". Não é. Você tem uma PEC 32 que está lá no Congresso Nacional, que não foi aprovada ainda porque o governo não tem maioria dentro da Câmara dos Deputados; porque existe um movimento na rua, das três esferas de governo, contra ela. Porque ela destrói o serviço público. Ela não destrói só a estabilidade do serviço público, não, ela destrói todo o serviço público; inclusive a educação, saúde, segurança pública. Tudo. Porque a gente tem um governo que veio para destruir o serviço público. Nós temos um governo que não tem moral nem sequer de ir numa conferência climática, que uma jovem indígena, foi lá e deu o recado para o mundo, em nome do nosso País. Então a gente precisa estar muito atento. O Ministério Público, também, foi vítima disso; porque se aquela PEC que estava lá tivesse sido aprovada, o Ministério Público também estaria sem poder fazer suas ações, sem ter sua autonomia de atuar.

Então, a gente precisa, Deputado, e esta Casa tem poder, precisa... As nossas escolas, nos nossos Estados — me desculpem a expressão —, parecem um presídio. Se preocuparam em aumentar o muro da escola em vez de se preocupar com a educação dos alunos. Então, a gente precisa fazer esse debate muito aprofundado, muito técnico, do ponto de vista de valorizar, inclusive, a Educação. As condições de trabalho.

Quando a gente falou que era contra o retorno às aulas presenciais, Promotor, porque tinha escola... Tinha não; tem escola que não está preparada para receber os alunos e nem a equipe escolar. Será que a vigilância em saúde e a vigilância sanitária está fazendo o seu papel de fiscalizar, para saber se os protocolos sanitários estão sendo cumpridos dentro de sua essência? Porque o parecer que eu devolvi à Secretaria de Educação do Município e à Semusa (Secretaria Municipal de Saúde), que nós aprovamos no Conselho Municipal de Saúde, deixei bem claro de quem é a competência de fiscalizar e acompanhar se os protocolos sanitários estão sendo cumpridos para poder retornar às aulas. Por exemplo, as vacinas, os professores, tinha a vacina, era 90 dias, Deputado. Não sei de onde tiraram a ideia, eu questionei isso no dia da reunião, lá com o Doutor Paulo Curi, porque era um prazo de 90 dias da primeira dose, para a segunda dose. "Não. É 45 dias.". Cadê o laudo do fabricante que fabricou a vacina que diz que é de 45 dias? "Não, está na bula, escrito.". Mas o fabricante atestou isso? Então, essas coisas, a gente precisa tomar cuidado com elas. Não é a vontade política do governante que a gente tem de manter, não. É a gente salvar vidas. É a gente ter a responsabilidade de que as pessoas têm que retornar ao seu trabalho com segurança. Porque se uma criança... Por exemplo, em Ariquemes, Ariquemes é testemunha disso. Uma criança pegou o vírus lá na creche, criança pegou vírus lá nas escolas, entendeu? Aí alguém vai dizer: "não, mas é culpa do município que não cuidou dos procedimentos adequados que deveria cuidar.". "É não! É que teve pressão para poder retornar às aulas presenciais.". Porque lá estava funcionando remotamente.

Eu tenho três netos. Um já se vacinou porque tem 12 anos. Os outros dois ainda não. Mas não vão retornar às aulas

presenciais porque o governo quer, não. Ele vai retornar quando a escola realmente tiver segurança para ele retornar. E eu tive Covid. Eu já tomei minha terceira dose de vacina, mas eu estou com a máscara aqui. Eu estou usando o gel. Então, pela representante nacional que apresentou aqui (os slides) vocês viram as metas, as metas do Plano Nacional de Educação que não foram cumpridas. E aí, Diretora da Unir, a senhora foi feliz quando falou: "Tem que cobrar dos nossos governantes o cumprimento das metas. Porque essas metas não foram cumpridas.". Qual é o motivo de elas não terem sido cumpridas? O Deputado (Cirone Deiró) levantou ali: "Ah, mas o Governador fez economia, não conseguiu gastar o dinheiro. Ah, mas agora tem de gastar de qualquer jeito.". Cadê o planejamento das ações? Por que não planejam essas ações, Deputado? O senhor sabe e eu também sei. Porque na hora em que eles planejam as ações e que não são executadas, a gente vai querer saber deles porque não executou aquela ação, se tinha o dinheiro para executar. E se não tiver planejamento, você não tem como cobrar, nem vir justificar para esta Casa aqui porque não cumpriram a meta.

Então, fica aqui o meu recado, em nome da Central Única dos Trabalhadores. Precisa unir nossas forças e precisa fazer com que as coisas sejam cumpridas neste País. Agora, com o governo que tem, que teve até ministro com currículo falso, mentiu dizendo que era formado, doutorado, o escambau, depois descobriu que não era, tiveram que substituí-lo. Eu já estou finalizando aqui. Então, a gente não consegue melhorar a Educação com esse governo que aí está, não. A não ser que o povo vá para as ruas, como estão hoje fazendo lá em Brasília contra a PEC 32, que é a PEC da morte e da destruição. Tenho dito. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Raimundo. Eu vou pedir que a gente possa, talvez, já a partir da próxima fala, tentar... Não gosto de estipular tempo, porque não foi estipulado para quem iniciou, mas para que a gente possa ser objetivo, porque além dos inscritos, que tem pessoas ainda para se posicionar, a gente ainda tem uma palestra que vai ser apresentada. E, de repente, muita gente ainda tem outros compromissos. Eu tenho certeza que a gente tem que ser um pouco mais objetivo, está certo? O Dr. Paulo chegou. Maravilha.

Eu quero agradecer aqui, já chamá-lo para compor conosco a Mesa dos trabalhos, o Dr. Paulo Curi. Doutor Paulo Curi, que é Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, tem feito um excelente trabalho à frente do TCE e tem sido, realmente, parceiro desta Casa, presença constante aqui nos debates de projetos importantes. Doutor Paulo, nos sentimos honrados com vossa presença. Peço que componha conosco a Mesa.

Eu vou pedir para a próxima inscrita aqui, que é a Senhora Dioneida Castoldi, que é Secretária-Geral, representando neste ato, também, o Sintero (Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia), mas ela é Secretária-Geral do Sintero, e Vossa Senhoria já está franqueada a palavra. Se quiser usar tanto o microfone abaixo, ou quiser usar a tribuna, sinta-se à vontade.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI - Ok. Então tá, deputado, obrigada. E eu vou usar a tribuna. Só um minutinho.

Obrigada. E eu pedi a licença para utilizar a tribuna, porque nós gostamos de falar e olhar para as pessoas. E aí eles, teríamos que nos virar e nos colocar, e daqui a gente conversa, e conversa com muito mais facilidade. Em nome da nossa querida Dra. Reitora Professora da Universidade, Marcele, companheira nossa, saúdo todos, todas, e é muito bom estar aqui juntamente com a Mesa, com essas autoridades para discutirmos Educação.

Discutir Educação, Senhor Deputado, não pode ser numa manhã. Discutir Educação exige compromisso, paciência e muito empenho, porque nós estamos aqui discutindo a única chance que o Brasil tem de se tornar uma potência que nós sonhamos tanto. E nós estamos aqui como representantes do Sintero, representantes dos trabalhadores em Educação de Rondônia para pautarmos o Plano Estadual de Educação, que foi construído com a nossa participação, que foi construído há quase 10 anos para que nós não tivéssemos que sentar aqui hoje e começar tudo novamente.

Discutir o Plano Estadual de Educação é colocar em pauta duas questões. A primeira delas: universalização da Educação, acesso à educação de qualidade, olhar para o nosso Estado, com toda diversidade, com toda riqueza, com todos os problemas, com tudo, com toda pluralidade que nós temos, e dar acesso de qualidade a essas pessoas, olhando para cada um, olhando para cada situação, para cada etnia, para cada gênero, para cada situação com olhar diferenciado. Esse é o nosso desejo.

E o segundo ponto, que sem ele nós não iremos a lugar nenhum, é investimento. Sem investimento em Educação, nós nunca teremos isso. Nunca teremos acesso a isso. E nós, quando construímos o Plano Estadual de Educação, construímos pensando em tudo isso.

E quero pautar aqui seis metas: meta 15, meta 16, meta 17, meta 18, meta 19 e meta 20. Que nós vimos pela apresentação, no início, que estão muito aquém, que estão lá com menos de 6%, foi isso que foi colocado de plenitude, de colocação, de alcance. Por isso que nós estamos com a Educação no patamar que está. Qual é o patamar que nós estamos? Exclusão, desvalorização, desinteresse, sem acesso. Várias pessoas aqui já falaram, por exemplo, "a pandemia", "nós temos o momento pandemia". Nós temos um Plano de Educação desde 2014. Se ele tivesse sido implantado e implementado verdadeiramente, a pandemia não sofreria todas as consequências, porque é uma política pública implantada para que andássemos, para que construíssemos aos poucos. Mas vimos que tudo ficou para trás, ficou parado.

Nós estamos aqui sentados, hoje, para discutirmos a Lei 3.565 do Estado de Rondônia. O que o Governo fez com isso? O que de verdade Rondônia implantou? Se nós pegarmos a meta 15, que é meta da formação, e olharmos para o que o governo fez, nós temos um único convênio assinado até hoje para 68 professores terem acesso a mestrado, pela Secretaria de Educação. Isso é investimento em educação em 10 anos?

Se nós pegarmos a meta 17 que trata da valorização profissional, nós tivemos, nós como Sintero, tivemos que encampar uma greve de 45 dias no ano de 2018 para que o

Piso Nacional de salário fosse para o vencimento. Isso se chama Plano de Governo?

Sentar aqui, hoje, discutir o Plano Estadual de Educação é olhar para os profissionais que estão lá na ponta. É olhar para uma sociedade que não tem acesso a uma educação de qualidade. Se nós tivéssemos acesso à educação de qualidade, companheiro Raimundo, a ciência não teria sofrido tanto para chegar onde nós chegamos que é vencer uma pandemia e quebrar as barreiras. A pandemia mostrou a desigualdade, colocou a desigualdade que nós vivemos, escancarada. Nossos profissionais não se reinventaram na pandemia. Eles investiram em educação. Eles investiram no trabalho. Qual foi o papel que o Governo do Estado fez em relação aos profissionais que ficaram na escola? Quando nós falamos de profissionais de Educação, de trabalhadores da Educação, estamos falando de professores que tiveram que investir para levar a sua sala de aula para dentro da sua casa e dos demais profissionais que ficaram na escola para que a escola não parasse, para que o aluno tivesse acesso. Qual foi o investimento? Nenhum.

Então, sentar aqui, hoje, analisar um Plano de Educação não é recomeçar. É, realmente, construir políticas públicas, verdadeiras. E quando nós trabalhamos o Plano de Educação, nós sonhamos com isso. E sonhamos de verdade, tanto que fizemos conferências, fizemos tudo o que tinha que ser feito para que nós tivéssemos esse Plano de Educação. Não estamos vivendo essa realidade. Pelo contrário, estamos vivendo um desmonte. Eu cito a PEC 013 que foi aprovada há poucos dias. Flexibilizou, querendo se flexibilizar o Piso Nacional do salário. Os gestores que não investirem em Educação — o que nós lutamos e conseguimos através do Fundeb — não serão penalizados. É esse o momento que nós vivemos: total desmonte das políticas públicas voltadas para a Educação.

Então, nós temos muita coisa a falar, muita coisa a dizer, mas nós chamamos para uma discussão. Por isso, nós nos retiramos como representantes dos trabalhadores de Educação em nível de País, nos retiramos dos Fóruns. Porque não sentaremos em uma mesa para fazer de conta "tal meta não foi cumprida, tal meta...". Não. Nós queremos discutir e implantar uma educação de qualidade, com equidade, com "E" maiúsculo para que o nosso País se transforme.

Para isso acontecer, nós construímos e colocamos em prática os Fóruns Populares da Educação. Já cumprimos todas as metas municipais e estamos agora já na Conferência Estadual e no ano que vem na Conferência Nacional, onde a Educação é discutida por quem faz parte dela, realmente, e quer a diferença. E toda a vez que fomos chamados para discutir Educação de qualidade, estaremos aqui. Estaremos aqui, porque temos muito a dizer. Temos capital e temos *know-how* nessa... **(falha no áudio)**

Então, Deputado, registro aqui a nossa tristeza de não ver o Secretário de Educação nesta Mesa. De não vermos 24 deputados sentados aqui. Se educação não for tratada com a qualidade e com o respeito que ela merece, continuaremos discutindo e não chegaremos a lugar nenhum.

Temos profissionais competentes na base. Temos recursos que é só vontade de investir para fazer a transformação dessa sociedade. Por isso, é necessário que

todos que estão sentados aqui conosco, todos os que estão nos ouvindo e toda a sociedade, sente, discuta, escute e coloque em prática o único caminho que temos para fazer do Brasil a grande nação: Educação. Muito obrigada.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Dioneida. Quero também, da mesma forma, registrar com muita insatisfação a não-presença do nosso Secretário de Estado de Educação, Suamy. Um tema importante. Acho que foi, no mínimo, uma indelicadeza muito grande não só com esta Casa, mas com todos que se dispuseram a estar aqui nesta manhã, que, na verdade, Dioneida, não vai ser só nesta manhã, se estende à tarde com a mostra aqui do Fórum, o debate continua. Mas a Audiência Pública ficou para o período da manhã. Mas também aqueles que estão aqui convidados para a Audiência Pública, se quiserem permanecer na parte da tarde, estão todos convidados. Será o dia inteiro de debate aqui no Parlamento estadual. Mas registramos também a nossa insatisfação com a não-presença do Secretário Estadual de Educação.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI – Deputado, com licença. Interrompendo sempre.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Dioneida, preciso que seja bem breve. A senhora foi um pouco extensa. Por gentileza.

A SRA. DIONEIDA CASTOLDI – Não, só assim: eu convido os senhores todos a participarem conosco da Conferência Estadual, do Fórum Popular que nós teremos agora no início de dezembro.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Está certo. Obrigado. Eu já convido para fazer uso da palavra o Excelentíssimo Conselheiro Presidente Do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Dr. Paulo Curi.

O SR. PAULO CURI – Bom dia a todos os presentes. Quero cumprimentar o Deputado Alan e o Deputado Cirone e estender os cumprimentos para todos os demais integrantes desta qualificada Mesa e das pessoas que estão presentes aqui: autoridades, professores, dirigentes sindicais, senhoras e senhores. De antemão, uma explicação, Deputado Alan. Eu não pude chegar a tempo, porque eu estava numa Sessão, que tem um calendário próprio, previamente definido e eu não posso — é uma questão de grande importância para o Tribunal de Contas —, eu não pude me ausentar, mas fiz questão de pedir que viessem representantes. O nosso Secretário-Geral de Controle Externo estava aqui - iria fazer uso da palavra, se é que não fez - e nós teremos, na sequência, uma exposição a ser feita pelo nosso Auditor de Controle Externo, que é o nosso Dirigente da nossa Secretaria de Planejamento, que vai fazer uma exposição que eu estou certo que será muito apreciada e muito qualificada.

Eu concordo com a fala da professora. Eu acho que é fundamental discutir intensamente a Educação. Mas, para além disso, nós temos que implementar os Planos de Educação estadual, municipal, nacional e etc. E o Tribunal de Contas tem procurado atuar fortemente nessa questão de variadas formas.

Quem tem acompanhado a atuação do Tribunal de Contas nos últimos tempos, nos últimos poucos anos, eu diria, tem percebido que o Tribunal de Contas optou por priorizar a educação pública estadual, municipal. Nós fizemos um encontro técnico sobre esse assunto logo que eu assumi a presidência do Tribunal de Contas, muito proveitoso. Nós convidamos a academia, dirigentes, sindicatos, especialistas, representantes nacionais, etc., e tiramos muitos insumos para definir o nosso planejamento estratégico. E, de fato, hoje nós temos o nosso planejamento estratégico com uma vigência prevista de 8 anos e ele tem três objetivos estratégicos apenas, e um deles é a Educação. E a nossa proposta é de uma ênfase fortemente calcada na educação infantil como ponto de partida — é importante registrar — e na alfabetização na idade certa. E, a partir disso, nós temos implementado um sem número de medidas para fortalecer essa política pública com ênfase nessas duas áreas.

O Tribunal de Contas, como é sabido, hospeda um Gabinete de Articulação Interinstitucional, que deu voz para todos os dirigentes da Educação. Os sindicatos também estão convidados e têm participado das nossas reuniões. Já foram mais de 40 reuniões do Gaep. Os órgãos de controle, os sistemas de justiça e os gestores estão todos representados e tem sido um forte elemento indutor da geração de consensos para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Nós temos sérios problemas decorrentes do prolongamento da pandemia e do prolongamento da suspensão das atividades presenciais, que todos teremos que gerenciar daqui para frente. Mas eu posso dizer que a situação não foi ainda pior em função da existência desse gabinete, de uma articulação muito forte, integrada de todos para minimizar o impacto da pandemia na Educação.

Para além disso, os senhores que acompanham a Administração Pública há mais tempo e conhecem, tem vivência com o Tribunal de Contas, devem ter a percepção de que o Tribunal de Contas tem procurado modificar muito fortemente sua forma de atuação. No passado remoto só fazíamos conformidade. Ou seja, olhar para a atuação administrativa e verificar se ela estava conforme o ordenamento jurídico. Daí avançamos para fazer as tais auditorias operacionais, que se prestavam a identificar, fazer um diagnóstico dos problemas das políticas públicas e indicar possíveis boas práticas, possíveis alternativas para o aperfeiçoamento das políticas públicas fiscalizadas. Só que nós percebemos, Deputado Alan, que esta ação não era assertiva o suficiente, não era efetiva, porque na prática, por uma série de razões — e nós não temos tempo aqui para explorar —, nós não conseguimos levar, assegurar esse aperfeiçoamento da política pública tão necessário para nós avançarmos.

Quero cumprimentar o Dr. Julian Farago. Deputado Cirone, agradeço pela lembrança.

Então, o que nós passamos a fazer? É importante destacar isso e o nosso Dr. Igor Tadeu vai ter a oportunidade de detalhar um pouco isso. É importante que todos tenham essa ciência, porque tem a percepção disso. Feito o diagnóstico, identificadas as melhores alternativas que são investigadas em âmbito nacional e até internacional, para definir o nosso planejamento estratégico e as nossas ações nós investigamos, por exemplo, o caso de Sobral. Discutimos com muitos

especialistas, muitos gestores de sucesso. Nós estamos implementando uma terceira fase dessa atividade operacional. Não apenas fazemos diagnósticos, identificamos boas práticas, alinhamos algumas ações com o gestor, mas nós estamos efetivamente cooperando com a gestão. Nós temos em curso um programa muito interessante de apoio à gestão, de cooperação com a gestão no que toca à alfabetização. Esse programa tem um piloto que começou por Porto Velho, já se estendeu para Ariquemes e região, já envolve então 8 municípios e, na medida do possível, nós queremos alcançar todo o Estado. E no que consiste ele? Nós examinamos junto com o gestor o Plano Municipal de Educação, identificamos as vulnerabilidades desse Plano, sobretudo a falta de metas e de regras para monitoramento dessas metas. Apoiamos na confecção da Legislação Orçamentária para assegurar recursos para os investimentos indispensáveis para a Educação, também com definição de metas, o que deve estar previsto no PPA. Indicamos medidas necessárias para o monitoramento da aprendizagem. É fundamental que exista várias intervenções para monitorar aprendizagem do aluno durante o ano letivo, para que as correções sejam feitas no curso do ano letivo, de modo a que não se consume, de um ano para o outro, grandes debilidades de aprendizagem, que são causas de evasão escolar, da distorção idade/série, da repetência, etc. E, além disso, capacitamos, só em Porto Velho, mais de 1.000 pessoas. Eu não sei se eu estou tomando parte da fala do Igor, peço desculpas por isso Igor. Mas, é importante deixar isso claro, que nós capacitamos diretores de escolas, supervisores escolares e professores alfabetizadores por meio da nossa Escola de Contas. Já iniciamos esse processo também com Ariquemes e região.

E há um dado muito interessante que merece ser mencionado, que sinaliza para a efetividade desta ação e a fala da professora que me antecedeu também é indicativo disso, ela clamou pela capacitação dos professores. Há um dado do economista Ricardo Paes de Barros, no sentido de que a capacitação bem feita dos profissionais de educação já se encarrega de assegurar o incremento de 20% nos indicadores educacionais.

Então, nós somos cômicos de que se mantivermos, se conseguirmos via Gaepe, via Poderes e órgãos autônomos, sobretudo, este Poder Deputado Alan, induzirmos a sensibilização de todos, a mobilização, certamente teremos o planejamento necessário para comemorarmos, a despeito de todas as numerosas dificuldades — não posso deixar aqui de reconhecê-las —, para nós comemorarmos avanços nos próximos anos na Educação do nosso Estado, do nosso País. Isso vai assegurar um futuro melhor para toda a nossa gente. Obrigado Deputado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, nosso Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Paulo Curi. Vossa Excelência já quer encaminhar para o Igor fazer a apresentação? Eu acho que já pode, já podemos, de repente, até as próximas falas com os dados pode contribuir, de repente, com algo mais.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Deputado Alan, só lembrando, o Paulo, da Fapero quer falar.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Sim, o Paulo, em seguida eu passo para você Paulo, pode ser? Obrigado pela presença meu particular amigo de muito tempo.

O SR. IGOR TADEU – Bom dia a todos. Eu vou solicitar à Mesa que projete a apresentação, porque temos alguns dados que são importantes compartilhar.

(apresentação de slide)

Para o Tribunal de Contas, nós estamos sonhando com uma Rondônia, em 2030, que oferece muito mais qualidade de vida para os nossos cidadãos. Uma Rondônia com uma escolaridade da sua população, mais elevada, uma produtividade da sua população medida pela capacidade de geração de riqueza compatível com as regiões mais desenvolvidas, com um setor público que ofereça serviços de maneira confiável e com integridade. E para que a gente possa alcançar essa missão, nós precisamos plantar uma semente hoje. A gente não pode mais esperar. Essa semente que nós estamos plantando, como instituição, junto com todos os parceiros, é a semente da alfabetização na idade certa. Nós sabemos de que cada 10 crianças do 9º ano do ensino fundamental, 3 já estão em atraso escolar de dois anos ou mais. É a discutida distorção idade/série. Nós sabemos que 4 dentre 10 jovens de 17 anos não concluem o ensino médio. E tudo isso tem reflexos diretos na qualidade de vida das famílias, em termos da expectativa de rendimentos desse jovem no mercado de trabalho. É por isso que nós estamos investindo na alfabetização. Essa é a semente que nós queremos plantar agora nestes anos para colher esses frutos nos próximos 8 anos.

A alfabetização, nós temos uma crença firme nisso, é o componente que vai nos ajudar a enfrentar o problema do fracasso escolar. Todos os especialistas são consensuais no sentido de que leitores competentes apresentam uma trajetória escolar com maior sucesso. Então, todos os aspectos, os problemas relacionados à trajetória do ensino fundamental e no ensino médio, elas têm uma causa vinculada a problemas relacionados à dificuldade de aprendizado de habilidades leitoras, escritoras e competências com números nos primeiros anos de escolarização.

O Tribunal de Contas tomou uma grande iniciativa de fazer uma radiografia da aprendizagem dos alunos de Rondônia neste pós-pandemia. Eu vou pedir para passar direto para o slide nº 3, no qual vamos apresentar alguns dados dessa avaliação diagnóstica. É o próximo slide, por favor. Retorna dois slides.

No que consiste essa avaliação diagnóstica? Ela consiste num teste padronizado que foi aplicado para os alunos de 43 redes municipais que, com o apoio da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) que se comprometeu em fazer uma identificação das lacunas de aprendizagem neste pós-pandemia.

Os dados que estão aí projetados, refletem as informações que foram consolidadas até a data de ontem. Até a data de ontem, nós recebemos as informações relacionadas a 25 mil provas aplicadas aos alunos no mês de outubro, das quais, 12 mil e 500 alunos, aproximadamente, do segundo e terceiro ano do ensino fundamental.

E o que nós aprendemos com essa avaliação? Nós aprendemos que desde a última avaliação nacional de alfabetização, de 2016, nós pouco avançamos. Então, nós estamos falando de mais de 5 anos em que, praticamente, houve pouquíssimos avanços em termos de desenvolver habilidades leitoras e escritoras nas crianças. Então, em 2016, em média, as nossas redes tinham uma capacidade de alfabetizar 40% das crianças. Isso significa que a cada 10 crianças que concluíam o terceiro ano do ensino fundamental, 6 apresentavam dificuldades em termos de leitura fluente, não é?

Nós tivemos uma lacuna de avaliações nacionais da parte da alfabetização. Em 2019, o Saeb (*Sistema de Avaliação da Educação Básica*), foi aplicado para o segundo ano do ensino fundamental de maneira amostral. Então, nós não temos um retrato sobre a situação de Rondônia em 2019. Nós estimamos com base nos dados do Programa Avalia Porto Velho, que ainda não conseguimos alfabetizar mais de 60% das crianças em Rondônia.

Em 2021, e foi por isso que nós insistimos com os municípios, por meio da Undime, a fazer essa avaliação diagnóstica, nós constatamos, por meio de um teste que foi elaborado juntamente com a Undime nacional, o Instituto Airton Senna e outros parceiros que, ainda, as crianças apresentam muitas dificuldades relacionadas à leitura, escrita e matemática.

Basicamente, o que nós podemos extrair como lição é que as crianças terminam o terceiro ano do ensino fundamental conseguindo ler palavras ou frases soltas, mas ainda apresentam muitas dificuldades de interpretação de texto. O percentual de acerto nas questões relacionadas à leitura autônoma e interpretação de texto simples, varia de 40% a 60%. Isso quando a expectativa é de que no término do terceiro ano do ensino fundamental todas as crianças já estejam alfabetizadas.

Então, isso é um dado que nos preocupa. Nós precisamos agir agora, porque essas crianças que terminaram o terceiro ano sem desenvolver essas habilidades são as candidatas à reprovação nos anos seguintes. São elas que vão, de alguma forma, incidir no problema da distorção idade/série, que tanto nos aflige. São elas que são as candidatas a não concluírem o ensino médio daqui a 7, 8, 9 anos.

Então, se a gente quiser, de alguma forma, tentar melhorar as perspectivas de sucesso dessas crianças dentro das escolas e fora das escolas nos próximos 10 anos, nós precisamos fazer algo agora. Pode passar para o próximo slide, por favor.

Essa, então, é, digamos, a principal razão pela qual o Tribunal de Contas elegeu a bandeira da alfabetização. Nós realmente acreditamos que a alfabetização é a chave para a gente conseguir transformar Rondônia na nova Sobral. O Estado do Ceará (e você também já pode passar para o próximo slide) é um caso mais conhecido de uma mudança significativa em termos de resultados da educação.

Em 2007 o Estado do Ceará ocupava, aproximadamente, a 14ª posição no Ideb. No ranking nacional também estava mais ou menos próximo dessa posição.

Em 2017, 10 anos depois da implantação de um Programa Estadual de Alfabetização na Idade Certa, o Estado do Ceará já ocupava a 6ª posição na avaliação nacional em

alfabetização, do ano; e ocupava a 5ª posição no Ideb do 9º ano; e posições equivalentes também no Ideb do 3º ano do Ensino Fundamental e do 5º ano do Ensino Fundamental. Essa lição nós precisamos aprender. Os resultados, os investimentos feitos nessa etapa da educação, eles se pagam e com muita sobra.

Então, nós analisamos toda trajetória da evolução dos resultados da alfabetização dos 184 municípios do Estado do Ceará. E nós chegamos à conclusão de que em 3 anos, a partir da implementação do PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa), houve um aumento médio da capacidade de alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental de 41%. Isso significa o quê? Que municípios que conseguiam, no Estado do Ceará, alfabetizar menos de 50% das suas crianças, em 3 anos conseguiam alfabetizar mais de 90% das suas crianças, muitas vezes. E Rondônia tem todas as características que mostram o potencial de uma evolução equivalente, porque a taxa de crescimento da capacidade de alfabetização a partir da implementação de uma política é mais rápida, é mais célere em redes menores, redes com até 500 alunos, 300, 150 alunos em alfabetização, que é a característica das nossas redes municipais.

Então nós, durante todo 2020 — em 2020 foi bastante, o debate público foi bastante consumido pelas questões da pandemia —, nós conversamos com vários especialistas e nós absorvemos todas essas lições aprendidas do que deu certo em outros Estados, Estado do Ceará é um exemplo, mas também nós olhamos para o Amazonas, que também conseguiu elevar de menos de 50% de sucesso em alfabetização para 85% de sucesso em alfabetização em 3 anos. Nós conversamos com vários especialistas do Instituto Natura, do Instituto Ayrtton Senna, e traduzimos todo esse aprendizado em uma estratégia, que tem uma representação mais gráfica no próximo slide.

Essa estratégia basicamente consiste em dois habilitadores. O primeiro é que nós precisamos envolver todas essas partes relacionadas à Educação. Cooperações laterais, cooperações entre municípios de uma mesma região. Cooperações verticais, estruturas regionais ajudando e apoiando os governos locais. E a adoção de soluções que estejam já baseadas em evidências. Nós não precisamos reinventar a roda. Já existem muitas soluções validadas cientificamente que não são difíceis de ser implementadas; não exigem, intensamente, recursos financeiros; exigem muito mais capital político, vontade política de ser implementada e foco na qualificação dos profissionais da ponta, professores e profissionais da gestão, supervisores, diretores escolares e equipe central das redes. Você pode passar para o próximo slide, por favor.

Então, esse desenho é o Plano de Mudança que nós construímos pensando em transformar a alfabetização no Estado de Rondônia, que foi construído a muitas mãos, ouvindo tanto especialistas de fora, externos, quanto os especialistas de dentro e gestores locais. O foco na formação continuada dos profissionais. O foco na gestão da aprendizagem, porque o que importa é se o aluno está aprendendo ou não. O foco da gestão escolar, olhando para esses dois fatores: quais professores estão com mais dificuldade, que turmas estão apresentando mais dificuldades. E o gestor escolar sendo um

grande maestro nesse processo, apoiando os professores dentro de sala de aula. E a avaliação diagnóstica como um grande mapa, uma grande bússola que vai, durante todo o ano, mostrar o que os alunos aprenderam e deixaram de aprender, e como a gente vai traduzir esse diagnóstico para dentro de sala de aula. Ou seja, a gente não pode fazer o diagnóstico pelo diagnóstico. O professor tem que se apropriar desse diagnóstico e elaborar um plano de aula olhando para aquelas competências e habilidades que os alunos não conseguiram desenvolver naquele período.

É por isso que no Tribunal de Contas nós defendemos que essa avaliação diagnóstica seja feita, no mínimo, uma vez, ainda no primeiro semestre, mas seria o ideal que ela fosse feita até duas vezes no ano. A gente não pode passar os alunos de ano sem que a gente consiga identificar precocemente as suas dificuldades apresentadas.

E o outro aspecto importante que faz parte dessa estratégia é a articulação interinstitucional, que nós colocamos no eixo da governança multinível, que é o que está sendo de alguma forma viabilizada, no âmbito do Gaepe (Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação), onde nós estamos conseguindo fazer essas articulações mais laterais. Mas, nós ressaltamos, aqui, a importância de uma estrutura regional de governo, a exemplo do que aconteceu no Estado do Ceará, participar de uma maneira mais intensa desse processo por meio de uma política estruturada. Pode passar para o próximo *slide*, por favor.

O Conselheiro Paulo já abordou brevemente sobre uma ação que o Tribunal já está fazendo relacionada à formação de professores. Essa estrutura mostra como funciona basicamente esse programa. Nesse programa, nós temos como elemento central o professor. E todos os outros aspectos da gestão escolar apoiam o professor em sala de aula para que consiga resolver problemas de aprendizagem dos seus alunos. Então, basicamente, nós temos ações para, com encontros formativos para formar e qualificar professores para a alfabetização, especificamente. Então, nós trouxemos uma especialista em alfabetização, referência nacional, nós disponibilizamos essa especialista para que ela pudesse discutir com os professores da rede, práticas pedagógicas que dão certo. E fazemos encontros regulares desses professores e da equipe gestora com esses especialistas.

Nós ajudamos o município de alguma forma também, por meio dessas especialistas a implementar uma formação continuada, porque o Tribunal de Contas, nem essas especialistas podem, vão ficar permanentemente à disposição. Então, nós precisamos gerar autonomia da rede para que eles mesmo se capacitem, busquem, tenham um processo de capacitação.

Nós ajudamos o município a montar uma estrutura de indicadores de acompanhamento de sala de aula, de indicadores simples, de rotina: frequência de aluno, frequência de professores, quantos alunos fizeram a lição de casa, quantos alunos leram os livros; até indicadores relacionados ao desenvolvimento de competência: quantos alunos são silábicos, quantos alunos são ortográficos, quantos alunos desenvolveram uma determinada habilidade, como por exemplo, distinguir fonemas de outros sinais gráficos. Tudo isso são marcadores

da alfabetização. E, para que a gestão possa ser feita, a gente precisa gerar informações continuamente, mensalmente para que um gestor de escola ou um gestor de rede possa atuar sobre os problemas que forem identificados.

Um terceiro componente da política envolve a implementação de um Comitê Gestor, que é o que nós estamos trabalhando agora no município de Porto Velho. Onde as partes possam, de alguma forma, discutir esses problemas que forem evidenciados na estrutura de monitoramento.

Então, como produto do nosso programa, o que é que nós temos? Professores e equipes gestoras capacitadas. Nós temos um sistema de avaliação diagnóstica funcionando, que alunos fazem testes padronizados, pelo menos uma vez por ano, para identificar as suas lacunas de aprendizagem. Nós temos formações mensais de HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo), momentos em que professores compartilham experiências e suas dificuldades e práticas de sala de aula para que a gente possa, de alguma forma, compartilhar boas práticas dentro da rede. Uma estrutura de relatórios mensais de monitoramento em nível de turma, saber quais turmas estão indo bem e quais turmas não vão tão bem. E reunião bimestrais do Comitê para a gente ter uma estrutura de governança ativa e atuante.

Com esses produtos, nós esperamos que nós possamos identificar precocemente as lacunas de aprendizagem sobre as quais os professores já capacitados terão condições de atuar, especificamente, para desenvolver essas competências com habilidades mais específicas. E todos os profissionais da equipe gestora, supervisores escolares, gestores de escolas e gestores de rede, acompanhando essas metas e apoiando esses profissionais da ponta para fazer todo esse sistema funcionar. Você pode ir para o próximo *slide*, por favor.

Só para a gente tentar traduzir um pouco dos principais marcos da implementação desse programa, em Porto Velho, principalmente, até julho — esse dado não é o mais atual — em dois meses, nós conseguimos iniciar as formações de mais de 600 profissionais, incluindo 220 professores alfabetizadores do 1º ano, mais de 100 professores do 2º ano e um pouco menos do 3º ano; 130 supervisores escolares e, mais ou menos, 50 técnicos formadores que ficariam responsáveis pela formação de outros professores. Em agosto, por meio de reuniões periódicas com consultores, disponibilizados pelo Tribunal, nós ajudamos o município de Porto Velho a redesenhar sua política municipal de alfabetização na idade certa, com metas, como o Presidente gosta de dizer, “sobralinas”. O município de Porto Velho se comprometeu a alfabetizar 85% das crianças até o final do primeiro ano. Essa é a meta de Sobral. E todas as outras crianças até o terceiro bimestre do segundo ano.

Então, a ideia é que quanto mais cedo a gente consiga alfabetizar as crianças, a gente consegue tratar aqueles que têm mais dificuldades de uma maneira com muito mais foco. A gente consegue identificar quem já foi bem, vai apenas desenvolver novas habilidades e o professor, nos anos seguintes, no segundo e terceiro ano, consegue focar naqueles alunos que apresentarem maior dificuldade.

Em setembro, nós tivemos um marco importante do nosso projeto, que foi uma expansão do Programa de Formação

para o polo Ariquemes. Em outubro — e isso faz parte também desse programa —, nós conseguimos implementar um processo de avaliação diagnóstica das 43 redes municipais, das quais compareceram, até o momento — esse é o dado que eu obtive hoje, mais atualizado —, mais de 29 mil alunos de todo o Ensino Fundamental. Aproximadamente 14 mil alunos dos segundo e terceiro anos do Ensino Fundamental. Você pode passar para o próximo slide, por favor.

Então, esse é basicamente o desenho do nosso programa hoje, incluindo os 8 municípios. O Programa que a gente tem como população alvo, que a gente está gerando produtos para aperfeiçoar são mais de 1.700 professores do primeiro ao terceiro ano desses 8 municípios. Nós já alcançamos aí para quase mil professores até este momento. E isso envolve 132 escolas dessas redes, que contém turmas em alfabetização e tem como beneficiários — que é a razão de ser do que nós estamos fazendo — mais de 22 mil alunos envolvidos nessa ação do Tribunal de Contas. Pode passar para o próximo slide.

E aí é um ponto que a gente gostaria de finalizar ressaltando a necessidade de a gente estruturar uma política estadual de alfabetização na idade certa. A avaliação diagnóstica é um componente essencial da nossa política. No Estado do Ceará quem é responsável pelo sistema de avaliação da alfabetização do Estado é a Seduc do Estado do Ceará. Eles são a instituição responsável a fazer o sistema funcionar. Eles trabalham também com sistema de cooperação e incentivos. Então, existem mecanismos que, de alguma forma, incentivam os resultados das redes com algum adicional de participação no ICMS, premiações simbólicas ou até financeiras, mas existem estruturas de cooperação e incentivos que são coordenadas por esta estrutura regional. Que a grande função dessa estrutura regional, no fundo, além de estruturar esses macros processos de avaliação e de incentivos, é a articulação dos governos locais. É a liderança política que, de fato, é o principal capital responsável por fazer esse processo acontecer de maneira escalada em nível de Estado. E a gente precisa de uma estrutura de Governo de Estado que assuma essa liderança também.

Esse desenho de uma proposta de política estadual que tenham esses aspectos é uma proposta que é defendida pelo Instituto Natura, que se baseia nos casos de sucesso do Brasil e eles têm um Programa que se chama Parc (Programa de Alfabetização em Regime de Cooperação), que trabalha com esse pressuposto de governança multinível de uma estrutura de governo estadual que apoia e incentiva os resultados em alfabetização dos governos locais.

Nós defendemos veementemente que o Estado comece a se assenhorar do tema da alfabetização, porque são esses alunos que ingressam no Ensino Médio com as suas dificuldades, com a sua história de toda a trajetória do Ensino Fundamental e nós temos a firme convicção de que todos os resultados de aprendizagem, em toda a trajetória escolar, serão significativamente melhorados a partir do momento em que nós conseguirmos, pelo menos, desenvolver competências leitoras e escritoras nessas crianças até o término do terceiro ano do Ensino Fundamental. E o Estado e todos os órgãos e instituições envolvidas nesse processo precisam olhar para onde começa, de fato, o processo de educação.

Eu finalizo aqui a minha exposição. É uma exposição que foi bastante breve. Nós temos muito mais dados para poder compartilhar. O Tribunal de Contas se põe à disposição para poder apresentar esclarecimentos, discutir com mais profundidade os temas que foram aqui apresentados e eu agradeço mais uma vez essa oportunidade de fala.

(Às 12 horas e 06 minutos, o Senhor Alan Queiroz passa a presidência para o Senhor Cirone Deiró)

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Parabéns, Igor, pela apresentação.

Eu quero aqui passar a palavra ao Presidente do Tribunal, ele tem alguma complementação a fazer, Dr. Paulo Curi.

O SR. PAULO CURI - Deputado, obrigado pela gentileza. Eu sei que nós já abusamos do uso do tempo que é concedido às instituições, talvez já tenhamos extrapolado. Mas, só para sublinhar alguns aspectos da fala do Igor.

Primeiro, que nós consideramos que os nossos problemas na educação começam com a carência de vaga de creche, a não-universalização da pré-escola e a não-alfabetização até o 3º ano e isso tem que ser enfrentado com urgência. Disso decorre evasão, repetência e grave distorção idade/série no ensino fundamental e, sobretudo, no ensino médio. Exatamente por isso que nós estamos priorizando essa fase do ensino. Há várias ações, nós nem tivemos tempo aqui de mencionar todas as ações, eu sei que o Secretário-Geral de Controle Externo falou antes de mim e mencionou outras ações que nós vimos desenvolvendo. Mas nós não podemos olvidar, naturalmente, de que a gestão cabe aos gestores e nada vai funcionar se a gestão não se envolver, não se engajar nessas ações que são indispensáveis. E nós advogamos, como disse o Igor no final da fala dele, que, da mesma forma como outros Estados fizeram, e o exemplo melhor é o do Estado do Ceará que avançou muito rapidamente a partir disso, o Estado de Rondônia implemente um programa de apoio aos municípios, da alfabetização. Isso pode envolver distribuição de material didático, capacitação desses profissionais que atuam na alfabetização, apoio para o planejamento, para o monitoramento, para elaboração da legislação orçamentária.

Uma questão que nós já trouxemos aqui, já conversamos com os secretários estaduais, já discutimos com os senhores deputados, precisa legislar para melhor distribuir a quota-parte dos municípios, de ICMS, com base em resultados. É o que preconiza a Emenda Constitucional do Fundeb, que foi recentemente aprovada pelo Congresso Nacional. E quem sabe também distribuir os recursos discricionários com base em resultados, para estimular os municípios, os prefeitos, sobretudo, a se concentrarem na geração de resultados em todas as fases do ensino, mas, em particular nessa que é tão crítica, como nós observamos, que é a da alfabetização. É isso, Deputado. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Presidente Paulo Curi. Eu tive a oportunidade Igor, de visitar Sobral na comissão que nós fizemos aqui na Assembleia Legislativa. E nós, realmente, vimos o empenho tanto do

Governo do Estado e, principalmente de Sobral, em se sobressair nas questões da Educação daquele município.

O senhor fez realmente a lição de casa. A gente passou o dia lá com eles, visitamos as estruturas, inclusive Dr. Paulo Curi, eles contrataram uma OS, que faz avaliação depois, desses profissionais, na formação continuada. E as próprias escolas entre si, criaram uma disputa saudável de desempenho, por essa motivação que o governo municipal lá criou na participação do ISS do município e etc.

Então, a gente vê que tem jeito sim, depende das políticas públicas, do envolvimento, da gestão fazer em relação à educação.

E falando em 3ª série, na minha época era primeiro grau, agora mudou a nomenclatura, mas a nossa dificuldade antigamente: na 3ª série era evidente. Era, porque era a fase de transição do ensino, do aprendizado. E a gente vê hoje que existe uma política, eu não sou especialista em educação, mas em questão até da reprovação. Os municípios não querem reprovar porque vão perder o fundo do Fundeb, o professor não tem essa autonomia. Então, são coisas que precisam ser discutidas realmente. Será que é vantagem só passar o aluno e dizer que o aluno passou de série? Então, tudo isso abre essa discussão. E um debate como esse, proposto pelo colega Deputado Alan Queiroz, é de grande valia para que esta Casa, onde há ressonância do anseio da população, possa discutir e possa implementar as ações, inclusive recursos no orçamento do Estado para que possamos implementar políticas verdadeiramente eficazes.

Eu quero passar a palavra aqui ao colega Paulo Haddad, da Fapero, para fazer o uso ou da tribuna ou pode ser daí mesmo Paulo.

O SR. PAULO RENATO HADDAD – Daqui mesmo. Vou me dar o direito de tirar a máscara, estou distante, para que não tenham alguma dificuldade de dicção aqui.

Em primeiro lugar eu quero saudar de uma maneira muito diferente e especial os queridos Deputados Alan Queiroz e Cirone Deiró. Queridos porque trazem uma preocupação, trazem à baila a discussão e uma preocupação que é nacional, mas, sobretudo, para o nosso Estado. A preocupação de vocês é com o nosso futuro, com o futuro dos nossos filhos, parabéns. Espero que a gente consiga alastrar isso para mais pessoas. Como bem disse a colega, precisávamos aqui dos 24 deputados, é importante que a gente crie massa para combater isso.

Saudar aqui a nossa querida magnífica Reitora Marcele, muito obrigado pela citação à Fapero, s professora Adir, que tão bem dirige o Idep e os demais colegas da Mesa, o Dr. Paulo Curi, também conhecido de longa data, a quem em nome dele, saúdo os demais membros da Mesa.

Bom, na verdade, eu trago mais um caldo para essa ampla discussão. Eu só penso, e essa é uma opinião pessoal, que nós precisávamos parar com esses discursos de lado a lado, de ofensas ao passado, a quem quer que seja. A gente precisa olhar um pouco mais para frente. Críticas a todos os governantes deste País todos nós temos, seja por isso ou por aquilo. Mas está na hora de darmos as mãos realmente e fazer acontecer todos esses belos discursos que vieram aqui, sejam eles classificados de que lado forem.

Eu hoje estou com a incumbência que tem muito a ver com tudo isso. E eu vou citar um problema dessa brilhante apresentação que fez agora o Tribunal de Contas para nós, que estoura lá na frente e que é uma das minhas preocupações que eu traria agora, que é a preocupação com o letramento digital. Quem já ouviu falar dessa palavra? Letramento digital é a incapacidade dos nossos alunos, das nossas crianças, dos nossos jovens em participar do mundo atual. Existem inúmeras indústrias de tecnologia aqui no Brasil, precisando de mão de obra, pagando razoavelmente bem, bom plano, mas tem que contratar em Bangladesh, no Paquistão, na Índia, porque nós não temos mão de obra com capacidade formada, sobretudo, porque não sabem matemática, viu? Sobretudo, porque não sabem matemática. E a gente critica aí nas redes sociais a forma como maltratam a língua portuguesa.

Mas eu quero deixar aqui um pedido aos deputados presentes para que pressionem seus colegas da bancada federal — e vou levar isso para eles —, nós temos a PL 4513, que trata da Política de Educação Nacional Digital, na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional, nós precisamos ter uma Política Nacional de Educação Digital. É mais um caldo que entra a essa complexidade toda trazida aqui.

A Fapero tem a responsabilidade, e gostaria muito de ter o conhecimento de todos os senhores e o apoio financeiro para que forme, para que ajude a formar mais mestres e mais doutores no nosso Estado. É necessário. A Fapero detém a política pública de pós-graduação e acima a todos os entes públicos do Estado. Poderíamos, muito bem, estar contribuindo sobremaneira com a nossa Unir, com o Ifro e ainda, aos trancos e barrancos, conseguimos fazer isso. Mas os nossos professores na base? O Tribunal de Contas usa a Fapero. Alguns poucos órgãos públicos estaduais usam a Fapero. Desconhecem a política de ciência, tecnologia e inovação. Esse é um desafio que o Governador Coronel Marcos Rocha colocou à minha pessoa —que estou neste momento dirigindo a entidade —, e eu gostaria que todos trouxessem essa ideia da ciência, tecnologia e inovação à baila, na discussão da Educação.

Deputado, parabenizá-lo, sobremaneira, porque nós estamos vendo aí o mundo transformando computadores com energia quântica, nós estamos vendo tanto avanço mundo afora, e nós discutindo 5G ainda. Precisamos que essa garotada tenha a condição básica, precisamos que elas cresçam com adequada educação no ensino fundamental 1 e 2, mas também precisamos que os nossos professores se tornem mestres e doutores para que tenham mais qualidade e mais competência para conduzir os destinos do nosso Estado. Obrigado, parabéns, sucesso a todos.

(Às 12 horas e 16 minutos, o Senhor Cirone Deiró passa a presidência ao Senhor Alan Queiroz)

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Paulo, pela participação, pela contribuição. E eu quero fazer um encaminhamento, se assim todos permitirem e concordarem também, de a gente fazer um adensamento desse Seminário que está proposto para a parte da tarde, que são apresentações como as que foram feitas aqui, já, pelo Tribunal de Contas, foi feito, inicialmente, também, pela palestrante que abriu os

trabalhos, e a gente possa — quem puder continuar com a gente em Audiência Pública, a gente continua, quem puder estar presente, e a gente dá um andamento. Porque eu acredito que se a gente suspender para abrir à tarde de novo, eu acho que pode evadir, a gente perder um pouco o objetivo. Até porque, os assuntos são os mesmos, são as mesmas tratativas, a gente pode adensar e a gente, então, porque os próximos inscritos aqui são os palestrantes, a gente vai falar a mesma coisa agora e, talvez, à tarde, a mesma coisa. Então, se for possível, no entendimento de todos aqui uma concordância, eu queria colocar em aprovação.

Podemos? Então vamos tocar aqui, está certo? Então já vou chamar aqui a Professora Walterlina, inclusive eu conversei agora há pouco com ela, ali, para que a gente pudesse fazer esse ajustamento, professora, e a gente, então, tem uma apresentação dela, que vai falar pelo Fórum Estadual de Educação.

A SRA. WALTERLINA BRASIL – Só pedir a gentileza da minha exposição, obrigada, colocar na tela para que todos possam ver. Bom, Deputado Alan Queiroz, eu quero, de público, agradecer a gentileza e a pedagogia que o senhor teve agora nos bastidores para fazer com que a gente aprenda a lidar com o ritual da Assembleia. E ao grande público, dizer duas coisas. A primeira, este momento, para quem ainda não alcançou, você que está no Facebook, no You Tube, ele é histórico, porque esse é o segundo Plano Estadual de Educação, e é o primeiro com uma envergadura de avaliação pública. A gravação desse evento serve, inclusive, de instrumento para estudos futuros, inclusive prospectivos, por isso o sentido de sacrifício até aqui compreendido entre nós e as equipes de apoio.

A segunda questão é que o Fórum Estadual de Educação é *pro bono*. Não há nenhuma representação que seja minimamente remunerada, inclusive o próprio funcionamento do Fórum. Então, o espírito público é o que nutre a luta política dentro do Fórum. Por isso, de imediato, gostaria de dizer para vocês que nós vamos aqui colocar alguns elementos que são aspectos gerais do trabalho do Fórum para serem avaliados.

(apresentação de slides)

A nossa tese de trabalho é a seguinte: em que medida a estratégia de um Fórum Estadual ou Municipal representa a garantia do acompanhamento à implementação das metas políticas educacionais? Essa é a pergunta de avaliação e de eixo para nós. Por quê? Porque são diversas as instituições que compõem o Fórum. E com os adventos políticos a partir de 2016, com *impeachment*, com eleições turbulentas e com políticas de ódio na estrutura nacional, nós temos muitas dúvidas em relação se essas ferramentas estão sendo apropriadas pelo controle social e se o abandono do Fórum pelos segmentos que são vanguardistas da política nacional pode significar um esvaziamento de uma estratégia, como a professora Marcelle Frossard disse, construída a largos e duros passos da sociedade brasileira. Pode prosseguir. Serei breve. Próxima lâmina.

Bom, o Fórum é, sobretudo, um órgão jurídico. Ele foi estabelecido em lei. E ele está organizado de modo a ter toda uma rotina e regime de prestação de contas substancial. Tem

regimento, tem normativa e tem uma estrutura própria para lidar com a política nacional. E ele é vinculado ao Fórum Nacional de Educação, que foi esvaziado a partir do Governo Michel Temer. Pode prosseguir. Próximo.

O Fórum Estadual, instituído por Decreto, se institui por organizações das quais 27 são permanentes; dessas 27, 7 são representadas pela Secretaria de Estado da Educação; e outras são os nossos representantes especiais, é facultado a eles, e agradecemos sempre que podem participar. Pode seguir. Próximo.

Nas condições das políticas estaduais, nós consideramos a organização das metas a partir de um documento do próprio Fórum Nacional, que organiza a partir do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). E o Inep estabelece que as metas podem ser organizadas a partir de diretrizes gerais. Por que a gente está dizendo isso para cada um e cada uma aqui? Porque o Tribunal de Contas acabou de falar dos indicadores. O Presidente da Fapero acabou de falar de políticas de ciência, tecnologia e inovação. Agora, para você repercutir isso num Plano, e para a gente saber se a nossa hipótese de trabalho faz sentido, é preciso saber como esses indicadores convergem, e como esses indicadores conversam, para eu dizer se um Plano e se essa é a melhor estratégia de fazer a gestão das políticas educacionais. E essas são as formas com que os documentos que nos orientam agregam às metas. Pode prosseguir.

Nós temos alguns documentos que, de onde vem a avaliação? Tem avaliação política, tem avaliação técnica, tem avaliação jurídica. De onde vem a avaliação? Vem a partir de documentos publicados em lei, e um dos documentos, bastante importante, é de quando surgiu o Plano Nacional de Educação, as linhas de base para implementação dos Planos, que fazem com que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, que está com dados defasados, possa progredir com esses dados. Nesses documentos nós temos as etapas de execução do Plano e as etapas de avaliação e monitoramento. Pode seguir. Indo para a conclusão.

o: Quando você pega as linhas de base do Plano para você fazer a avaliação e monitoramento do Plano Nacional, Estadual e Municipal — todos seguem essa mesma orientação metodológica —, nós vemos eixos e diretrizes que, novamente, agrupam, como o próprio Tribunal de Contas explanou há pouco, agrupam essas metas em linhas e prioridades. Por que isso é importante, Deputado Alan, e é bom que se transmita à Comissão de Educação da Casa? Porque a gente passa a ver o Plano, pelo menos na proposta, como um conjunto e se esse conjunto não repercute, nós falamos do Plano apenas como objeto estratégico/político, e sem pragmática. E um Plano precisa de uma pragmática, ele precisa ser viável. Nós temos metas, inclusive, sem indicadores até hoje. Exemplo: as metas para o Ensino Superior. São metas esvaziadas de indicadores, para dar um exemplo. Pode prosseguir. Eu vou indo para a conclusão.

O Inep já produziu três relatórios de monitoramento. Veja só, Deputado Alan, como o senhor está fazendo história conosco hoje, porque já são três relatórios nacionais. O Estado já produziu dois relatórios de avaliação. E é a primeira vez que nós viemos, aqui, trazer isso a público. E nesses relatórios,

como bem falou a representante da Campanha Nacional de Educação, as metas estão sendo esvaziadas. Por isso, a nossa hipótese e o nosso desafio para esse Pleno e para a sociedade que me escuta. Próximo.

Qual é o contexto de Rondônia? Nós só trouxemos uma informação devido ao tempo e ao respeito aos senhores e senhoras. A primeira condição que a gente tem que pensar: a Educação Básica, em Rondônia, é pública, minha gente. Eu tenho a informação, Deputado, não sei se chegou até o senhor, que o Secretário Suamy não estava aqui, porque já havia uma agenda para essa data, inclusive, na hora que a gente fez a solicitação, a data para hoje seria dia 28. Então, houve um conflito de agenda. Porém, todos os técnicos da Secretaria de Estado de Educação que trabalham no monitoramento estão representados aqui. O que quer dizer? Que nós temos mais de 42% da Educação Básica sendo ofertada como pública e pesando sobre a Secretaria de Estado de Educação, que não impediu, em nenhum momento, que o Fórum seja gerenciado por qualquer das instituições que o compõem.

Então, eu também não posso, por senso de justiça, dizer diferente, inclusive, dos Secretários de Estado que nos antecederem, porque o Fórum existe como política de Estado. O Fórum não é da Secretaria de Estado apenas por Decreto, mas é uma política de Estado e supera todos os governos. É bom essa reflexão para as pretensões de 2022. Vejam como Rondônia é pública. Pesa sobre nós a meta 20, Deputado. Pesa sobre nós a meta do financiamento, porque, se o primeiro Plano Estadual faliu antes de ser executado, o segundo Plano Estadual, que é o que acontece no Plano Nacional, tem na meta 20 a sua principal circunstância de reflexão, como a equipe de monitoramento vai mostrar. Segue, próximo.

E aí, é outra contradição. Enquanto a Educação Básica é pública, a Educação Superior em Rondônia é, essencialmente, privada, apesar da força das suas únicas instituições públicas federais que bem nos representam como a Unir e o IFRO. E isso quer dizer que, entre outras questões, os desafios para que você pense em uma política de fluxo e, como a gente dizia antes, o Plano de Educação é um instrumento criado para ser viável ou é um instrumento criado para ser retórica, que passa pelos humores dos governos?

Os que estão *pro bono* e acreditamos nas políticas públicas do País, porque você tem um Projeto de Nação atrás de um Plano Nacional de Educação, e uma agenda de luta política, nós chamamos a atenção: como você executa as metas que aliam da Educação Infantil à Educação Superior em um Estado que há essa distorção?

Isso está demonstrado no nosso relatório. Por fim, e não menos importante — pode passar, por favor — o nosso trabalho. O Fórum Estadual de Educação, embora as forças progressistas entendam que ele pode estar representando um governo conservador — o que é não verdade, porque, por exemplo, isso não me representaria como professora da Unir — nós trouxemos o debate do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e entendemos que Enem não é a única política de acesso à Educação Superior, precisa ser diversificada, precisa ser questionada. Trouxemos à discussão dos indicadores. Esses indicadores, como o Indeb (Instituto de Divulgação Educacional Brasileira), eles respondem pela condição amazônica, pelo

custo amazônico da educação. Esse custo quilombola, ribeirinho, do campo, progressista. Nós precisamos, a partir da política do Plano Estadual de Educação, e entender quais são. E aí, Deputado, vamos ter a LOA, vamos ter a revisão do orçamento do Estado, vamos ter os efeitos colaterais da Covid, vamos ter o investimento em tecnologia. O Fórum tem feito esse trabalho de debate.

E quero finalizar com um alerta: o Sistema Nacional de Educação estará em votação dia 11 de novembro. A Comissão de Justiça avançou nisso. O Fórum chamou uma leitura pública sobre o Sistema Nacional de Educação que vai tratar sobre o regime de colaboração. Tratando, então, do regime de colaboração, qual é a próxima surpresa? E aí fica para os que estão nesta Audiência, para o público que me escuta ou que me escutará no futuro assistindo esse documento, o seguinte: de que nos serve o planejamento? A energia que despendemos com o recurso que nós temos não renovável, que é o nosso tempo, e imaterial, que é o nosso conhecimento e investimento na nossa própria qualificação, está tendo um retorno dentro das instituições? Então, esse é o trabalho do Fórum Estadual de Educação ao longo do tempo que eu me sinto muito bem representada pelos que me antecederam. Mas chamo atenção para os parceiros que nós precisamos de um alinhamento geral em relação a duas coisas fundamentais, Deputado: a produção dos dados entre as instituições e o compartilhamento público desses dados — inclusive na ausência do IBGE, que não conseguiu, na ausência do Inep, que não conseguiu se atualizar — e o segundo, parametrizar as prioridades de investimento e de planejamento financeiro e orçamentário nas políticas públicas voltadas à Educação a partir do que indicam os Planos e os relatórios. E o nosso relatório indica muitas coisas importantes que podem ser objeto de aprendizagem mútua entre todas as instituições.

Era isso, Deputado. Muito grata a todos e todas. E os que seguirão poderão dar, inclusive, o sucesso ou o as debilidades do nosso Plano, para o entendimento do público que nos assiste e da história que nós fazemos neste momento. Era isso.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Muito obrigado, Professora. Muito obrigado mesmo. Parabéns. E quero, inclusive, Professora Walterlina, quero sugerir, solicitar, na verdade, palavra mais exata, que a Vossa Senhoria pudesse enviar toda essa documentação do Fórum tanto dos estudos e dos indicativos para a nossa Comissão de Educação para que a gente possa estar... Já fizeram? Então, maravilha.

Então, a gente vai já pedir essa documentação seja passada para todos os deputados da Casa para que a gente possa debater com algo mais concreto no sentido de números, para a gente debater exatamente na questão do orçamento que está já em debate na Casa.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 37 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº3186/2021-SRH/SG/ALE**

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

PRORROGAR:

A cedência do servidor **GEOVANY PEDRAZA FREITAS**, cadastro nº. 100021102, ocupante do cargo de Assistente Legislativo – Técnico em Contabilidade, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, sem ônus para este Poder Legislativo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3188/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

PRORROGAR:

A cedência da servidora **NAIDE ANA DE CERQUEIRA COSTA GOMES**, cadastro nº 100010231, Assistente Técnico Legislativo, para o Senado Federal, para desenvolver suas atividades laborais no Gabinete da Senadora Eliane Nogueira, sem ônus para este Poder Legislativo, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3200/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ADÃO CASSIANO TOMAZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-16, no Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 09 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3199/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

O ATO Nº3143/2021/SRH/SG/ALE de 04/11/2021, publicado no Diário Oficial da ALE/RO, nº 197, de 04 de novembro de 2021, que nomeou o servidor **ALESSANDRO KELVIM DA SILVA FAGUNDES**.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3185/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **ALICIANE ROSENA DOS PRAZERES**, matrícula 200169143, para Assistente Técnico,

Código AST-30, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 03 de novembro de 2021.

Porto Velho, 08 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3196/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

CARINA MATOS CARDOSO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, no Gabinete do Deputado Cirone Deiró, a contar de 08 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3201/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

DIEGO SOUSA DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, no Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 09 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3197/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

ESTHER LUIZA DA SILVA SANTOS SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-30, no Gabinete da 3ª Secretaria - Deputado Alex Silva, a contar de 03 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3194/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

N O M E A R

GLEYCK BELMINO DUARTE DA COSTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-23, no Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a contar de 03 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 198, publicado no dia 05 de novembro de 2021, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº3167/2021-SRH/SG/ALE, que exonerou o servidor **HOTON FIGUEIRA DA MATA**, conforme o memorando nº 298/GAB/NBS.

ONDE SE LÊ:

A contar de 04 de novembro de 2021.

LEIA-SE:

A contar de 31 de outubro de 2021.

Porto Velho-RO, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3192/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e,

nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

JULIANA CRISTINA DE OLIVEIRA VIANA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-30, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 03 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3189/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **KEROLAYNE NAGATA GARCIA**, matrícula 200170181, Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 03 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3193/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

LUANA REZENDE DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-27, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 03 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3195/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e,

nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

MARCO ANDRE DE SIQUEIRA CAVALCANTI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-14, no Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 05 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3198/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

O ATO Nº3128/2021/SRH/SG/ALE de 04/11/2021, publicado no Diário Oficial da ALE/RO, nº 197, de 04 de novembro de 2021, que exonerou a servidora **TAINARA TEIXEIRA GOMES**.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3190/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

UEVERSON SIMÃO DA ROCHA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-14, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 03 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº3191/2021-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e,

nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

UILIAN DIEGO MARTINS SIQUEIRA, para exercer o Cargo de Provedor em Comissão de Secretário Executivo, código DAG-04, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 03 de novembro de 2021.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº 630/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 07/11/2021 a 11/11/2021 ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Ji-Paraná/RO a Porto Velho/RO, acompanhar o Deputado Estadual Laerte Gomes para cumprir agenda institucional, conforme Processo nº 40164/2021-e.

Matrícula	200168029
Nome	Danilo Lopes Nunes
Cargo	Assessor Militar Esp.
Lotação	Sec. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 08 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº 631/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019

e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 09/11/2021 a 12/11/2021 à servidora relacionada, que irá via transporte terrestre de Ouro Preto/RO a Nova União e Vale do Paraíso/RO, acompanhar o andamento das emendas parlamentares nos municípios relacionados, conforme Processo nº 40148/2021-e.

Matrícula	200166100
Nome	Maria Cleide do N. Almeida
Cargo	Secretário Executivo
Lotação	Dep. Rosângela Donadon

Porto Velho - RO, 08 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

ATO Nº 632/2021-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 08/11/2021 a 11/11/2021 ao Deputado Estadual Laerte Gomes, matrícula nº 200160364, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Brasília/DF, participar de reunião no Gabinete da Deputada Federal Sílvia Cristina, com objetivo de debater e defender emendas da bancada Federal que serão disponibilizadas aos municípios de Rondônia em 2022, além de ir ao Ministério da Integração Nacional tratar de assuntos relacionados a drenagem fluvial urbana de municípios do estado de Rondônia, conforme Processo nº 40237/2021-e.

Porto Velho - RO, 08 de Novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário-Geral
ALE/RO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 016 SG-SPO/2021

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 570.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida no art. 8º, § 1º, da Lei nº 4.038, de 30 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária Anual e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de despesas de pessoal, conforme discriminação abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
REDUZ				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	339033	0100	570.000,00
TOTAL				570.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
SUPLEMENTA				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	319196	0100	50.000,00
		339049	0100	20.000,00
		319113	0100	200.000,00
01.001.01.031.2126.2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	319011	0100	300.000,00
TOTAL				570.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral

ATO Nº 016 SG-SPO/2021

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida no art. 8º, § 1º, da Lei nº 4.938, de 30 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária Anual e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de despesas de pessoal, conforme discriminação abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
REDUZ				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1006.2406	FORTALECER A ESTRUTURA DO PODER LEGISLATIVO	339039	0100	100.000,00
TOTAL				100.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
SUPLEMENTA				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1006.2406	FORTALECER A ESTRUTURA DO PODER LEGISLATIVO	449052	0100	100.000,00
TOTAL				100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 09 de novembro de 2021.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral